

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO

STELA MARIA ARAÚJO GOMES

**PROMESSAS E DISTOPIAS DO “NOVO TEMPO” DE ROSEANA SARNEY NAS
PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO**

São Luís
2019

STELA MARIA ARAÚJO GOMES

**PROMESSAS E DISTOPIAS DO “NOVO TEMPO” DE ROSEANA SARNEY NAS
PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Linha de Pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a Dra. Ilse Gomes Silva

São Luís
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pela
autora
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

GOMES, Stela Maria Araujo.

PROMESSAS E DISTOPIAS DO NOVO TEMPO DE
ROSEANA SARNEY NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO
DO MARANHÃO / Stela Maria Araujo GOMES. - 2019.
112 f.

Orientador(a): Ilse Gomes SILVA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís, 2019.

1. Ideologia. 2. Legitimação. 3. Poder Político. I.
SILVA, Ilse Gomes. II. Título.

STELA MARIA ARAUJO GOMES

**PROMESSAS E DISTOPIAS DO “NOVO TEMPO” DE ROSEANA SARNEY NAS
PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ilse Gomes Silva.

Aprovado em: ___/___/2019

Prof^a.Dr^a. Ilse Gomes Silva (Orientadora)
Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA

Prof^o Dr. Guillermo Johnson
Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA

Dr^a Luana Tereza de Barros Vieira Rocha

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pai, amigo, consolador e redentor. Grata sou pelo seu amor, graça e misericórdia que renovou as minhas forças a cada amanhecer.

Aos meus pais, que renunciaram seus sonhos para realizar os meus, que acreditaram no meu potencial e que estiveram durante todo o período de formação, apoiando-me e dando força, não permitindo que eu ao menos pensasse em desistir.

À minha orientadora, professora Ilse Gomes Silva, orientadora, amiga, exemplo de luta por justiça social, pela atenção, apoio, compreensão, empenho e pelas valiosas contribuições dispensadas durante a construção deste trabalho, facilitando o alcance dos meus objetivos. Não tenho palavras pra agradecer o imenso apoio dispensado desde quando a vida me apresentou a ela no ano de 2010.

A minha Banca examinadora que de modo tão singelo prontamente atendeu ao pedido da minha orientadora propondo contribuições teóricas e incentivos para a continuidade deste trabalho.

Ao Grupo de Estudos de Política, Ideologias e Lutas Sociais – GEPOLIS por ser o mediador na minha inserção na pesquisa científica, pelas contribuições nos estudos sobre política e ideologia que foram primordiais para agregar fundamentação teórica e enriquecer as discussões sobre o tema.

Aos amigos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Por tantos amigos que entenderem a minha ausência em alguns momentos desse processo e por tornar essa caminhada mais leve.

A todos os maranhenses que anseiam por justiça social, que anseiam por uma sociedade mais igualitária e justa.

Enfim, a todos que, de modo direto ou não, colaboraram com esta pesquisa, deixo a minha sincera gratidão.

RESUMO

Neste estudo, analisou-se os aspectos políticos e ideológicos que garantiram a legitimação de Roseana Sarney durante o período de 1995 a 2002. Roseana Sarney se constituiu enquanto herdeira do legado político de José Sarney e como candidata e governadora do Maranhão utilizou estratégias pautadas no discurso do “novo” e na formação de expectativas de desenvolvimento e de inserção na economia nacional e transnacional. A pesquisa teve como objetivo contribuir para a análise dos aspectos ideológicos que deram sustentação ao poder político de Roseana Sarney a partir de matérias do jornal *O Estado do Maranhão*, por ser o jornal de maior circulação estadual e, principalmente, por ser propriedade da família Sarney. Os resultados deste estudo revelaram que Roseana Sarney manteve seu poder político por longos anos, utilizando-se de um discurso diversificado em que realçava a necessidade de desenvolvimento para a inserção do Maranhão no mercado mundial, a modernização do aparelho de Estado pela via do gerenciamento empresarial, a instrumentalização da cultura como agente de integração regional e enfatizava sua condição de ser mulher e maranhense de modo a personalizar seu compromisso com a população empobrecida. O jornal do Estado do Maranhão, e os demais meios de comunicação de propriedade do grupo Sarney, foram importantes como agentes profissionais da política e da ideologia, a fim de dissimular a realidade de desigualdades sociais que historicamente imperou no Maranhão.

Palavras chaves: Ideologia. Legitimação. Poder Político.

ABSTRACT

In this study, the political and ideological aspects that guaranteed the legitimacy of Roseana Sarney during the period from 1995 to 2002 were analyzed. Roseana Sarney was constituted as heir of the political legacy of José Sarney and as candidate and governor of Maranhão used strategies based on the speech. “new” and in the formation of expectations of development and insertion in the national and transnational economy. The research aimed to contribute to the analysis of the ideological aspects that supported the political power of Roseana Sarney from articles of the newspaper O Estado do Maranhão, for being the newspaper with the largest state circulation and, mainly, being owned by the Sarney family. . The results of this study revealed that Roseana Sarney maintained her political power for long years, using a diversified discourse that emphasized the need for development for the insertion of Maranhão in the world market, the modernization of the state apparatus through business management. , the instrumentalization of culture as an agent of regional integration and emphasized her condition of being a woman and Maranhão in order to personalize her commitment to the impoverished population. The State of Maranhão newspaper, and the other media owned by the Sarney Group, were important as professional agents of politics and ideology, in order to conceal the reality of social inequalities that historically prevailed in Maranhão.

Palavras chaves: Ideology. Legitimation. Political Power.

LISTA DE SIGLAS

- AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado
- ALCOA – Aluminum Company of America
- ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- BEM - Banco do Estado do Maranhão S/A
- BHP - Broken Hill Proprietary
- BR – Brasil Rodovia
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
- FETAEMA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- GDS - Gerência de Desenvolvimento Social
- GEDICT - Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria Comércio e Turismo
- GEPOLIS – Grupo de Estudo em Políticas e Lutas Sociais
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- PC – Partido Comunista
- PC do B - Partido Comunista do Brasil
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PGC – Programa GRANDE CARAJÁS

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPR - Partido Popular Republicano

PPS – Partido Popular Socialista

PRN – Partido Republicano Nacional

PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PSB - Partido Social Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro

PSF - Programa Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SALTE - Saúde, Alimentação, Transportes e Energia

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SINCOEX - Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do.

Maranhão

SOLECIT - Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UEMA – Universidade Estadual Do Maranhão

UNB – Universidade De Brasília

ZPE - Zona De Processamento De Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 IDEOLOGIA E HEGEMONIA: concepções teóricas	19
2.1 IDEOLOGIA POLÍTICA: a herança patrimonialista no contexto maranhense.....	38
3 PODER POLÍTICO E IDEOLOGIA NO MARANHÃO SOB DOMÍNIO DO GRUPO SARNEY.....	43
3.1 O Maranhão no contexto das transformações políticas e socioeconômicas: percurso ideológico.	58
3.2. ROSEANA SARNEY: O “novo tempo” com velhas práticas.....	49
4 O PAPEL DA IDEOLOGIA NO GOVERNO NOVO TEMPO: o poder no âmbito dos discursos.....	63
4.1 Imagem construída da candidata Roseana Sarney pelo jornal O Estado do Maranhão.	63
4.2 O Promessas e Distopias do “Novo Tempo”: reforma do Estado.	75
4.3 Pioridades do governo.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Na cena política nos deparamos com diferentes discursos ideológicos que orientam a prática política de representantes do poder no nível executivo e/ou legislativo. O trabalho que aqui se desenvolve tenciona demonstrar a relação dos meios de comunicação com o universo da política e as possibilidades de conquista e/ou manutenção do poder através da utilização desses meios.

Desvendar os processos ideológicos de dominação não se constitui uma tarefa fácil, pois as ideias dominantes exercem influência sobre toda a sociedade que se encontra diante de uma ilusão devido à naturalização das desigualdades sociais. Essa naturalização se dá nas práticas institucionais através do direito, da religião, da moral e do próprio Estado.

A motivação primordial para o estudo perpassa o contexto de desigualdade vivenciado no estado do Maranhão e aprofundado pela atuação política da oligarquia Sarney, majoritariamente no poder do estado desde 1965. Considerando a atuação política do grupo predominante, o termo oligarquia aqui é apreendido como uma categoria de estudo, tomando como referência a conceituação trazida por Bobbio, Matteucci e Pasquino:

Oligarquia significa etimologicamente 'governo de poucos' [...], não significa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004,p.835).

A expressão oligarquia apresentada, nesse sentido, não retrata um fenômeno novo na história do estado que sempre apresentou períodos de mando de uma pessoa ou grupos. Todavia o Maranhão que adentra a primeira década do século XXI com os grandes empreendimentos de alta modernização tecnológica instalados desde o final da década de 1970 contrasta com o Maranhão dos baixos indicadores sociais. Esse Maranhão de contrastes tem sido mantido desde a entrada de José Sarney no cenário político maranhense nos diversos cenários do regime político do país.

Complementa a motivação para a pesquisa a minha atuação no GEPOLIS (Grupo de Estudos de Política, Ideologias e Lutas Sociais) que possibilitou a minha participação em um projeto de pesquisa coordenado pela professora Ilse Gomes Silva intitulado “Ideologia e sua expressão nas obras de Marx e Gramsci”. Esse estudo resultou na elaboração da monografia defendida junto ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, em 2015, intitulada *IDEOLOGIA E LEGITIMAÇÃO: Campanha eleitoral de Roseana Sarney ao governo do estado do Maranhão em 1994*. A partir desse estudo e devido a influência política e ideológica da oligarquia Sarney percebeu-se a necessidade de haver uma continuidade e aprofundamento investigativo de toda conjuntura que começava a se apresentar a partir desse estudo.

Face ao exposto, alguns questionamentos insistiam em permanecer: Quais as manifestações da categoria ideologia na campanha eleitoral dos anos de 1994 e 1998 de Roseana Sarney ao governo do estado do Maranhão? Quais os mecanismos de dominação e legitimação que Roseana Sarney assume dentro da política maranhense? Quais os aspectos políticos e ideológicos que garantiram a legitimação do poder político de Roseana Sarney à frente do governo do estado?

Foi a partir dessas indagações e de outras que foram sendo colocadas no decurso do trabalho de campo, que o objeto foi sendo construído e (re) construído até chegar ao que hoje se apresenta e que ainda configura um objeto de pesquisa abundante, extenso e inacabado. Desse modo o eixo principal de investigação se sustentou na análise histórico-política dos fundamentos ideológicos que legitimam a gestão “Novo Tempo” de Roseana Sarney em seus momentos de campanha e mandato a frente do governo estadual do Maranhão no ano de 1994 a 2002.

Na posição de mestranda do Curso de Políticas Públicas centrei meu interesse em estudar as relações políticas e ideológicas no âmbito das políticas estatais da gestão estadual de Roseana Sarney. Entretanto percebi que isto era muito amplo e a partir dessa nova compreensão do objeto de estudo e tendo em vista uma maior delimitação do mesmo com a indicação da banca no exame de qualificação, chegou-se ao seguinte título: *Promessas e Distopias do “Novo Tempo” de Roseana Sarney nas Páginas do Jornal O Estado do Maranhão*.

A opção teórica sugerida para nortear essa análise foi eleger como categoria central a ideologia, buscando compreendê-la a partir de autores clássicos

da teoria marxista: Gramsci e Althusser. Althusser ao analisar a produção, o Direito, o Estado, a ideologia apresenta uma conjuntura das noções de infra e superestrutura e de totalidade orgânica, como sendo a concepção do próprio Marx. (CARDOSO, 1978). Gramsci, apesar das condições adversas da sua elaboração teórica, contribuiu com suas concepções a respeito de Estado, sociedade civil, ideologia, hegemonia e partidos políticos. Embora todas essas categorias estejam intrinsecamente ligadas, nos detemos nos Cadernos do Cárcere aos estudos sobre hegemonia, ideologia e Estado.

Buscando respeitar os pontos de vista dos autores estudados, o trabalho adota duas concepções de uma mesma linha, crítica e com gênese no materialismo histórico: as aqui expostas e defendidas inter-relações entre o pensamento de Althusser e Gramsci.

Com referência aos estudos de autores contemporâneos que realizaram contribuições a Marx e/ou a Gramsci selecionamos: Michel Pêcheux, Eagleton, Mészáros, dentre outros. Já os autores brasileiros que se dedicaram ao estudo da Ideologia buscamos Marilena Chauí e Miriam Limoeiro Cardoso sobre a ideologia do desenvolvimento (1978).

O segundo passo foi identificar as manifestações da categoria ideologia e o papel da mesma na campanha eleitoral e no processo de legitimação da candidata ao governo do estado do Maranhão durante a sua gestão. Para que tais objetivos fossem alcançados se fez necessário conhecer a realidade do poder político no estado. Embora não seja o propósito principal deste trabalho tornou-se necessário revisar a historiografia da estruturação oligárquica da formação social maranhense, resgatando a influência da família Sarney como principal grupo político que por mais tempo esteve exercendo o domínio político oligárquico no Maranhão¹. Nesse sentido analisou algumas obras clássicas de autores que centraram suas discussões nas relações políticas e suas práticas no âmbito da política regional do Maranhão, destaque dentre eles: Wagner Cabral da Costa, Maria de Fátima da Costa Gonçalves, Ilse Gomes Silva, Zulene Barbosa, Silvio Castro, Dayana Delmiro, Jhonatan Sousa.

O terceiro momento se deu a partir da análise das matérias jornalísticas como fonte fundamental de pesquisa. À vista disso, após a pesquisa bibliográfica

¹ Desde 1940 o Maranhão esteve sob o domínio de duas oligarquias: de Vitorino Freire (1945-1965) e de José Sarney (1966-2014).

realizou-se a pesquisa de campo na Biblioteca Benedito Leite, localizada na Praça do Pantheon – Centro da cidade de São Luís. Buscou-se identificar através do jornal *O Estado do Maranhão* o papel da ideologia inicialmente na construção política nas campanhas nos anos de 1994 e 1998, retomando desse modo suas promessas do *Novo Tempo*. E posteriormente no processo de legitimação do poder político de Roseana Sarney além das fontes jornalísticas utilizei o Relatório de Governo (1995-2002): Políticas e Resultados para identificar as distopias².

A escolha do jornal *O Estado do Maranhão* se deu não apenas pela sua grande circulação por todo o estado, mas principalmente por ser propriedade da família Sarney e desde sua aquisição, tem sido um instrumento político junto à população que o utiliza como principal fonte de informação.

Tal conjuntura na estratégia hegemônica de dominação na experiência maranhense retoma a característica inerente à sociedade brasileira, o patrimonialismo.³

Lessa afirma que a “ética política predatória” associada ao comportamento das oligarquias, com o objetivo de se manterem no poder, apresentam uma ambição inextinguível sobre o Estado. Desse modo:

Um dos elementos primordiais para a manutenção do domínio oligárquico é a utilização patrimonial do Estado, ou seja, o uso da máquina pública em benefício particular, privado. Essa utilização privada da coisa dita pública pode assumir variadas formas, como por exemplo: a divisão de cargos e verbas públicas entre aliados, o controle e a manipulação (quando não a fraude) do processo eleitoral; o controle sobre os poderes Executivo Legislativo e Judiciário, a corrupção administrativa, a concessão de benefícios ao setor privado (COSTA, 1996, p.2 apud COUTO, 2009, p. 142).

Em relação aos meios de comunicação a prática não é diferente. Gramsci já relatava o envolvimento político de veículos de comunicação, portanto, essa não é uma situação recente. No Maranhão o pesquisador Sebastião Barros Jorge exemplifica fazendo uma análise sobre os jornais locais do século XIX apontando os jornais *O Cometa* como porta-voz do Partido Cabano; *O Bem-te-vi* pertencente a uma parte do Partido Liberal; *O Pica-pau* como concorrente do Bem-te-vi; *O Guajajara* e o *Caboclo Maranhense* ligados ao Bem-te-vi, sendo o último criado para confrontar ao *Pica-pau*, entre outros (COUTO, 2009).

² Ver Talone (2018).

³ Sobre essa temática verificar Holanda (2001)

Wagner Cabral da Costa (2006) demonstra essa ligação apresentando que nos anos 1960 haviam três jornais ligados à oposição: o Jornal Pequeno, O Imparcial e o Jornal do Dia. Desse modo eles “saudaram de maneira enfática a eleição, e posse, de José Sarney para governador” (2006, p.21). Na outra ponta o Diário da Manhã era ligado ao grupo do ex-governador Newton Bello, que abandonaria o cenário após a derrota de 1965 (COSTA, 2006).

O Estado do Maranhão surgiu no final da década de 1950 e se chamava Jornal do Dia, somente em 1973 foi comprado por José Sarney e Bandeira Tribuzi e todo o acervo anterior foi enviado à Biblioteca Pública Benedito Leite, dando início a estrutura atual do sistema Mirante de Comunicação que hoje é formado pelos seguintes veículos: a Rede Mirante de Televisão, o Jornal o Estado do Maranhão, Rádio Mirante FM e Rádio Mirante AM (IMIRANTE, 2000 apud COUTO, 2009).

O Jornal do Dia agora sob novo nome e novos proprietários muda completamente sua postura política. Se antes fazia oposição à ditadura, agora como O Estado do Maranhão “passa a ser de propriedade de um dos defensores dos militares, articulador político do governo federal e membro do partido governista” (COUTO, 2009, p.154).

Em suma o Jornal do Dia que vinha fazendo uma campanha pelas Reformas de Base, servindo de aparelho ideológico do Governo Federal, reagiu inicialmente ao golpe militar, cedendo espaço às posições favoráveis a Jango, cuja permanência no poder era identificada com um desejo popular, o qual estaria se organizando para resistir ao golpe. Porém, o diretor Alberto Aboud foi advertido sobre sua postura tomada perante a crise político – militar e a partir de então o jornal cessa as críticas aos militares para, num primeiro momento, mostrar-se esperançoso pelo menos quanto à realização dos objetivos do novo governo, e num segundo momento, evidenciar a degeneração do movimento militar, o qual estava gerando um clima de terror no País, com cassações, prisões e censura (GALVÃO, 1999 apud COUTO, 2009, p.155).

De acordo com as pesquisa indicadas pelo Jornal esse é o de maior circulação no estado

O Estado do Maranhão é líder de mercado entre os jornais maranhenses, com 67% de participação, e é também o único auditado pelo IVC. Na média ponderada da leitura de caderno, o jornal seria visto predominantemente pelo público chamado de A/B (53,33%) e por mulheres (59,55% público feminino/ 40,44% público masculino). (IMIRANTE, 2000 apud COUTO, 2009, p.157).

Observa-se que o uso dos meios de comunicação de massa no Brasil incorporou uma lógica onde o exercício do controle social tem servido para a formação de consenso necessário para a manutenção da ordem instituída (ABREU, 2002, p. 128).

O consenso construído pelos veículos de comunicação de massa expressa o que os detentores do poder, desde sempre e em qualquer contexto social esforçam-se por obter: a submissão voluntária e pacífica, [...] em outras palavras, buscam o reconhecimento social de sua legitimidade (COMPARATO, 2000, p. 179).

Para Comparato (2000), a legitimidade é sempre, em maior ou menor grau, o resultado de uma técnica de —legitimaçãooll. Onde:

Seja como for, o que se nota com certa regularidade histórica até o século XX é o alargamento progressivo do grupo intelectuais (para usarmos a terminologia gramsciana), encarregados de exercer a legitimação da ordem social estabelecida. [...]

[...] os grupos dominantes nos regimes de concentração de poder estatal, bem como a classe empresarial nos países de capitalismo liberal, em vez de contratarem profissionais autônomos para a tarefa de legitimação da ordem estabelecida, passaram a assumir diretamente essa incumbência, pela criação, sob a forma de entidades estatais ou privadas, dos grandes órgãos de comunicação de massa (COMPARATO, 2000, p. 186).

A comunicação, assim, configura-se como um dos mais fortes elementos da desigualdade social existente na atual etapa da luta travada entre as classes em embate político.

Para o desenvolvimento deste estudo, o caminho metodológico que escolhemos passou pela opção teórico-metodológica que compreende o real como totalidade concreta, resultado de determinações, mediações e particularidades que se constituem organicamente na realidade social que se desenvolve num processo histórico fundamentalmente marcado pela luta de classes, cuja centralidade, portanto, mantém-se em torno das contradições entre capital e trabalho, e que se reproduz na estrutura da sociedade capitalista e gera tanto o sistema estabelecido quanto sua possibilidade de transformação.

Marques Neto (2001, p.68) observa que “o sentido e a importância do método só existem em função do seu relacionamento com a teoria e o objeto de

conhecimento.” Richardson (1999) coloca que o ponto de partida de qualquer pesquisa é a meta ou o objetivo, e que existem etapas que devem estar presente no uso do método científico, tais como: a observação, a formulação de um problema e de hipóteses.

A matriz metodológica utilizada no trabalho foi o materialismo histórico e dialético, a partir de uma análise concreta dos fenômenos e processos sociais, sem esquecer as conexões históricas fundamentais. A natureza dessa pesquisa foi essencialmente qualitativa e crítica, cujo objetivo foi estudar um fenômeno através do tempo e a especificidade histórica de sua aparência e essência e na tentativa de ser capaz de verificar a sua construção social (RICHARDSON, 1999).

Acredito que o estudo é de importância para o estado, para a sociedade acadêmica e para a categoria profissional na medida em que nos faz perceber as formas de dominação e legitimação que se apresentam de várias maneiras, sendo essas apresentadas de forma silenciosa e invisível e, portanto necessitam ser reveladas.

Para a minha categoria profissional o estudo se apresenta de forma relevante a partir do momento em que o estudo da ideologia não se dá de forma isolada, mas perpassa pelo Direito, Religião, Educação e com toda certeza pelas instituições culturais e políticas da sociedade, garantindo que análise dos conflitos sociais seja feito a partir do referencial dominante.

O desenvolvimento do trabalho configura-se nos seguintes tópicos: Ideologia e suas formas de legitimação, onde retomamos a categoria de ideologia a partir de autores clássicos, bem como introduzimos a discussão sobre a hegemonia.

O segundo tópico retrata sobre o Maranhão na rota da ideologia do desenvolvimento: iniciamos trazendo a concepção de ideologia do desenvolvimento e as transformações políticas e sociais no estado, principalmente com a chegada e consolidação do grupo Sarney no Maranhão. Também se inicia um breve apanhado sobre a construção da imagem de Roseana Sarney na política maranhense. Inicialmente resgatamos sua biografia e a passagem pelo centro da política nacional através de cargos de confiança e, por fim, sua entrada na política maranhense ocupando o cargo de deputada federal mais votada e a construção da figura de agente modernizadora do estado.

O quarto tópico iniciou a discussão sobre o papel da ideologia no governo Novo Tempo retomando para isso as eleições de 1994 e 1998 no Maranhão, a sua campanha e a imagem construída da candidata Roseana Sarney pelo jornal O Estado do Maranhão para legitimar ideologicamente a sua vitória nas urnas. E Por fim, algumas considerações finais foram acrescentadas a respeito do objeto de estudo em questão, entendendo que a discussão da temática não se esgota aqui.

2 IDEOLOGIA E HEGEMONIA: concepções teóricas

Não existe uma única definição da categoria ideologia. O conceito pode assumir formas variadas. Conforme disse David McLellan (1995), ‘ideologia é o conceito mais impreciso das ciências sociais essencialmente um conceito contestado, isto é, um conceito sobre o qual existe controvérsia em termos de sua própria definição e aplicação’ (HEYWOOD, 2010, p. 18). Assim sendo neste trabalho não existe espaço para uma exaustiva revisão do conceito de ideologia desde De Tracy⁴ até hoje, mas somente para discutir como o conceito tem sido apropriado pelo Jornal o Estado do Maranhão na Gestão Novo Tempo como meio de difusão ideológica no processo de luta pelo poder político no Maranhão.

Nos escritos da sua juventude, Marx coloca que a ideologia é o sistema de ideias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social. Na *Ideologia Alemã* Marx e Engels apresentam uma teoria materialista⁵ de ideologia, que enfatiza duas ideias: primeiro, que ideologia é uma representação do mundo a partir do ponto de vista da classe dominante, que detém os meios de produção e segundo, a ideia de que esta representação do mundo é necessariamente distorcida porque representa os interesses da classe dominante e não os interesses da humanidade como um todo, desse modo a ideologia tem um papel importante na manutenção das relações de dominação (MARX, 2007).

No Manifesto do Partido Comunista Marx afirma que “as ideias de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante” tal afirmação vem indicar o quanto as representações do mundo em que vivemos são estabelecidas pelo modo dominante de produção e de relações sociais. A classe que detém a propriedade dos meios de produção mantém a dominação através, principalmente, das representações de mundo, transformando suas ideias particulares em ideais universais, ou ainda, transforma seus interesses materiais em interesses universais. (MARX, 1996, p.85).

⁴ O termo surge com o filósofo francês Destutt de Tracy, discípulo de terceira geração dos enciclopedistas, que publicou em 1801 um livro intitulado de *Eléments d' Idéologie* (Elementos da Ideologia). De acordo com Löwy (2010) a análise de Destutt de Tracy segue um cientificismo materialista vulgar já que a ideologia é o estudo científico das ideias e são provenientes da interação entre os organismos vivos e a natureza. (CHAUÍ, 2008).

⁵ Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) vão criticar os ideólogos alemães neo-hegelianos por não ultrapassarem a filosofia hegeliana, mas apenas uma parte dela. Através de novas ideias, tomando como base um aspecto da realidade humana.

Desta forma Marx e Engels (1996) defendem que a atividade material está intimamente ligada a produção de ideias, de representações e da consciência. Portanto, o homem é o responsável direto pela produção das suas representações, pelas suas ideias, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe correspondem. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc. de um povo (MARX; ENGELS, 1996).

Chauí (2008) e Löwy (2010) observam que Marx retomou o conceito de ideologia utilizando justamente o sentido “napoleônico”, ou seja, “o ideólogo⁶ é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real” (CHAUÍ, 2008, p.30).

No Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política”, escrito em 1859, Marx emprega dois modelos principais para analisar o sistema capitalista, que são a infraestrutura e a superestrutura, onde concebe a representação da estrutura de cada sociedade constituída por níveis ou instâncias.

No primeiro nível se encontra a infraestrutura ou base econômica que se subdivide na “unidade” das forças produtivas e na relação de produção onde situam o conjunto de forças produtivas, base técnica e econômica, e as relações sociais. No segundo nível se encontra a superestrutura que por sua vez se subdivide em: jurídico-política, compreendendo o direito e o Estado; e a Ideologia que compreende as diferentes ideologias, tais como as esferas política, jurídica e religiosa, ou seja, as instituições responsáveis pela formação das ideias e conceitos da sociedade.

A superestrutura e a infraestrutura estão em um constante processo dialético relacional, que implica em impreteríveis influências mútuas, de modo que

⁶ Os chamados ideólogos - dentre os quais, estava Destutt de Tracy e os discípulos do enciclopedismo francês - eram materialistas ao admitir causas naturais na concepção das ideias, além disso, eram antimonárquicos e apoiaram o golpe de 18 Brumário, pois para esses estudiosos, Napoleão seria um liberal que daria continuidade ao ideário da Revolução Francesa. Entretanto, a partir do momento em que viram Napoleão como restaurador de um sistema que tanto criticaram, perceberam que não haveria conciliações. Em um discurso que atacava os ideólogos, Napoleão os define como especuladores metafísicos, trazendo um sentido pejorativo para o termo ideologia (CHAUÍ, 2008).

qualquer influência na superestrutura surtirá efeitos na infraestrutura, e vice-versa (RESENDE, 2009).

A concepção marxista caracteriza a ideologia como um instrumento de dominação de classe, pois a classe dominante precisa propagar as suas ideias a todos, eliminando as contradições através da ideologia dominante que corresponde à ilusão e abstração da verdade, consciência falsa, equivocada da realidade, enquanto necessidade de pensar a realidade sobre o enfoque de outra classe social que não aquela no qual está inserido, mas necessária a atividade social do ser humano.

Desse modo, a ideologia da classe dominante é compreendida como a saturação do todo social pela essência ideológica de uma simples classe - sujeito, que por sua vez é representada como um simples reflexo das condições de vida e das concepções do mundo de dita classe. (MCDONOUGH, 1980 apud MCLENNAN, 1980). A classe que detém a propriedade dos meios de produção mantém a dominação através das representações de mundo, transformando suas ideias particulares em ideais universais, ou ainda transformando seus interesses materiais em interesses universais. .

Löwy (2010) compreende que a partir dessa crítica fica nítida que a percepção da ideologia para Marx equivale à ilusão, falsa consciência, concepção idealista que não leva em consideração a realidade, mas a inverte e coloca as ideias como o motor da vida real. “Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante” (LÖWY, 2010, p.12).

Essa consciência ilusória da realidade que não pode explicitar as contradições sociais, somente torna-se viável quando preservado a coerência do seu sistema.

Como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUI, 1980, p.113).

Chauí (2008, p. 06) define ideologia como “um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”.

A concepção de Chauí (2008), bem como as demais da tradição marxista, enquadram-se no significado de ideologia, designando “um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante da falsa consciência de uma crença política” (STOPPINO, 2004, p. 585 apud RESENDE, 2009, p.29).

Tal concepção não designa a ideologia como falsa no sentido que não existe, mas é falsa por não expressar completamente as relações sociais sobre as quais o capitalismo se baseia. Sendo assim a ideologia é vista como uma projeção na consciência das pessoas, de ideias produzidas por suas práticas. Assim, a ideologia se apropria da aparência do real, dando as pessoas a impressão de autonomia e independência.

Para Cardoso (1978) a ideologia compreende dois níveis: um abstrato que são as ideias articuladas em sistemas, concepções de mundo; e o outro nível concreto – que engloba a atualização e institucionalização social, ou na prática social. Esses dois níveis se encontram em diferentes campos.

Cardoso observa que numa sociedade de classes existem dois tipos bem diversos de ideologia e correspondem a articulações distintas das forças sociais. O primeiro tipo corresponde aqueles que garantem o fortalecimento de uma situação estabelecida, “a manutenção de um determinado esquema de poder de uma hegemonia global” (CARDOSO, 1978, p. 81). Enquanto o outro tipo corresponde a uma fase de transformação: ou do sistema de poder para a ocupação de uma nova hegemonia global ou no sistema de poder para o acesso de uma nova fração de classe.

Uma determinada ideologia dominante se define em função das relações entre as classes, se afirmamos que existe uma ideologia dominante, fica subtendido que existe uma ideologia dominada. Se a estrutura ideológica se compõe de campos, onde um possui preponderância sobre o outro, se faz necessário desvendar o campo ideológico dominante materializado na ideologia política no poder do Estado.

Dessa forma a ideologia dominante se configura como expressão da manutenção e expansão do domínio hegemônico, mas sem transparecer que o

verdadeiro objetivo é a expansão do seu domínio para as classes dominadas que acreditam e se sentem partes inclusas dentro da ideologia dominante: “uma ideologia é dominante quando é ela que define fundamentalmente o quadro dentro do qual o pensamento se move e as linhas mestras segundo as quais ele se move”. (CARDOSO, 2013, p.210). Nesse primeiro momento a apresentação da ideologia dominante e de projetos de classe como ideologia e projetos da sociedade como um todo encontra uma aceitação social, entretanto, a aceitabilidade social vai sendo reduzido à medida que o caráter de classe vai sendo marcado.

Outros autores ao discorrer sobre a ideologia concordam quanto ao seu caráter de classe. Gramsci compreende o Estado enquanto instância de dominação política e de luta política no qual a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados. Baseado em Marx, expõe que obter a consciência dos conflitos de ordem econômica só é possível através da ideologia, além disso, acrescenta que é através da construção da hegemonia que o poder dominante se consolida, sendo a ideologia parte constitutiva da hegemonia (GRAMSCI, 1991 apud SILVA, 2013).

O pensamento gramsciano é necessário para compreender a base do poder na estrutura oligárquica maranhense e a função do Jornal O Estado do Maranhão como mídia impressa e influente nesse processo. A hegemonia que se apresenta se firma na estrutura econômica, no plano da superestrutura, a ideologia. O ponto de partida para a exploração de Gramsci é o modelo marxista de estrutura e superestrutura. Uma série de conceitos utilizados contornam esse modelo e abrem caminho para um entendimento das complexas articulações da formação social.

Em cadernos de cárceres Gramsci raramente utiliza o termo ideologia, mas uma série de termos são utilizados como equivalentes, tais como: “filosofias”, “concepções do mundo”, “sistemas de pensamento” e formas de consciência. Ao introduzir o termo Gramsci descreve a política como um “nível da superestrutura”, como componente básico nas relações de estrutura e superestrutura, é o momento-chave que marca a passagem de uma esfera para a outra e no qual a natureza das relações de classe é definitivamente constituída e contestada numa relação de forças permanentemente variável.

A intenção de Gramsci ao escrever os *Cadernos* é uma teorização do nível político através de uma reflexão sobre sua própria experiência e sobre a

história da Itália. Para ele, o nível político tem suas leis próprias, diferentes do econômico, e sua própria “atmosfera incandescente, sendo através de uma análise do político que Gramsci concebe a ideologia (HALL et al.1980,p.63).

Nesse contexto, as ideologias não são apontadas segundo um critério de verdade e falsidade, mas conforme a sua função e eficiência em agregar classes e frações de classes em posições de domínio e subordinação. Hall et al (1980) reitera que a ideologia contribui para cimentar e unificar o bloco social e que Gramsci estabelece duas distinções correlatas tocante à ideologia:

A primeira distinção é entre maneiras sistemáticas de pensar (“filosofia e “ideologia”, segundo o seu uso) e formas de pensamento agregadas e internamente contraditórias (“senso comum” e “foclore”). A segunda distinção entre ideologias orgânicas, semi-orgânicas e não-orgânicas, isto é, de acordo com o grau em que as ideologias correspondem às potencialidades e ao movimento de classes fundamentais na história, e de acordo com sua capacidade para análises concretas. A verdade de uma ideologia para Gramsci, está em sua capacidade de mobilização política e, finalmente, em sua realização histórica (HALL et al. 1980, p. 64).

Gramsci está abrindo um novo campo com respeito à compreensão marxista da ideologia que até estava inerte com a formulação de *A Ideologia Alemã* na clássica frase que “as ideias da classe dominante são em todas as épocas as ideias dominantes”. Gramsci sustenta a posição de Marx, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é ao mesmo tempo a força ideológica dominante e apresenta-se a si mesma como universal. Desse modo qualquer mácula de “status e posição” que aparentam uma desigualdade imanente entre os homens serão dissimuladas. O governante utiliza o poder do bloco de governo para representar e falar em nome do “povo”, da “nação”, “humanidade”, como uma pré-condição para a fundação de seu próprio Estado e a garantia de sua sobrevivência (HALL et al. 1980, p. 64).

No entanto Gramsci vem romper com a concepção da ideologia como simples reflexo de relações a nível econômico e como expressão uniforme da classe dominante. Pois embora a ideologia dominante se apresente como universal, ela não decorre automaticamente da mesma, mas normalmente é o resultado da relação de forças entre as frações do bloco dominante.

Por isso Gramsci concebe a apropriação diferencial das ideias dominantes dentro do próprio bloco governante e dentro da classe dominada. A primeira

tem sua base no fracionamento do bloco dominante e numa divisão do trabalho entre funções intelectuais e funções mais práticas; a segunda, no complexo processo de acumulação, transformação e rejeição das ideias dominantes pelas classes subordinadas (HALL et al. 1980, p.64).

Ferreira (2018) expõe que Gramsci finca o estudo da hegemonia nas seguintes bases:

- a) A hegemonia é ético-política (GRAMSCI, 2004, p.371).
- b) É econômica: “[...] a hegemonia nasce da fábrica.” (GRAMSCI, 2001b, p.247).
É expressão do mundo da produção;
- c) A luta pela hegemonia é travada na sociedade civil (GRAMSCI, 2004b, p.210).
- d) Hegemonia é exercício de direção intelectual e moral de domínio (GRAMSCI, 2002 c, p.210, p.330).
- e) Hegemonia é consenso ativo (GRAMSCI, 2004, p.198).
- f) Hegemonia é a capacidade de impor sua vontade a outrem, possibilidade de imprimir de forma absolutamente autônoma uma direção (GRAMSCI, 2002 b, p.120).
- g) Hegemonia é necessariamente de um grupo sobre o outro; não há hegemonia de indivíduos (GRAMSCI, 2001 a, p.98).
- h) A hegemonia é a combinação dos interesses nacional e internacional (GRAMSCI, 2002).
- i) Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica (GRAMSCI, 2004 p.399).
- j) Hegemonia é afirmação de uma nova ordem (GRAMSCI, 2004 p.255), de uma nova concepção de mundo (GRAMSCI, 2001a, p.53), de nova cultura (GRAMSCI, 2001a, p.15,101). Não há contra-hegemonia, mas criação da própria hegemonia do grupo social que se torna independente da hegemonia de outro grupo social (GRAMSCI, 2004 p.368).

A partir desse conjunto de características Ferreira (2018) pontua que a categoria da cultura e da hegemonia correlaciona-se diretamente com a luta ideológica que vem junto à construção de uma nova concepção de mundo, de hegemonia e de nova cultura que as classes subalternas tentam instituir.

Stuart Hall e outros estudiosos culturais britânicos do Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham se preocuparam em estudar temas ligados a cultura, ideologia e identidade a partir de uma sofisticada reinterpretação de alguns pensadores centrais do pós-estruturalismo e de uma leitura própria de Gramsci.

Para Hall, hegemonia compreende mais do que simplesmente poder cultural e ideológico, refere-se a todos os 'processos onde um grupo social que alcançou a liderança econômica, é capaz de expandir isto para uma liderança social, política e cultural através da sociedade civil e do estado' (HALL, 1980, p 35 apud GUEDES, 2019, p.5-6).

Hall coloca que apesar da posição de classe e dos fatores materiais se apresentarem de forma essencial na formação ideológica, não são suficientes como ponto de partida para a análise de qualquer formação ideológica. "Com relação a ideologia, Hall a compreende como um fenômeno discursivo conceituado em termos da articulação de diferentes elementos" (GUEDES, 2019, p.5-6).

Ideologia para Gramsci é teorizada como tendo dois domínios: filosófico (ideologias teóricas) e senso comum. O papel das 'ideologias orgânicas' é interferir no terreno do senso comum. O senso comum é a estrutura da ideologia popular, uma 'concepção espontânea do mundo', que engloba traços dos sistemas de pensamento prévio os quais se sedimentam no cotidiano. Como Gramsci, Hall está interessado na relação entre filosofia (teoria ideológica) e senso comum no processo de sedimentação ideológica.

Dentro da área de comunicação, uma das contribuições específicas de Hall é de ligar as formas culturais ideologicamente codificadas as estratégias de decodificação da audiência. Ao fazer esta ligação, simultaneamente considera as mudanças do contexto político dos signos da mídia e das mensagens. Para Hall, os textos ideologicamente codificados continuam sendo o primeiro nível de determinismo. Com relação aos meios de comunicação, Hall argumenta que estes formam a principal instituição ideológica do capitalismo contemporâneo, i.é, os sistemas de comunicação formam o principal espaço no qual o consenso dominante é forjado (GUEDES, 2019).

A 'redescoberta' do conceito de ideologia nos estudos da mídia, reintroduziram a noção de poder e, de forma mais crítica, a questão da construção do real. O estruturalismo de Althusser, que influenciou os Estudos Culturais na Inglaterra, é de particular importância para a compreensão da ideologia. Sua preocupação central é investigar os meios pelos quais a sociedade capitalista reproduz as relações institucionais de dominação. A produção e reprodução da ideologia são a chave para esta questão (GUEDES, 2019.p.7).

O papel desempenhado pela mídia tem sido o de ofuscar essa realidade. Desse modo a mídia se caracteriza como um elemento primordial de manutenção da ideologia dominante, à medida que atua permanentemente para obstruir o processo de compreensão da realidade. Ferreira (2018) compreende que a mídia possui um papel fundamental – embora não exclusivo a ela: conservar a unidade ideológica do bloco social dominante, embutindo nas classes subalternas à concepção de mundo que está cimentada e unificada pela ideologia dominante.

O estruturalismo de Althusser, que influenciou os Estudos Culturais na Inglaterra, é de particular importância para a compreensão da ideologia. Sua preocupação central é investigar os meios pelos quais a sociedade capitalista reproduz as relações institucionais de dominação.

Althusser (1994) ao discutir a questão da ideologia retoma Marx para colocar que toda formação social surge de um modo de produção dominante e para que a formação social exista esta precisa organizar suas forças produtivas e as relações de produção existente. Para Althusser (e para Marx) a ideologia é vital para a reprodução das relações de produção já que os “sujeitos individuais” a fim de garantir a reprodução das relações de produção, ocupam os postos que a divisão sociotécnica do trabalho lhes atribui na produção, na exploração, na repressão e na ideologização etc.

Althusser usa o termo “ideologia” para caracterizar a ideologia em geral, no entanto, percebe que uma teoria de ideologias particulares (religiosa, ética, jurídica ou política), depende de forma efetiva da história das formações sociais e dessa forma dos modos de produção combinados nas formações sociais e das lutas de classe que neles se constroem.

Desse modo Althusser contribui com a “teoria marxista” do Estado trazendo novas proposições: O autor argumenta que a ideologia tem uma existência material, e portanto, existe num aparelho e em suas práticas.

Essa existência é material; essa relação imaginária com relações reais (ideologia) é, ela mesma, dotada de uma existência material e esta é a prática da ideologia no seio de aparelhos específicos da sociedade. Assim, Althusser, expressa a noção estruturalista de que o conhecimento do funcionamento interno de uma estrutura deve preceder o estudo de sua gênese e evolução. Estuda-se o funcionamento interno, definindo-se a existência da ideologia em termos do modo como está inscrita nos "atos governados por rituais, definidos, em última instância por um aparelho ideológico" (ALTHUSSER, 1994, p. 170).

Nesse sentido Althusser (1994) evidencia que para progredir a teoria do Estado é indispensável levar em conta a distinção entre o poder estatal e o Aparelho de Estado, mas também outra realidade que está lado a lado do Aparelho de Estado, mas não se confunde com ele: *os Aparelhos Ideológicos de Estado*.

De acordo com o autor, a reprodução das forças produtivas e as relações de produção existentes vão garantir condições favoráveis para a criação de um aparelho do Estado repressivo que na teoria marxista compreende o governo, os ministérios, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios, dentre outros.

A reprodução das relações de produção que são em última instância as relações de exploração, na linguagem marxista da infraestrutura e superestrutura é assegurada pela superestrutura jurídico-política e ideológica. O autor acredita ser indispensável ir além dessa linguagem ainda descritiva e afirma que tal reprodução é assegurada pelo exercício do poder estatal nos Aparelhos de Estado, tanto o Repressivo, como o Ideológico.

No que se refere às distinções entre os Aparelhos, o autor descreve que existe um Aparelho (Repressivo) de Estado que pertence inteiramente ao domínio público. Por sua vez, os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) são instituições distintas e especializadas que apresentam pluralidade e pertencem na sua grande maioria ao domínio privado. Mas, a principal diferença é que o Aparelho (Repressivo) de Estado atua principalmente através da violência e os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam predominantemente "pela ideologia", tais como: igrejas, escolas, partidos, empresas, famílias.

Entretanto todo Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, "funciona" ao mesmo tempo pela violência e pela ideologia, mas o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona predominantemente pela repressão e secundariamente pela ideologia. No sentido inverso, os Aparelhos Ideológicos de

Estado funcionam predominantemente *pela ideologia*, mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que de forma mascarada e simbólica.

Tais aparelhos constituem a base de reprodução, dessa forma, a ideologia dominante se concretiza através desses aparelhos já que ambos funcionam ao mesmo tempo pela violência e pela ideologia possuindo um duplo funcionamento seja em caráter predominante ou secundário (ALTHUSSER, 1994).

Dessa forma, através dos Aparelhos Ideológicos do Estado e do Aparelho de Estado a ideologia da classe dominante legitima as condições de reprodução da ordem burguesa e contribuem para as relações capitalistas de exploração, sendo não apenas o alvo, mas o lugar da luta de classe. Segundo Althusser a “ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1994, p. 128) que pode ser identificada nas práticas e rituais, presente nos diversos Aparelhos Ideológicos de Estado e na ação do Estado. A reprodução da força de trabalho requer não apenas uma qualificação, mas exige a reprodução da submissão à ideologia vigente, dessa forma, a igreja, a escola e os outros aparelhos ensinam a habilidade, mas sob formas que vão assegurar a sujeição à ideologia dominante: “É nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho” (ALTHUSSER, 1994, p. 109).

Na segunda parte do seu ensaio Althusser faz um esboço inicial e esquemático para propor indagações sobre a estrutura e funcionamento da ideologia em geral. O autor inicia justificando o projeto de uma ideologia em geral e se essa teoria é um dos elementos do qual depende a teoria das ideologias. Ele inicia com uma proposição paradoxal: A ideologia não tem história. Na ideologia alemã essa formulação aparece num contexto positivista como pura ilusão, puro sonho, vazio e fútil constituído da realidade e plena e positiva da história concreta de indivíduos, onde a única história existente é a história dos indivíduos, nesse sentido é uma tese puramente negativa. Dessa forma não representa nada é puro sonho, não tem história, não significa que nela não haja história, mas ela não tem uma história própria. A teoria das ideologias se baseia nas formações sociais, dessa forma nos “modelos combinados nas formações sociais e das lutas de classes que se desenvolveu dentro delas” (ALTHUSSER, 1994, p. 124). Assim sendo não há uma teoria das ideologias em geral já que a ideologia tem uma história situada fora da ideologia em si.

Althusser defende que as ideologias tem uma história própria, mas a ideologia em geral não tem história, mas num sentido totalmente positivo - diferente do empregado por Marx - embasado na concepção freudiana que o inconsciente é eterno, não tem história.

Para explicar a ideologia em geral ele formula três hipóteses: onde a primeira ele afirma ser negativa, a segunda positiva e a última ele caracteriza como tese central para alcançar tal propósito, sendo estas:

a) *A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.*

A ideologia religiosa, moral, jurídica, política etc. comumente é identificada como “concepções de mundo”, essas concepções são em grandes medidas imaginárias, não “correspondem à realidade”. Apesar de ser uma representação imaginária de determinada “concepção de mundo” apresenta de certa forma a realidade do mundo, mas uma realidade que precisa ser desnudada e interpretada.

Entretanto, mesmo admitindo que elas não correspondem à realidade, isto é, que constituem uma ilusão, admitimos que elas efetivamente se referem à realidade, e que só precisam ser "interpretadas" para que se descubra a realidade do mundo que esta por trás dessa representação imaginária desse mundo (ideologia ~*ilusão/alusão*) (ALTHUSSER, 1994, p. 126).

Na linguagem marxista a representação das condições reais representa a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem já que essas condições de existência são alienantes e dominadas pela essência da sociedade capitalista: o trabalho alienado.

Althusser se opõe a concepção de uma representação mecânica da ideologia e acentua que os homens vivenciam a sua relação com as condições reais de existência através da ideologia, e essa relação é imaginária. “O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem.” (ALTHUSSER, 1994, p. 128).

b) A ideologia tem uma existência material

Ao analisar a natureza da ideologia o autor acredita que cada AIE e suas práticas corresponde a realização de uma ideologia (sendo a unidade dessas diferentes ideologias) garantida por sua sujeição à ideologia dominante, sendo assim a ideologia existe num aparelho de forma material. Dito de outro modo, as ideias deixam de ter uma existência ideal ou espiritual, mas material, já que as relações vividas envolvem práticas e rituais no interior de Aparelho Ideológicos concretos.

Para exemplificar a existência material da ideologia, Althusser afirma que os indivíduos que vivem numa ideologia - numa determinada representação de mundo cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, com as relações de produção e com as relações de classe – porta-se de uma maneira, adota alguns comportamentos e práticas submetidas as regras dos AIEs do qual depende as ideias que ele escolheu como sujeito, as ideias do indivíduo contém as ideias de sua crença, desse modo o comportamento do sujeito é a decorrência natural. Assim sendo todo o sujeito dotado de consciência inscreve suas ideias nos atos de sua prática material. Althusser conclui que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia.

c) A ideologia interpela indivíduos como sujeitos

A última proposição de Althusser ratifica que não existe ideologia exceto pelo sujeito e para sujeitos concretos, segundo o autor a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de qualquer ideologia na proporção que toda ideologia tem a função de constituir indivíduos concretos como sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o reconhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia: O sujeito vive espontaneamente ou naturalmente numa ideologia “todo homem é um animal ideológico por natureza”.

É através desses mecanismos que a ideologia funciona nos rituais materiais da vida cotidiana e opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere a si mesmo e as suas ações em práticas reguladas pelos Aparelhos Ideológicos. Na ideologia religiosa depreende-se que a interpelação dos indivíduos como sujeitos pressupõe a existência de outro Sujeito, Absoluto, Único e Central, isto é, Deus.

A dupla estrutura da ideologia garante, simultaneamente: 1) a interpelação dos "indivíduos" como sujeitos; 2) sua submissão e sujeição ao Sujeito; 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, o reconhecimento dos sujeitos entre si e, por último, o reconhecimento de si mesmo pelo sujeito; 4) a garantia absoluta de que tudo é da forma como está, exigindo um comportamento exímio por parte dos sujeitos. Os sujeitos trabalham pelas ideologias e se inscrevem em práticas regidas pelos rituais dos AIEs.

Os sujeitos "trabalham sozinhos", o mistério reside na ambiguidade onde sujeito significa: (1) uma subjetividade livre responsável pelos seus atos; (2) um ser sujeitado que se submete a uma autoridade superior e, portanto, é desprovido de liberdade. Ou seja, o indivíduo é interpelado como sujeito para que se submeta, não existem sujeitos senão por e para a sua sujeição.

Essa relação de sujeição do sujeito a um Sujeito garante a reprodução das relações de produção, inclusive nos processos de produção e circulação, na consciência, no comportamento dos indivíduos.

E por isso que os AIEs não são a realização da ideologia *em geral*, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante. Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e continua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe explorada (ALTHUSSER, 1994, p.140).

Do ponto de vista de conquistar o consentimento da classe trabalhadora, o Estado além de utilizar o seu Aparelho de Estado Repressivo, como desde início da formação do Estado moderno, tem utilizado de forma exaustiva os seus recursos midiáticos e discursivos para criar um consenso em torno das medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise, convocando toda a sociedade a se empenhar nessa jornada. Dessa forma a classe dominante precisa manter o controle do aparelho de Estado pra mascarar a exploração e naturalizar as relações sociais, que conseqüentemente leva a uma naturalização das desigualdades sociais. Nesse processo de construção das concepções percebemos a existência da ideologia. Assim, pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia qual matriz

geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças dessa relação (ZIZEK, 1994, p.7).

A ideologia burguesa, principalmente através dos aparelhos ideológicos, busca camuflar o modo de produção capitalista e as formas de reprodução da dominação, esse processo tem se dado principalmente através dos meios de comunicação de massa que reproduzem a ideologia dominante que vão ajudar a legitimar as práticas do processo de dominação, ou seja, “para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta” (ZIZEK, 1994, p.14). Esse ocultamento garante a continuidade do modo de produção capitalista já que divide a classe trabalhadora e fortalece a ideia de hegemonia.

A ‘redescoberta’ do conceito de ideologia nos estudos da mídia, reintroduziram a noção de poder e, de forma mais crítica, a questão da construção do real. Sendo assim apesar da ideologia se expressar em diversos campos (história, arte, religião, linguagem etc.,) é no campo da atividade política que se expressa de forma mais explícita. Na cena política nos deparamos com diferentes discursos ideológicos que orientam a prática política de representantes do poder político no nível executivo e/ou legislativo que necessitam serem identificados.

A política precisa ser legitimada através de princípios universais, entretanto, no mundo político a todo o momento se tenta convencer a sociedade que os interesses particulares da classe dominante coincidem com os gerais. Os representantes políticos da classe dominante se utilizam de variados recursos para se legitimar diante das classes trabalhadoras, principalmente os grandes meios de comunicação.

Quando se trata do exercício do poder, aqueles que têm a posse dos grandes meios de produção inevitavelmente tendem a ficar convencidos (e tratam de convencer os demais) de que a situação de que se beneficiam é se não a melhor, ao menos, a menos ruim das situações possíveis. Na medida em que os conhecimentos detêm o saber tendem a acreditar necessariamente que a superioridade da sua cultura só não é reconhecida por má-fé (KONDER, 2002, p.250).

Bakhtin compreende a visão da linguagem a partir da interação social - diferente dos seus antecessores que concebiam o enunciado como um ato individual - nesse contexto a elaboração mental do conteúdo e a enunciação desse conteúdo é orientado socialmente. Essa perspectiva trazida pelo autor articula a estrita relação

entre a linguagem e à ideologia, pois a linguagem é o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente:

Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. (BRANDÃO, 2012, p.9)

No geral os estudos linguísticos sempre foram problematizados pela oposição língua/ fala, a partir das novas concepções subjetivas e sociais buscou-se uma compreensão do fenômeno da linguagem fora da dicotomia saussuriana e essa instância da linguagem é caracterizada como discurso (BRANDÃO, 2012).

Baseada nas análises de Fairclough (1994) buscou-se entender o elemento linguístico como elemento social. Ele afirma que a análise crítica do discurso é primeiramente uma característica da vida e só depois uma tarefa acadêmica. A análise do discurso tem como propósito o debate teórico e metodológico do discurso: a linguagem como prática social. A linguagem não é apenas o reflexo da vida social, mas o linguístico é social; é uma forma de ação e representação, dessa forma além de agirmos discursivamente também representamos discursivamente o mundo a nossa volta.

Dessa forma, a linguagem é a percepção acentuada do homem sobre suas práticas sociais. Fairclough (2008) propõe utilizar o termo discurso para designar “o uso da linguagem como forma de prática social”, dessa forma o social constitui o discurso e é por ele constituído. Essa constituição dialética do discurso insere o mesmo numa relação entre o conjunto de discursos particulares e uma situação social, sendo o cerne entre a relação do discurso e da sociedade e o poder.

Fairclough (2008) ao utilizar o termo discurso não o considera como atividade individual, ou reflexo das variáveis circunstanciais, mas considera o uso da linguagem como prática social. Para o autor a dimensão do discurso social possui três efeitos: 1- o discurso contribui para a construção do que é referido como “identidades sociais”, 2 – o discurso contribui para a construção das relações sociais e 3- o discurso contribui para construção de sistemas de conhecimento e crença.

Primeiro o discurso é um modo de ação e de representação onde as pessoas podem agir sobre as pessoas e sobre o mundo. Segundo, existe uma relação dialética entre a prática social e a estrutura social, sendo o discurso moldado e restringido pela estrutura social e dessa forma é socialmente constitutivo, como se pode observar:

1) *Análise das práticas discursivas*

“A prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 2008, p.106). Dessa forma fica claro que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos, passando por processos discursivos.

2) *Análise da prática social*

A prática social tem diversas orientações, tais como econômicas, políticas, cultural, ideológica e o discurso pode estar em todas elas. Entretanto é o discurso como modo de prática política e ideológica que mais interessa a esse estudo. “O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder”. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94)

De acordo com Fairclough (2008) a análise de discurso é uma área de estudo muito diversificada que pode ser dividida em abordagens ‘não-críticas’ e ‘críticas’ de acordo com a orientação social para o discurso. No presente trabalho buscou-se identificar as abordagens críticas mostrando como o discurso é moldado pelas relações de poder e ideologias.

Dessa forma a prática política e a ideologia não são independentes uma da outra. Pois a ideologia representa os significados resultantes das relações de poder. Conforme observamos abaixo:

Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2008, p.94).

Cada tipo de discurso modula seus efeitos de verdade de uma forma específica. Por exemplo, o discurso da informação modula-se de acordo com as razões que a informação foi transmitida, segundo os traços psicológicos e sociais do informador e segundo os meios acionados para provar a veracidade do que foi informado (CHARADEAU, 2009).

Michel Pêcheux desenvolveu uma abordagem crítica à análise do discurso onde busca combinar a análise do discurso com um método de análise textual na teoria marxista de ideologia de Althusser (1971). Althusser defende que a ideologia da base econômica possui uma autonomia relativa e contribui para a reprodução ou transformação das relações econômicas. “A contribuição de Pêcheux a essa teoria foi desenvolver a ideia de que a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante. Ele usa o termo ‘discurso’ para enfatizar a natureza ideológica do uso linguístico.” (FAIRCLOUGH, 2008, p.52).

O crédito que se pode dá a uma informação depende da posição social e do papel que o informador desempenha para com o grupo que é porta-voz do informador. Sendo assim Charadeau (2009) coloca algumas posições do informador.

- a) *O informador tem notoriedade*: Nessa posição se encontram as pessoas públicas que devido a sua posição social possuem certa autoridade e, portanto, o que diz pode ser considerado digno de fé, mas também por conta dessa posição ocupada podem-lhe atribuir intenções manipuladoras.
- b) *O informador é uma testemunha*: desempenha o papel de portador na medida em que fala o que viu e ouviu. É considerado desprovido de qualquer tipo de ocultamento e estratégia, dessa forma é ingênuo, a não ser que seja manipulado ou produza um falso testemunho.
- c) *O informador é plural*: Trata-se da informação que emana de várias fontes e de vários informadores.
- d) *O informador é um organismo especializado*: “é o caso de centros institucionais encarregados de recolher e estocar informações, sendo, em princípio, os menos suspeitos de estratégias manipuladoras”. (CHARADEAU, 2009, p. 53)

Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, dedica um deles exclusivamente para debater o tema jornalismo demonstrando sua profunda relação com o tema e a importância que o mesmo atribuiu aos meios de comunicação na sociedade. No caderno 7 dos Cadernos miscelâneos ele afirma que a imprensa marrom –

conhecida como jornalismo sensacionalista- é a responsável pela perturbação da opinião pública e possibilidade de alteração no perfil emocional dos leitores a ponto de influenciar no resultado das eleições. Gramsci também reconhece a participação dos meios impressos de comunicação na evolução do desenvolvimento da civilização no tocante à oratória e a retórica, bem como a revolução no mundo cultural, subsidiando a memória e favorecendo uma expansão na atividade educacional.

O autor se refere à imprensa e aos meios de comunicação como um todo, ele qualifica de setor editorial em geral como a parte mais dinâmica da estrutura ideológica da classe dominante, dentro da qual se incluem as bibliotecas, as escolas, os clubes, a arquitetura. Como dito anteriormente nos cadernos de cárceres o autor expõe como base a realidade italiana, apresentando análises específicas sobre os veículos de comunicação daquele país, mas podem-se obter vários posicionamentos que vão interessar a este trabalho.

Ressalta que existe uma diferenciação entre jornal de informação e jornal de opinião. O primeiro é um jornal sem partido destinado as massas populares e o segundo representa oficialmente um partido político ou ideia, dedicado a um público restrito. Ele esclarece que apesar do jornal de informação não apresentar um posicionamento político, ele, contudo pode atuar em favor de determinado posicionamento caso não tenha dados contra a sua doutrina e moral (GRAMSCI, 2004 apud COUTO, 2009).

Gramsci faz a relação dos meios de comunicação com os partidos políticos, dessa forma conclui que “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também, ‘partidos’, ‘frações de partidos’ ou ‘funções de determinados partidos” (GRAMSCI, 2004, p.350). Apesar dos veículos considerados por Gramsci não terem vinculação direta com os partidos são reconhecidos por cumprir tanto a função informativa como a função de difusão da cultura política vigente: “não se pode prescindir dos jornais: são os jornais agrupados em séries que constituem os verdadeiros partidos” (GRAMSCI, 2004, p.218). O nome atribuído por Gramsci para a conjunção de interesses políticos e veículos de comunicação é *truste jornalístico*.

No que se refere aos meios de comunicação Gramsci aponta que é a parte mais importante da frente ideológica que os setores dominantes precisam

desenvolver para a manutenção do poder ideológica, afirma ainda que a imprensa é a “parte mais dinâmica dessa estrutura, mas não é a única” (2004, p.78), sua totalidade e composta por tudo aquilo que tem o potencial de influenciar a opinião pública.

2.1 IDEOLOGIA POLÍTICA: a herança patrimonialista no contexto maranhense

Singer (2000) apresenta a ideia de que a ideologia é uma das principais orientadoras do voto ora pelo caráter de classe de ambos, ora pelo efeito de economia da informação.

A ideologia como uma das principais orientadoras do voto foi sistematizada inicialmente por Lipset (1967) em *Political Man*. Nesse estudo o autor retrata estudos realizados a partir de 1920 sobre o comportamento eleitoral visando construir uma teoria a respeito do voto nas democracias ocidentais. Lipset conclui que existe uma relação entre classes sociais e posições políticas, desse modo o poder aquisitivo do indivíduo o inclina para determinada posição política. No entanto, isso não quer dizer que os trabalhadores sempre votem no “partido dos trabalhadores” ou que os proprietários sempre votem no “partido dos proprietários”. De modo algum, antes pelo contrário se faz necessário haver um reconhecimento que cada vez mais existe uma migração entre os partidos. Mas o que o autor afirma é que se percebe uma tendência entre as preferências partidárias e a classe dos eleitores (SINGER, 2000).

Para Gramsci o que explica o consentimento de que goza a produção entre as classes subordinadas não pode ser explicado nem pela força, nem pela lógica da produção capitalista. Entretanto, a explicação desse consentimento reside no poder da consciência e da ideologia. Conforme acrescenta Buci – Glucksman:

Mas, concomitantemente, nessa própria consciência que pode consentir nas relações da sociedade capitalista repousam os fundamentos de uma estratégia para obter o consentimento ativo das massas através de sua auto-organização, começando pela sociedade civil e em todos os aparelhos hegemônicos – da fábrica à escola e à família (BUCI – GLUCKSMAN, 1982, p.119 apud CARNOY, 1988).

Consoante apresentado acima o conceito gramsciano de hegemonia apresenta dois significados principais: o primeiro se evidencia na sociedade civil através da liderança moral e intelectual de uma classe dominante sobre outras frações aliadas da classe dominante. Conforme Giroux (1981) a fração dirigente possui o poder e a capacidade de articular os interesses das outras frações. Para tal não impõe sua própria ideologia ao grupo aliado, mas através de um processo transformativo e pedagógico consegue articular um princípio hegemônico, que combina elementos comuns, extraídos das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados (CARNOY, 1988).

O segundo significado principal é a relação entre classe dominante e classe dominada. A hegemonia compreende os esforços da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como abrangente e universal. Autores como Buci – Glucksman (1974), Mouffe (1979) e Giroux (1981) reforçam que tal relação de consentimento não é estática, mas move-se em um terreno em deslocamento dinâmico a fim de acomodar-se à natureza mutável dos fatos históricos e as ações reflexivas dos seres humanos (CARNOY, 1988).

No contexto brasileiro quando falamos de política e ideologia, torna-se claro evidenciar que as bases estruturais da política pública brasileira já tinha uma formação conservadora desde os tempos da colonização. Holanda (1995) ao contribuir em seus estudos sobre a formação sócio-histórica brasileira caracteriza a estrutura da sociedade colonial como rural. Como quase nada do que se produzia fora das fazendas era necessário para a vida dos seus habitantes, as relações familiares eram mais importantes e respeitadas que entre os cidadãos e o Estado era tido, junto com suas leis, como marginais. Nesse período a entidade privada se confunde com a entidade pública e é pautado na extensão da esfera doméstica para a esfera pública que o clientelismo encontra as bases para a sua origem e desenvolvimento.

A autoridade patriarcal se processava dentro e fora da esfera doméstica através de um modelo baseado no personalismo e que vai ser predominante nos domínios das propriedades rurais constituindo a base e o centro da organização social o que impedia a tentativa de formas sociais mais avançadas.

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando (...) o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p.82).

O poder político era centrado nas mãos dos senhores rurais e como esses homens eram contra a supressão do tráfico de escravos, este se manteve até 1850. Esse processo mantém-se por séculos, resistindo até mesmo à decadência dos engenhos de açúcar que iam sendo substituídos, em importância, pelas fazendas de café.

Caio Prado Júnior (1995) reforça que os procedimentos legais da metrópole estavam muito limitados diante da realidade da colônia e dessa forma não conseguiam agregar os diferentes e fragmentados interesses o que ocasionou na produção de dois efeitos, a saber: a centralização monárquica e o monarca pro direito divino e do outro uma referência metropolitana ineficaz e inoperante;

os conflitos entre senhores e escravos, entre senhores e homens livres pobres, entre os próprios senhores e entre os homens livres pobres, deles todos com o estamento religioso e com o estamento letrado produziram dois efeitos aparentemente opostos: de um lado, a centralização monárquica e o monarca por direito divino aparecem como o único pólo capaz de conferir alguma unidade aos interesses das classes abastadas e aos privilégios dos estamentos; de outro, a referência metropolitana parece ineficaz e inoperante diante da realidade social fragmentada, costurada apenas com os fios de decretos, alvarás e ordenações emanados da Coroa (CHAUI, 2000,p.31).

A partir do ponto de vista ideológico algumas colocações são possíveis. Observa-se um poder que transcende o mundo físico e dessa forma é divino, colocando-se acima do bem e do mal. Essa imagem é reforçada pelas relações de mando e privilégios locais e a vontade do senhor é acima da lei já que a ele foi garantido o direito natural ao poder, segundo a hierarquia do direito natural objetivo, um direito visto no imaginário popular como sagrado. Apesar de necessário não se pretende aqui fazer um levantamento de toda essa rede de poder até os dias atuais,

mas apenas evidenciar que as bases estruturais da política pública brasileira já possuía uma formação conservadora desde os tempos da colonização.

O exemplo citado acima evidencia uma formação social caracterizada pela desigualdade e por um regime escravocrata que sobrevivia à custa de favores. Esse clientelismo já é originário de uma formação social escravista e assume novas referências dentro do sistema capitalista de produção, mas não estabelece rupturas, pelo contrário a partir de arranjos e associações que estabelecem elementos do “velho” sistema e dinamizam segundo às necessidades do “novo” (ARAUJO, 2001).

Diante desse padrão político que foi traçado no Brasil, as oligarquias⁷ políticas no estado do Maranhão se caracterizam como sendo resultado da centralização do poder em torno de interesses particulares, enquanto expressão de um processo de organização política de cunho familista acentuando o mandonismo político, onde destaca-se o grupo oligárquico Sarney (CALDEIRAS, 1978).

A diversificação intra-regional do Estado, assim como a dificuldade de intercomunicação entre as regiões – inclusive com a capital São Luís – favoreceu a constituição de oligarquias locais que puderam se impor a tarefa de dominação política do seu meio em conformidade com o pacto firmado com a classe controladora do poder central do Estado (CALDEIRAS, 1978, p.62).

Observa-se que tal organização política no Maranhão é um reflexo da organização política do Estado brasileiro que vai se reafirmar conservando o caráter patrimonialista, que serve de pilar para um modelo centralizador de recursos políticos e financeiros.

Pereira (1996) ressalta que no contexto maranhense o padrão que conjuga padrão de mando e clientelismo firmado no compromisso coronelista/oligárquico é evidenciado na figura do Senador José Sarney.

Gonçalves (2008) escreve que no início da caminhada como governador do Estado do Maranhão (1966-1970) José Sarney traz no seu projeto político o discurso da modernidade apresentando como slogan o “Maranhão Novo”, procurando romper com a ideia do Maranhão “atrasado”, “arcaico”, “pobre”, representado pela oligarquia vitorinista⁸ (GOMES, 2018).

⁷ Oligarquia, segundo Bobbio (1992, p.837) é um grupo político cuja unidade de coesão e estabilidade estão baseados na comunhão de interesses.

⁸ A Era Vitorinista refere-se ao domínio político de Vitorino Freire, em cuja carreira política ocupou os cargos de deputado federal em 1945 e senador por 23 anos (1947-1970), elegeu governadores do

Costa reafirma que o discurso do “Maranhão novo” surge em contraposição ao Maranhão “atrasado” e “arcaico”, a morte é colocada por diversas vezes no discurso de José Sarney, entretanto, [...] “a anunciada ‘morte da pobreza’ apenas ‘subverteu’ os limites estruturais da miséria, ampliando-os” (COSTA, 1997, p.7). Silva (2011) coloca que o discurso do moderno é identificado através de um aparato burocrático que viabiliza as condições de reprodução e mascara o projeto de dominação classista. Desse modo:

O moderno neste discurso é identificado com a implantação de um aparelho burocrático e com um quadro de funcionários de “reconhecida capacidade técnica”, supostamente guiados pelos princípios da imparcialidade e pelo compromisso com a reconstrução do Maranhão. [...] Ao se identificar com a competência e os princípios da burocratização, a oligarquia Sarney apresentou seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as condições de reprodução do capital, ainda mascarou o projeto político de dominação de classe (SILVA, 2011, p.26).

Assim com essa ideia de transformar a máquina pública em algo privado, o estado do Maranhão em 1965, ganha um novo “capitão oligárquico”, pois Sarney se elege e dá início a formação do seu grupo político, formação esta favorecida pelo afastamento de Vitorino Freire.

A noção de patrimonialismo é uma categoria elaborada por Weber (1991) para se referir a uma das formas de dominação tradicional surgida a partir da comunidade doméstica patriarcal exatamente quando ela começa a se diferenciar economicamente e quando vai surgindo um corpo de funcionários encarregados da administração da propriedade do senhor, sendo esse séquito de funcionários patrimonialmente dependentes (GUILHON, 2007, p. 01).

A gestão estadual e posteriores inclusões de José Sarney nas ações políticas do Maranhão são indicativos de análise para pensar as formas de continuidade e de clivagens no projeto político inicial das bases políticas de Roseana Sarney.

estado assim como a principal bancada de deputados. Seu poder estava ancorado no apoio do governo federal e em uma prática política marcada pela violência, pela fraude eleitoral e pelo controle das legendas de vários partidos pequenos. Sua hegemonia na política maranhense entrou em declínio por volta de 1965, durante a disputa ao governo do Estado em que José Sarney vence as eleições com o apoio do governo federal. (GONÇALVES, 2001; BUZAR, 1988).

3 PODER POLÍTICO E IDEOLOGIA NO MARANHÃO SOB DOMÍNIO DO GRUPO SARNEY

Florestan Fernandes (2010 apud CARDOSO, 2013, p. 208) entende que só é possível considerar a realidade do Brasil considerando-o como parte do capitalismo na sua dimensão mundial. A burguesia transnacional comanda o processo de acumulação em escala mundial, mas não dispensa a participação dos setores locais como parceiros para a expansão capitalista no capitalismo dependente.

Nesse ínterim, os países periféricos em vias de desenvolvimento deveriam abrir suas portas aos países capitalistas centrais pra que houvesse uma mudança quanto à forma de produção sendo capaz de gerar desenvolvimento e modernização. Tanto nas teorias de modernização, quanto nas de desenvolvimento o que se via era a referência da sociedade norte-americana. “A ideologia do desenvolvimento inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro da sociedade que nesta sociedade se passa em geral a acreditar que este é o seu destino promissor” (CARDOSO, 2013, p.210).

O desenvolvimentismo aparece na literatura tanto para referir-se a um fenômeno da esfera do pensamento (ideologia ou teorias) como para nomear práticas históricas de política econômica, geralmente associada ao “Estado desenvolvimentista”.

Embora a ideologia e as experiências históricas desenvolvimentistas tenham uma longa história, sua gênese remonta meados do século XIX, a partir da Grande Depressão da década de 1930 alcançando destaque em boa parte dos países latino americanos, destacadamente Argentina, Brasil, Chile e México, mas também Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, para mencionar os casos mais típicos. Entretanto o pensamento econômico teórico só se consolidou nas décadas de 1950 e 1960. Para tanto, foi fundamental a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a difusão dos trabalhos clássicos de nomes como Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría (FONSECA, 2014).

Segundo Fonseca (2014) no final da década de 1960 e início de 1970 Cardoso e Faletto fazem referência ao “Estado desenvolvimentista” e Bresser-

Pereira falava no “choque do desenvolvimentismo intervencionista contra o liberalismo econômico” e afirmava: “por desenvolvimentismo entendemos uma ideologia que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico” (PEREIRA, 1968 apud FONSECA, 2014, p.36).

Para Fonseca, apesar de Celso Furtado fazer referência à “ideologia desenvolvimentista” no início da década de 1960, o termo desenvolvimentismo não é recorrente em sua obra, pois para ele o “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina, conforme carta enviada a Riccardo Campa, datada de 22 de junho de 1970. (FONSECA, 2014).

Garcia retoma o pensamento de Celso Furtado para pensar um conceito de desenvolvimento, para esse autor o desenvolvimento envolve um crescimento que é responsável pela equidade social e sustentabilidade ambiental se manifestando em todas as dimensões da vida social promovendo a articulação do poder público e das instâncias federativas. Isso implicará na construção de instrumentos, conceitos, teorias, métodos, técnicas e concepções organizacionais que “permitam elaborar propostas de ação exequíveis, abrangentes o suficiente para dar expressão prática à noção mais ambiciosa de desenvolvimento” (GARCIA, 2009, p. 13).

No que se refere ao conceito de desenvolvimentismo como ideologia menciona-se inicialmente, Bielschowsky (1988 apud FONSECA, 2014, p.38) a quem se deve a formulação mais precisa do conceito:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente.

Schneider (1999 apud FONSECA, 2014, p.38), partindo da experiência histórica do Brasil e do México, também conceitua o desenvolvimentismo como ideologia ou como visão de mundo para a qual a industrialização é o objetivo maior, cabendo ao Estado a tarefa de promovê-lo. Para tanto, o Estado desenvolvimentista se caracteriza por: 1) capitalismo político, já que investimentos e lucros dependem de decisões estatais; 2) discurso na defesa do desenvolvimento e da necessidade do Estado para promovê-lo; 3) exclusão política da maioria da população adulta; e 4) burocracia fluida e fracamente institucionalizada.

Bresser-Pereira, bem como outros autores, centra-se menos na conceituação do desenvolvimentismo como ideologia e mais na definição do que denominam “Estado desenvolvimentista” – e na política econômica a ele associada sem, todavia, deixar de admitir que uma ideologia também se fez presente para nortear e justificar as medidas tomadas pelos governantes o qual define como uma estratégia deliberada de política econômica para promover o desenvolvimento econômico por meio do impulso à indústria nacional. Como características desta política econômica são arroladas: 1) o nacionalismo como ideologia, uma vez que a estratégia significa a afirmação do Estado nacional e de suas instituições; 2) aglutinação em sua defesa de segmentos sociais, como empresários, trabalhadores, classes médias e burocracia estatal, esta última recrutada por critérios meritocráticos; 3) industrialização orientada pelo Estado mediante a substituição de importações, que lançava mão de instrumentos como poupança forçada para realizar investimentos e de política industrial, muitas vezes com caráter protecionista e 4) ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta-corrente, bem como complacência em relação à inflação.

Fonseca (2014) destaca que dentre os autores que analisam o desenvolvimentismo existem três variáveis comuns que sugerem uma convergência, sendo estas:

1) A existência de uma estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro, o que não significa repulsa ao capital estrangeiro, nem rompimento com a ordem internacional.

2) A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe agentes capacitados com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.

3) A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.

Dessa forma percebe-se que o desenvolvimentismo, de um lado, remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção, mostrando seu caráter “técnico”, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente.

Já os valores se manifestam quando o desenvolvimentismo toma a forma de ideologia de construir um mundo “melhor” ou “mais harmônico” principalmente no discurso político, mas fundamentalmente na busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade”.

Fonseca (2014) afirma que tal concepção faz com que o desenvolvimentismo dê um salto, pois passa a ser um guia de ação cuja ideologia concebe o desenvolvimento como fim em si mesmo, onde o Estado desenvolvimentista não restringirá sua ação na área econômica, mas estende-se à educação, cultura, saúde pública, leis sociais, meio ambiente etc. tendendo a subordinar toda ação estatal a este propósito.

Cardoso (2013) afirma que o desenvolvimentismo coloca o desenvolvimento como valor primeiro e como meta principal para os países que constituíam a parte pobre do mundo. A ideologia do desenvolvimento fez com que o país viesse a adotar deslocamentos no econômico de forma a interferir em todos os planos da vida social.

A ideologia do desenvolvimento inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade que nesta sociedade se passa em geral a acreditar que este é “o” “seu” “destino” “promissor”, sempre deslocado para o futuro. [...] Penso que a consequência imediatamente política de “o desenvolvimento” tornar-se ideologia dominante é restringir-se a crítica e a reflexão aos qualificativos do desenvolvimento: desenvolvimento “autônomo”, desenvolvimento “nacional”, desenvolvimento “de comunicação”, desenvolvimento “sustentável”, “novo” desenvolvimento, etc. (CARDOSO, 2013, p. 210).

A autora enfatiza que esse mito desvia a reflexão crítica, pois sob a ideologia do desenvolvimento a discussão não se pauta na natureza das relações sociais, mas desloca-se para o que pode impedir ou dificultar o desenvolvimento.

Os governos desenvolvimentistas são apontados praticamente em todos os continentes, mas possuem um destaque especial em países latino-americanos e asiáticos. Dessa forma o conceito de Estado desenvolvimentista “foi utilizado indiretamente para designar um conjunto de atributos caracterizadores, em termos ideais, da política econômica de determinados governos empenhados na superação do subdesenvolvimento” (FONSECA, 2014, p.32).

O Maranhão possui profundas raízes na integração de sua economia ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional (e seu correlato ideológico, o nacional –desenvolvimentismo. O discurso da modernidade, então, foi imposto a partir de fora, mas adaptado e ressignificado para o contexto maranhense (COSTA, 1997).

3.1 O Maranhão no contexto das transformações políticas e socioeconômicas: percurso ideológico.

O padrão de acumulação que se desenvolveu, a partir da segunda metade dos anos 1950 no Brasil, incluía o Maranhão no circuito do capitalismo industrial como fronteira de expansão e valorização do capital (BARBOSA, 2006). A partir desse período, a dinâmica do desenvolvimento capitalista maranhense, e suas crises foram vinculadas à lógica do capitalismo brasileiro.

Essa fase revela o processo de reintegração do Maranhão ao sistema nacional de acumulação primitiva. A indústria têxtil que teve um curto período de dinamismo e crescimento começa a se desarticular devido à maior produtividade do trabalho das indústrias do Centro Sul, além dos problemas estruturais relativos a mercado e progresso técnico como já dito anteriormente, sem contar com uma população que se reproduz independentemente do mercado (ARCANGELI, 1987).

Nas décadas de 1950 e 1960 houve um grande avanço na lavoura temporária devido a migração de maranhenses e de outros nordestinos o que possibilitou a produção de alimentos nas pequenas unidades econômicas familiares, desempenhando “importantíssimo papel no processo nacional de acumulação, na medida em que proporciona produtos indispensáveis à reprodução da força de trabalho urbana, nordestina e do sul do Brasil” (ARCANGELI, 1987, p.103).

Feitosa (1994) observa que o Maranhão se insere na economia capitalista brasileira de forma dependente e aponta duas direções para explicar as razões históricas dessa inserção. A primeira razão seria as opções econômicas adotadas pelas oligarquias regionais baseadas na agroexportação e no extrativismo. Do outro lado, encontra-se a forma como se estruturou as trocas entre as regiões brasileiras, principalmente entre o nordeste e o sudeste. A consequência dessa opção foi a expulsão de várias famílias camponesas das terras agricultáveis e o aumento da concentração de terra.

Esse modelo de desenvolvimento manteve a mesma lógica nas décadas seguintes, em que, a cada nova etapa de um processo de “desorganização e reorganização” da economia maranhense, foram introduzidos novos produtos, concomitantemente à implantação de alguns projetos industriais. Em outras palavras, o Maranhão, a despeito dos discursos modernizantes” de seus sucessivos governos, se manteve como fornecedor de produtos agrícolas para os outros estados da federação e como corredor de exportação para o mercado internacional (SILVA, 2006, p.03).

No aspecto político, a partir de 1945 enquanto o Brasil estava vivendo o processo de redemocratização, abriu-se a porta para a entrada de Vitorino Freire que inaugurou a era chamada vitorinista⁹. Em 1965, as Oposições Coligadas¹⁰ elegeram José Sarney para o governo do estado dando início ao declínio de Vitorino Freire. Mesmo não sendo o principal candidato de oposição, José Sarney se consolidou como um dos principais candidatos devido a sua proposta de um “Maranhão Novo”.

Caldeira, citado por Costa (1997), afirma que o retorno do vitorinismo não atenderia as novas condições histórico-sociais do Maranhão, colocando as transformações econômicas como mais um fator da ascensão da oligarquia Sarney. Costa (1997) reitera que independente da corrente oligárquica as concepções de

⁹ A Era Vitorinista refere-se ao domínio político de Vitorino Freire, em cuja carreira política ocupou os cargos de deputado federal em 1945 e senador por 23 anos (1947-1970), elegeu governadores do estado assim como a principal bancada de deputados. Seu poder estava ancorado no apoio do governo federal e em uma prática política marcada pela violência, pela fraude eleitoral e pelo controle das legendas de vários partidos pequenos. Sua hegemonia na política maranhense entrou em declínio por volta de 1965, durante a disputa ao governo do Estado em que José Sarney vence as eleições com o apoio do governo federal. (Gonçalves, 2001; Buzar, 1988).

¹⁰ No referido período a oposição não era inexistente, mas partia de alguns pequenos partidos que em graus diferentes faziam oposição à corrente dominante, sendo reconhecidos como *Oposições Coligadas*.

desenvolvimento econômico no Maranhão sempre estiveram atreladas as formulações da corrente nacional-desenvolvimentista dominante a nível nacional.

Nesse quadro nacional e regional explicitado, nada mais “natural”, portanto, que a adoção da ideologia desenvolvimentista pelo grupo político ascendente. O discurso modernizante, desse modo, se, por um lado, não pode ser apontado como uma inovação do grupo Sarney, dado que o vitorinismo também já o adotara; por outro lado, possui profundas raízes na integração da economia maranhense ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional (e seu correlato ideológico, o nacionalismo-desenvolvimento), integração iniciada na década de 1950 e intensificada pelas políticas na área econômica postas em prática pela ditadura militar a partir de 1964. O discurso de modernidade, então, foi imposto a partir de fora, mas adaptado e ressignificado para o contexto maranhense (COSTA, 1997, p. 08).

O projeto “Maranhão Novo” de José Sarney foi possibilitado pelo retrocesso político a nível nacional – a ditadura militar. O referido projeto apresentava uma proposta social, pelo menos no discurso, numa fórmula que conjugava “Desenvolvimento e Justiça Social”. O “Maranhão Novo” seria o rompimento com toda estagnação política e econômica. Diante dessas possibilidades, o governo Sarney recebeu uma série de apoios inclusive das alas de esquerda da oposição.

Gonçalves (2008) assegura que José Sarney (1966-1970) no início da caminhada como governador do estado do Maranhão traz no seu projeto político o discurso da modernidade apresentando como slogan o “Maranhão Novo”, procurando romper com a ideia do Maranhão “atrasado”, “arcaico”, “pobre”, representado pela oligarquia vitorinista. Costa (1997) reafirma que o discurso do “Maranhão Novo” surge em contraposição ao Maranhão “atrasado” e “arcaico”, através de um ritual de celebração e representação da morte: “a morte do passado” (era vitorinista), “a morte da pobreza”. A celebração da morte é reiterada no interior do discurso através de sua antítese, o “novo”.

[...] nada temos a continuar, tudo temos a inovar, em nosso Estado...estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre (discurso de posse de José Sarney apud COSTA, 1997, p.6).

José Sarney constrói a partir dos seus discursos as ideias de modernização, de progresso e de um futuro de desenvolvimento e riqueza para o Maranhão. Desse modo reforça a imagem de herói político que condena o atraso e rompe com os velhos esquemas que há cerca de vinte anos dominavam o estado garantindo assim uma nova era através da batalha pelo progresso.

O eleitorado, felizmente, compreendeu e apoiou entusiasticamente, com sacrifícios, com determinação e com lutas de grande heroísmo, a batalha da liquidação total desse Maranhão da vergonha, do atraso, do desencanto. Cabe-nos agora comandar a batalha do progresso. Na nossa vitória esteve presente o desejo de mudar; o desejo de sepultar uma era toda de nepotismo, obscurantismo, de marasmo, de subserviência, de crime, de suborno, de dilapidação do erário público e de abastardamento da pessoa humana. (SARNEY apud GONÇALVES, 2008, p.68).

O estado do Maranhão ganha um novo “capitão oligárquico”, um “comandante da batalha pelo progresso”, pois Sarney se elege e inicia a sua escalada demonstrando a partir do seu projeto de governo os traços políticos e ideológicos que vão fundamentar a prática política do novo grupo que ali se inicia.

O discurso do “novo” como marca diferente do “arcaico” inaugura o Maranhão na reestruturação do aparato burocrático do Estado e como ratifica Silva (20011) o moderno aparece como sinônimo de um aparelho burocrático racional e de uma nova ordem política-administrativa voltada para a construção de um projeto para o Estado.

Desse modo visando viabilizar sua proposta modernizante de governo o então eleito governador contrata funcionários de “reconhecida capacidade técnica” que ajudaram na adaptação do arcabouço jurídico-político e possibilitou a infraestrutura necessária às novas necessidades de acumulação do capital.

O moderno neste discurso é identificado com a implantação de um aparelho burocrático e com um quadro de funcionários de “reconhecida capacidade técnica”, supostamente guiados pelos princípios da imparcialidade e pelo compromisso com a reconstrução do Maranhão. [...] Ao se identificar com a competência e os princípios da burocratização, a oligarquia Sarney apresentou seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as condições de reprodução do capital, ainda mascarou o projeto político de dominação de classe (SILVA, 2011, p.26).

Silva (2011) reforça que o discurso do moderno é identificado através de um aparato burocrático que viabiliza as condições de reprodução e mascara o projeto de dominação classista. Nesse sentido o novo governo adota um programa econômico que possibilita a expansão do capital monopolista no âmbito nacional: onde o papel do Estado é garantir o arcabouço jurídico e as condições de infraestrutura para a expansão do capital, através dos seus aparelhos, sem, contudo desmantelar as bases agrárias da economia e os laços políticos do período anterior.

Ao se identificar com a competência e os princípios da burocratização, a oligarquia Sarney apresentou seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as condições de reprodução do capital, ainda mascarou o projeto político de dominação de classe (SILVA, 2011: 27).

No governo de José Sarney (1966-1971) foi elaborado 3º Plano Estadual de Desenvolvimento¹¹ que adotou um programa econômico para o Maranhão integrado às necessidades da expansão do capital monopolista no âmbito nacional: “Este plano incorporou a ideia de polos de crescimento, apontando como uma das causas do subdesenvolvimento maranhense a falta de integração setorial e espacial que impede São Luís, a capital, de se tornar centro polarizador da vida estadual” (BELLO FILHO, 1998 apud SOUSA, 2011, p.204).

O governador José Sarney inicia seu governo realizando uma reforma administrativa para "modernizar" o aparelho estatal e possibilitar o desenvolvimento da economia maranhense. Dessa forma os investimentos do Plano Estadual de Desenvolvimento centraram em torno de 56% no setor infraestrutural (SOUSA, 2011).

Com a finalidade de alcançar o almejado desenvolvimento foram criados diversos projetos, dentre os quais se destacam: a criação da SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), o Porto do Itaqui, a Rodovia São Luís/Teresina, a promulgação da chamada “Lei da Terra” nº 2979 em 17 de julho de 1969 e a criação das delegacias de terras que visavam respectivamente reordenar o espaço físico do estado e disciplinar a ocupação do espaço físico, a "modernização" do setor agrícola, priorizando os grandes projetos agropecuários e

¹¹ O I e o II Plano Estadual de Desenvolvimento foram elaborados respectivamente no governo de Mattos de Carvalho (1957-1961) e de Newton Bello (1961-1966), ambos ligados a Vitorino Freire.

criando um arcabouço jurídico para orientar a ocupação das terras, de modo a facilitar a ação dos grileiros (SILVA, 2011).

A vitória de Sarney apesar de romper com o vitorinismo não alterou a estrutura patrimonialista da “máquina” pública estatal sobre o qual já se encontrava submetido o estado, destarte pode ser considerado como uma aparente ou falsa ruptura: “Assim, a eleição de Sarney representou uma ruptura na história política do Maranhão, mas as condições que a determinaram conferem-lhe o caráter de uma vitória outorgada” (GUILHON, 2007, p.5).

Assim sendo o que se viu com esse novo governo foi uma continuidade das práticas clientelistas e conservadoras já inauguradas anteriormente por Vitorino Freire, mas sobre uma perspectiva diferente, como aponta Bonfim: “dá-se à substituição do coronelismo rural, representado por Vitorino, pelo coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney e fundado na expressão do conteúdo do seu discurso e principalmente na sua manifestação política” (BONFIM, 1985 *apud* GUILHON, 2007, p.10).

Para a consolidação do poder político do grupo Sarney no Maranhão foram necessárias várias alianças ao longo dos anos. Como as eleições eram indiretas cada grupo político buscava obter o seu espaço e a consequente aprovação diante dos militares.

É importante destacar que a consolidação do projeto político de José Sarney foi marcada por intensos conflitos entre a oligarquia decadente (o vitorinismo) e a oligarquia ascendente (sarneísmo). Esses conflitos perpassaram, sobretudo, os governos de Pedro Neiva de Santana (1970-1974) e Nunes Freires (1975-1978), que fora nomeado por influência direta de Victorino Freire junto ao general Geisel. Esse fato indicava uma crise intraoligárquica, com as frações vitorinistas e sarneistas disputando o comando político do estado (BARBOSA, 2004, p.11).

Sob o governo de Pedro Neiva Santana foi elaborado o 4º Plano Estadual de Desenvolvimento que apresentou maior concentração de investimentos no setor primário em relação aos anteriores, 29%. Valeu-se do plano para enfrentar os graves problemas do Estado e fixar como prioridade a ação sobre os fatores de dinamização autossustentável da economia, visando ao duplo objetivo de expandir a

criação da riqueza e o estabelecimento de critérios mais justos à distribuição de renda à população mais carente.

A administração de Nunes Freire acabou por moldar sua administração aos requisitos de adaptação do estado ao capitalismo, tal como articulado nacionalmente.

Assim, o objetivo síntese da sua administração, de acordo com o seu plano de atuação era: elevar a economia maranhense à nova dimensão resultante fundamentalmente da Decisão Nacional de instalar no Estado um polo industrial-exportador, assegurando uma equilibrada difusão social, espacial e setorial dos benefícios dos investimentos programados (MARANHÃO. Governo do Estado. 1975-1978. Oswaldo da Costa Nunes Freire apud GUILHON, 2007, p. 15).

Guilhon (2007) afirma que para o governador Nunes Freire a nova fase de desenvolvimento seria o resultado de dois fatores: primeiro a escolha do Itaqui como porto de exportação do minério de ferro de Carajás e segundo a construção em São Luís de uma grande unidade siderúrgica. Por outro lado, a educação e a saúde se constituíram também prioridades do governo na perspectiva de “dar ao desenvolvimento econômico nítida conotação de benefícios socialmente distribuídos”.

No final da década de 1970 e início das décadas de 1980 e 1990, o Maranhão passa por profundas transformações: no campo político, as eleições de 1978 que elegeram João Castelo Ribeiro Gonçalves - bem como outros políticos ligados a Sarney que foram fundamentais para a consolidação da oligarquia dentro do plano político do estado do Maranhão. Isso se deu, principalmente, com a grande influência de Sarney e suas jogadas políticas no âmbito nacional. Dessa forma “[...] ele não mediu esforços para a montagem de um esquema político de cunho personalista para a garantia e consolidação do seu perfil político” (CALDEIRA, apud COSTA, 1997, p.11).

Na economia, a agricultura tradicional de subsistência vai abrindo espaço para a industrialização pesada. É no cerne dessa reestruturação capitalista que a ideologia do desenvolvimento se manifesta de forma mais marcante e vai reeditando o discurso da modernização, pois o arcabouço do projeto industrial retoma o ideário do “novo” capaz de mudar rapidamente e de forma irreversível um passado marcado

de um lado pelo lavrador, grilagem, baixo salário, biscate, cabresto político e corrupção e de outro a falta de infraestrutura que fortemente marcou a industrialização incipiente no Maranhão. Assim, tiveram destaque dois grandes projetos: PGC e o Consórcio ALCOA.

O governo federal, por meio da Escola Superior de Guerra, cria o Programa Grande Carajás (PGC) que compreendia projetos de reflorestamento, agropecuários, metalúrgicos e principalmente de exploração mineral, a meta desse projeto era atrair divisas para o país pagar a dívida externa e integrar a região amazônica dentro de um discurso nacionalista que pregava a unificação do país e a proteção contra a “internacionalização” da floresta. O início da ditadura (1964) também deixa suas marcas na ocupação da Amazônia. Por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o governo oferece uma série de incentivos aos interessados em produzir na região. Nessa época começam as grandes obras rodoviárias em direção à Amazônia. A Transamazônica é inaugurada em 1972 e, dois anos depois, fica pronta a Belém- Brasília (FEITOSA, 1994).

Com o forte apelo ideológico de cumprir o objetivo de "integrar para não entregar" o PGC cumpria alguns interesses: No plano regional, o PGC impulsiona e é impulsionado pela oligarquia Sarney, que neste período consolida seu poder com a indicação de João Castelo (1979/1982) ao governo do Estado, cujo lema era o "Grande Maranhão para todos", e a eleição de vários parlamentares e prefeitos. Nesse período, o Maranhão se inseriu na divisão nacional do trabalho baseado na dinamização industrial trazendo o discurso da “vocação industrial do Estado”, possibilitado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento através da implementação do Programa Grande Carajás. No plano transnacional, o PGC correspondia aos interesses de alguns países de se apropriarem de grandes recursos minerais a baixos custos (FEITOSA, 1994; COSTA, 1997; SILVA, 2011).

Durans (2008) afirma que a política governamental adotada para esta realidade se expressa no Programa Grande Carajás (PGC) onde o governo objetivava gerar divisas para o país pagar a dívida externa. Silva (2011) coloca que no plano regional o PGC foi impulsionado pela oligarquia Sarney já que o programa econômico adotado pelo governo José Sarney garantiu o arcabouço jurídico e as condições de infraestrutura para a expansão do capital.

Outro projeto que representava a redenção do Maranhão devido à criação de postos de trabalho em todo o estado e merece ser mencionado é o empreendimento de industrialização da bauxita para a fabricação da alumina e do alumínio primário formado pelas empresas Alcoa, Rio Tinto Alcan e BHP Billiton no município de São Luís.

A Alumar é um dos maiores complexos do mundo para produção de alumínio primário e alumina e se instalou em São Luís, dentre outros motivos, pela proximidade com a jazida de bauxita, localizada no Pará, pela disponibilidade de energia elétrica subsidiada, pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual e pela grande oferta de força de trabalho a baixo custo.

A ALCOA foi instalada entre 1980 e 1984, apesar dos relatórios oficiais condenando a sua instalação devidos os impactos ambientais. O governo João Castelo não apenas concedeu permissão para a instalação como doou a empresa 10 mil hectares ou 11% da ilha — inclusive 57% de toda área do Distrito Industrial da cidade. A propaganda oficial do governo indicava a criação de 1 milhão de emprego, entretanto, foi gerado apenas 7 mil empregos na fase de implantação, reduzidos para 3 mil, em 1991, e apenas 2.273 em 1994.

O entusiasmo do governante maranhense era motivado pela perspectiva de implantação, na capital do estado, de projetos mineiro-metalúrgicos – Projeto Carajás e Projeto Alumar – que, sob a direção das empresas Companhia Vale do Rio Doce e ALCOA, respectivamente, passaram a integrar o Programa Grande Carajás (GUILHON, 2007).

Os grandes projetos industriais que se desenvolveram no bojo do Programa Grande Carajás possibilitaram o uso de novas tecnologias à produção, mas também formas atrasadas, tudo sendo impulsionado pelo estado, que patrocinou os grandes projetos através de acordos e viabilizou a exploração intensiva de recursos naturais (BARBOSA, 2006).

Essa nova fase de atuação do capital no estado, também era uma outra face da estratégia, pois estava em curso a ilusão da reprodução de um modelo desenvolvimentista que sustentava uma ideologia de progresso, onde na verdade era mais um mecanismo de reafirmação e sustentação do capitalismo agindo agora de forma a intermediar a ocultação dos impactos sociais, políticos e ambientais de sua avassaladora ação sobre o modo de vida da população (BARBOSA, 2006).

O Maranhão deveria ser transformado num grande polo siderúrgico-exportador com a instalação de grandes complexos industriais a partir da parceria entre o poder público e os agentes econômicos da iniciativa privada que visavam dotar o Maranhão e, principalmente São Luís, de uma razoável infraestrutura industrial, física e institucional: “Segundo o discurso governamental, tal projeto transformaria o Estado num polo siderúrgico-exportador. Seriam instalados complexos industriais baseados em novas tecnologias produtivas, com o início de uma nova etapa da industrialização no Maranhão” (BARBOSA, 2006, p.97).

A instalação do PGC e da Alcoa no Maranhão acarretou diversos protestos dos movimentos sociais em São Luís que denunciaram as irregularidades do processo de implantação e os prejuízos para a população e a economia maranhenses, tais como a desapropriação de cerca de 20.000 pessoas, muitas delas expulsas com violência e desconsiderou os relatórios ambientais que apontavam os riscos de contaminação do solo pelos resíduos deixados pela fabricação do alumínio apontados pelos relatórios ambientais que foram desconsiderados pelos governantes (SILVA, 2011; COSTA, 1997; FEITOSA, 1994).

Torna-se evidente que o processo da implementação dos grandes projetos no Maranhão só foi possível devido à instituição da “Lei de Terra”, que possibilitou a ocupação das terras maranhenses a preços irrisórios, muitas vezes utilizando o processo de grilagem e apoio estatal para a aquisição das mesmas. Aqui temos a constituição ou reconhecida a intensificação da questão social no estado, intensificada por diversas formas de conflitos sociais e o estabelecimento de um extenso proletariado rural em êxodo.

Castelo admitia o atraso no qual se encontrava o Estado e afirmava desejar promover o retorno ao processo de modernização, sem, no entanto, atrelar esse atraso a oligarquia da qual fazia parte, mas apenas a administração de Nunes Freire. “Admito que estamos pobres mas somos um povo e um Estado potencialmente ricos. Não vejo o Maranhão como um Estado-problema; eu o vejo como um Estado-Solução” (CASTELO e os desafios do Estado-Solução. São Luís: Secretaria de Comunicação ISIOGE, 1981, p. 42 *apud* GUILHON, 2007, p.16).

Entretanto, João Castelo, que ajudou na consolidação da oligarquia, também rompeu com Sarney ao final do seu mandato.

Entretanto, João Castelo também rompeu com Sarney ao final do seu mandato, expressando algo característico da própria configuração da prática oligárquica: a tentativa dos ocupantes do executivo de constituírem posições autônomas e uma máquina política própria, independentemente daqueles que os promoveram (GUILHON, 2007, p.17).

Em 1990 a disputa pelo governo do estado foi polarizada entre os candidatos Edison Lobão (Coligação Maranhão do Povo: PFL/ PSC/PTB), João Castelo (Coligação Maranhão Livre: PSD/ PMDB/ PL/ PRN/ PSD/PSDB) e a opção à esquerda foi a candidatura de Conceição Andrade (PSB, PDT, PT e PC do B, PC), numa disputa que só foi decidida no segundo turno com a vitória de Lobão.

Com essa vitória o grupo político Sarney inicia uma nova fase, Edison Lobão vence para governador do Estado e o poder do grupo foi ampliado, principalmente com a expansão do Sistema Mirante de Comunicação, quando a TV da família Sarney passou a transmitir o sinal da Rede de Globo. Além disso, a TV Cidade (retransmissora da TV Bandeira) era de propriedade de Manoel Ribeiro (PTB) e a TV Difusora (retransmissora do SBT de propriedade de Edison Lobão) ocasionando um verdadeiro monopólio do grupo Sarney no setor da comunicação. Vários partidos políticos entraram no esquema e a coligação Maranhão Novo formou a base governista com o maior número de eleitos (SILVA, 2009).

Silva (2009, p.5) acrescenta que “os sucessivos políticos que substituíram José Sarney a frente do governo estadual mantiveram a matriz do discurso da modernização e do desenvolvimento como estratégia de inserção do Maranhão na economia nacional e se desvincularam do processo de empobrecimento da maioria da população”. Dessa forma, o passado não pertence a ninguém, pois os baixos indicadores sociais denunciaria o próprio grupo político, diante disso a estratégia é reeditar o discurso da modernização como caminho para superar esse “passado” de pobreza e atraso, no entanto o modelo que é apresentado não busca melhorar a qualidade de vida da população, mas se baseia nos projetos de exportação de produtos primários, que se reestruturam em seus processos de produção de modo a aumentar o nível de exploração do trabalho e acabam por gerar mais exploração e mais desigualdade social (SILVA, 2009).

Diante de todo esse quadro, o fortalecimento da hegemonia do grupo Sarney no Maranhão foi se caracterizando pela presença de sucessivos governos estaduais que estavam ligados diretamente ao grupo ou que se elegeram por meio

de alianças políticas, tais como: João Castelo (1979-1982), Luís Rocha (1983-1986), Epitácio Cafeteira (1987-1990), Edison Lobão (1991-1994) e Roseana Sarney (1994-1998/ 1999-2001/ 2010 -2014).

3.2 ROSEANA SARNEY: O “novo tempo” com velhas práticas

De acordo com Castro (2004), Roseana Macieira Sarney - filha de José Sarney e Marli Macieira Sarney - nasceu em São Luís do Maranhão, em primeiro de junho de 1953, mas mudou-se para a Brasília já que o seu pai estava no segundo mandato como deputado federal. Em 1965, aos doze anos, retorna a terra natal quando o pai foi eleito governador.

Apesar de sua filiação importante, filha do governador e do sobrenome Sarney, estudou o ginásio em escola pública como o Liceu Maranhense, onde concluiu um curso de humanidades. O segundo grau foi concluído em Brasília e logo após teve a aprovação no curso de Ciências Sociais da UNB, formou-se em 1978 e fez especialização em Ciências Políticas. Dando continuidade aos seus estudos, foi morar na Suíça com seus irmãos para estudar inglês e francês.

Uma situação sempre cercou a vida de Roseana Sarney desde a sua juventude e futuramente foi utilizada na sua campanha como forma de legitimação: a sua frágil saúde. Os cursos iniciados fora do país não foram concluídos já que ela precisou ser submetida a uma cirurgia para a retirada de um cisto no ovário. Morou em São Paulo e no Rio de Janeiro e se interessava pela Revolução Cubana e o socialismo soviético.

Em 1982, mais uma vez seus problemas de saúde não a permitiram seguir uma carreira política, mas posteriormente seu pai assume a presidência do Brasil (1985-1990) e ela ocupa alguns cargos de confiança em Brasília antes da sua afirmação definitiva no cenário da política maranhense. Posteriormente, nos seus discursos de campanha dentro do estado utiliza a experiência adquirida através desses cargos como estratégia de legitimação para afirmar a sua posição de candidata mais preparada.

De acordo com Delmiro (2006) de 1974 a 1989 ela desenvolveu cargos diversificados, se inserindo no campo burocrático de poder, dentre eles podemos citar: assessora no Quadro Técnico da Companhia urbanizadora da Nova Capital do

Brasil (1974-1976); assessora do Secretário de Viação e Obras (1977-1978); técnica em planejamento do Instituto de Planejamento Econômico e Social (1979); gerente operacional do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos do Instituto de Planejamento Social e Econômico (1981); assessora do Gabinete Civil do Governador do Estado do Maranhão (1981); secretaria de Estado para assuntos extraordinários do Estado do Maranhão (1983-1984) e assessora do Gabinete Civil da Presidência da República. (1985-1989).

A carreira política de Roseana Sarney foi inaugurada em 1990 quando ela se lançou candidata à deputada federal do Maranhão pelo Partido da Frente Liberal (PFL), foi a deputada mais bem votada do Maranhão com 44.785 votos. Em 1992 ganhou projeção nacional quando foi escolhida para coordenar a comissão da campanha pró-impeachment na Câmara, garantindo assim a sua imagem de mulher atuante na política brasileira e correspondendo as expectativas do eleitorado maranhense como uma nova figura política.

Em 1994, Roseana Sarney foi eleita a primeira governadora de estado do Brasil, sempre sendo explorada o fato de ter sido a primeira governadora brasileira num momento em que as mulheres começaram a ganhar notoriedade em diversos campos, bem como na política. A condição de mulher na política foi bem trabalhada para ganhar a aprovação popular.

Gonçalves (2008) considera que a carreira política de Roseana Sarney está muito atrelada à carreira do seu pai José Sarney. Inicialmente, em 1990, é eleita a deputada federal mais votada, lugar em que esteve o seu pai vinte e nove anos antes e fruto da sua influência em diversos cargos exercidos por ela em Brasília. Logo após, em 1994, ocupa a mesma posição do seu pai dentro do estado assumindo o cargo de governadora e em 1998 é reeleita¹². Em 2001 foi pré-candidata às eleições presidenciais, tentando sair do poder político local para adentrar no espaço nacional, assim como o seu pai quando assumiu a presidência. Entretanto sua candidatura foi impedida devido ao escândalo político-financeiro Lunus¹³, mas volta a ocupar o poder político em 2002 com a vitória para o senado

¹²Em 2009 voltou ao governo do Estado do Maranhão depois de uma decisão judicial, tirando o então eleito governador Jackson Lago. Nas eleições de 2010 ela se manteve na frente do governo do Estado

¹³ Durante a campanha presidencial de 2002 foi encontrado o montante de R\$ 1,34 milhões pela Polícia Federal na sede da empresa maranhense Lunus, da qual Roseana era acionista majoritária com 82,50% do

federal e dessa vez ocupando similaridade com José Sarney já que o mesmo também era Senador da República pelo Amapá.

Tendo por base o processo de acumulação primitiva do capital político, Gonçalves (2008) afirma que para a composição da sua imagem política no estado, Roseana Sarney utiliza oito estratégias que são responsáveis pela sua fabricação pública e política.

Como primeira estratégia de construção da figura política de Roseana Sarney, Gonçalves (2008) aponta que o atributo de socióloga é sempre precedido antes de se referir a candidata. Por exemplo, “A socióloga Roseana Sarney, candidata a Deputada Federal, foi calorosamente aplaudida durante sua visita, ontem no município de Brejo” (Jornal O Estado do Maranhão, Caderno Política, São Luís, 10 de julho de 1990, p.3 *apud* GONÇALVES, 2008, p.119).

Nesse sentido ela utiliza o capital simbólico intelectual como uma estratégia de merecimento ao cargo que disputa já que tal título não estaria ligado a sua herança familiar, mas foi adquirido com esforço próprio e a legitima para a disputa eleitoral. “Ser socióloga constitui em capital cultural legitimador que autoriza seu discurso. Falará na condição de candidata, mas de uma candidata que é socióloga” (GONÇALVES, 2008, p.129). Outros adjetivos também são empregados nessa construção tais como: inteligente, esforçada, competente, estudiosa, conhecedora dos problemas sociais. “Posteriormente, será apresentada como deputada, ex-deputada, governadora, ex-governadora, senadora, alguns desses títulos pesando mais que outros, dependendo da ocasião de oferta e procura no mercado político” (GONÇALVES, 2008, p.121).

Outra estratégia, de acordo com Gonçalves (2008) rumo a essa construção pública e política da imagem de Roseana Sarney é que a sua eleição seria o retorno do estado a uma forma de governo racional pautado no planejamento e que, portanto, produziria continuidade ao projeto político do “Maranhão Novo” inaugurado pelo seu pai.

A terceira estratégia seria a divulgação da presença de Roseana Sarney em lugar de destaque junto às personalidades consagradas, dentre estes podemos citar o primeiro-ministro de Portugal e o Papa João Paulo II. A quarta estratégia

capital em sociedade com seu marido Jorge Murad (17, 27%), desencadeando um escândalo simultaneamente nacional e regional.

observada por Gonçalves (2008) também aproxima Roseana Sarney de agentes consagrados no campo artístico nacional. Entretanto, tais agentes possuem uma participação de forma direta e indireta na campanha eleitoral, tal como Alcione Nazaré que além de ser reconhecida no contexto nacional, traz a imagem de artista local e, portanto, confere identidade regional a campanha.

Como quinta estratégia Roseana retoma a sua identidade regional para se aproximar dos problemas do território, da região, utiliza como título do jingle da sua campanha para deputada federal, a seguinte chamada “O Maranhão é o meu lugar” e mais uma vez se utiliza das mesmas estratégias do seu pai e padrinho político José Sarney.

Roseana Sarney desde início da sua carreira política buscou construir uma proximidade com os seus eleitores, realizando assim visita aos municípios maranhenses e comprovando sua popularidade diante dos eleitores que criaram uma espécie de sacralização da sua figura, tal postura não é privativa da candidata, porém apresenta traços peculiares conforme relata Gonçalves (2008).

No entanto essa não é uma tomada de posição atinente somente à Roseana Sarney Murad. Na sociabilidade política cotidiana é uma prática bastante comum essa atitude. Mas aqui toma ares de novidade, de diferencial em relação aos demais candidatos ou políticos. Ainda, confirma a substantivação da figura do político que toma ares personalísticos, tendo em vista que não é só a mídia e os porta-vozes autorizados que contribuem nessa construção e consagração política, mas também o (e) leitor. (GONÇALVES, 2008, p.125)

Sendo assim, a sexta estratégia, é a proximidade com os eleitores, e a sétima, que é a inovação do governo itinerante, estão totalmente relacionadas e se constituem simultaneamente, já que é nas viagens aos municípios que a mesma vai construindo a sua imagem.

Por fim, Roseana Sarney através da mídia utiliza a estratégia de hiperbolização do discurso, ou seja, do exagero do discurso realizando um trabalho de persuasão pública sempre enfatizando a preferência da candidata pelo eleitorado e, portanto, o seu favoritismo nas urnas.

O que percebemos é que essas estratégias utilizadas para o fortalecimento do poder político de Roseana Sarney a partir da sua candidatura à deputada federal continuaram se formatando no decorrer das outras eleições, excluindo alguns elementos e acrescentando outros. Além disso, tais estratégias não

agem de forma isolada, mas se combinam no processo de manipulação e dominação ideológica da população maranhense. Com todas essas estratégias que foram rigorosamente propagadas através dos controles dos meios de comunicação do estado, Roseana estreia nas urnas elegendo-se a primeira deputada federal do Maranhão e a mais votada com quase quarenta e cinco mil votos.

4 O PAPEL DA IDEOLOGIA NO GOVERNO NOVO TEMPO: o poder no âmbito dos discursos.

Iniciaremos este capítulo abordando qual a imagem construída da candidata Roseana Sarney pelo jornal *O Estado do Maranhão* e quais as estratégias utilizadas pela candidata resultaram em novas formas de manipulação. Considera-se nessa análise alguns trechos dos recortes do jornal *O Estado do Maranhão* no período do governo Novo Tempo (1995-2002).

4.1 Imagem construída da candidata Roseana Sarney pelo jornal *O Estado do Maranhão*

Qual a dimensão da ideologia para a consolidação do poder político no Maranhão e sua implicação como instrumento nas relações de classes? A indagação se manifesta em uma tentativa de compreender o papel da ideologia tendo por pressuposto que, no período estudado, ela serviu de fonte de apropriação no processo de conservação de uma forma de política que assume os problemas sociais para legitimar o Estado como organização realizadora do interesse das classes dominantes, garantindo a propriedade privada e a expropriação do excedente da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

No ano de 1994, aconteceu o processo eleitoral em todo o Brasil, no cenário nacional a disputa pela presidência se destacou pela presença do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, até então Ministro da Fazenda e idealizador do Plano Real, que possibilitou a valorização da moeda brasileira no mercado nacional e internacional dando novos rumos à economia brasileira. Esse êxito alcançado pelo sucesso do plano real possibilitou ao ministro Fernando Henrique Cardoso entrar na disputa com a sua popularidade em alta.

Enquanto isso, no cenário maranhense, a disputa ocorria principalmente entre três candidatos: o ex-governador e então senador Eptácio Cafeteira da Coligação União pelo Maranhão (PPR, PSB, PSDB), anteriormente, apoiado pelo grupo Sarney, e o mais popular dos adversários políticos; o então líder do PDT, Jackson Lago da Coligação Frente Ética (PDT, PT, PPS, PMN, PC do B) e a deputada federal Roseana Sarney, da Coligação Frente Popular (PFL, PMDB, PTB,

PL, PRP, PSC, PP) e representante do grupo político dominante no estado (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul.1994. Caderno Política, p.3).

O processo eleitoral de 1994 ocorreu em dois turnos, o primeiro aconteceu em 03 de outubro, mas devido à votação ainda acontecer em cédulas o resultado se deu apenas no dia 14 de outubro, onde a candidata Roseana Sarney teve uma vitória de cerca de 200.000 votos na frente do candidato Epitácio Cafeteira. O segundo turno deu-se no dia 15 de Novembro de 1994, dando vitória a Roseana Sarney como a primeira governadora do Brasil, com uma diferença de 1% dos votos.

Em 1998, Roseana Sarney foi reeleita com 66% (1.005.755) dos votos e fazia parte da maior coligação partidária, “Maranhão Muito Mais”. A reeleição de Roseana reafirma e realça a continuidade do poder político vigente no estado.

Antes dessa vitória nas urnas, sabemos que Roseana Sarney utilizou matrizes ideológicas que deram sustentação para a legitimação da sua vitória. Ponderando que os meios de comunicação em geral se apresentam como instrumento de democratização, entretanto deve-se discutir se tais meios que devem ser instrumentos da democracia, por outro lado, não servem como instrumentos de dominação e manipulação política. Dessa forma buscou-se analisar alguns enunciados publicados no jornal *O Estado do Maranhão* e qual a imagem construída da candidatura Roseana Sarney pela atividade jornalística.

A utilização do discurso do governo Roseana sempre demonstrou a prática social do grupo político do qual ela faz parte, o grupo Sarney. O discurso vai além das regras de uso da língua, procede da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve com a maneira pela qual se fala (FAIRCLOUGH, 2008).

Nas primeiras observações aos jornais percebemos que antes mesmo da abertura oficial da campanha que seria o mês de Agosto de 1994, o jornal *O Estado do Maranhão*, inicia no mês de janeiro reportagens, manchetes, charges que apresentam um destaque especial à atuação eficiente da até então deputada, além do apoio de outros políticos apoiando a candidata e desqualificando a imagem dos demais concorrentes. Como fica claro nas seguintes manchetes: “O líder do governo na Assembleia Clodomir Paz confirma a posição privilegiada de Roseana nos interiores.” “Nós vamos eleger a deputada Roseana Sarney nossa governadora, vamos eleger os dois senadores e a maioria dos deputados federais e deputados

estaduais” afirmou Lobão. “O PMDB tem o compromisso - disse João Alberto – de acompanhar a candidata do PFL, deputada Roseana Sarney, reeditando a Aliança Democrática”. “Roseana vai preparar o Maranhão dos novos tempos, o Maranhão do século 21” (O Estado do Maranhão, São Luís, 14. mai 1994. Caderno de Política, p.3).

No mês de Agosto de 1994, início oficial da campanha eleitoral, a primeira página apresenta várias manchetes que mostravam os rumos da “campanha vitoriosa” reiterando tal afirmação através de pesquisas que mostravam sempre a candidata da Frente Popular em primeiro lugar com vantagem significativa em relação aos outros candidatos. O jornal mostra uma entrevista com a candidata que reafirma o que pretende apresentar no seu programa.

O Maranhão é uma solução e não um problema como prega os nossos adversários pessimistas que não dispõem de um plano de governo e se limitam a fazer piadas e pregar o ódio. [...] Vamos substituir os efeitos especiais pela apresentação dos nossos projetos especiais, que vão transformar o Maranhão no maior pólo de desenvolvimento Norte e Nordeste. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01. agosto 1994. Caderno de Política, p.3).

Na campanha de 1998 no dia 13/01/1998, a matéria de capa publicada no Jornal “O Estado do Maranhão” intitulada “Campanha só após as convenções”, Roseana Sarney afirma que “Quem está disputando é a governadora e não o governo e isso não vai atrapalhar as ações para o ano de 1998”. No entanto, os grupos que participam das disputas políticas em períodos eleitorais concentram toda sua potencialidade na construção da imagem do candidato que irá representar o grupo durante as eleições. As propostas de ações governamentais e os planos de um governo são redimensionados no plano da “palavra”, ou seja, o Jornal passa a reelaborá-los de forma qualificada e atribuí-los a um sujeito representante que se eleito, dará materialidade às promessas que foram feitas.

Para legitimar a candidata Roseana Sarney a posição do informador no Jornal *o Estado do Maranhão* foi bem diversa, passando pelos quatro tipos, sendo estes: informador com notoriedade, informador testemunha, informador plural e informador como um organismo especializado (CHARAUDEAU, 2009).¹⁴

¹⁴ Charaudeau (2009, p. 52-53) analisa os tipos de informadores em relação aos graus de engajamento possíveis que eles podem ter. Quando o informador tem notoriedade, a posição social dele é exigida como condicionante da autoridade que lhe é conferida para fornecer informações de

Em destaque houve muitas falas de artistas, juristas, outros políticos com notoriedade que sempre legitimavam a competência da candidata como uma vocacionada representante do povo e do estado. O próprio José Sarney foi um desses políticos, além de pai de Roseana, representa o grande líder do grupo político que governa o Maranhão.

O senador José Sarney disse que "não é pelo fato de Roseana ser minha filha que acredito nela. Vejo em Roseana a nova geração que chega ao poder cheia de ideias novas para repensar o Maranhão, que foi o Estado que mais cresceu nesta última década. (O Imparcial, São Luís 17 nov.1994. Especial, p.03).

Diante das prerrogativas colocadas pelo sistema político e econômico, o Governo do Maranhão apresenta Roseana como a nova geração, aquela que seria capaz de conduzir a grande mudança que culminaria na Reforma do Aparelho do Estado. Nesse sentido contou-se principalmente com o apoio do candidato Fernando Henrique Cardoso como alguém credenciado devido os bons resultados do Plano Real quando era ministro da fazenda. Depois de eleito nas eleições de 1994 FHC reafirmou o seu apoio utilizando José Sarney como mediador.

O presidente eleito Fernando Henrique telefonou ontem de manhã para o ex-presidente José Sarney: agradeceu o apoio recebido e prometeu todo o empenho pela vitória de Roseana no segundo turno para governador do Maranhão. Ela tem muita garra disse FHC ao pai coruja. Eles marcaram encontro para depois da viagem a Estocolmo e Moscou. (O Estado do Maranhão, São Luís 19 out.1994. Caderno Política, p.03)

Outro informador utilizado foi o organismo especializado, no caso a Econométrica, instituto de pesquisa eleitoral que informava que Roseana Sarney sairia vitoriosa no primeiro turno, outras reportagens traziam que o Instituto possuía muita experiência e nesses vários anos nunca havia errado. No período correspondente de Agosto a Novembro de 1994, o jornal mostrou, através das pesquisas e dos inúmeros depoimentos dos aliados e de pessoas da população, a vantagem da candidata da Frente Popular em relação aos demais candidatos, mostrando uma vitória já certa que não poderia ser tirada por nenhum outro

utilidade pública, (e que pode estar ligada a certas profissões, como a de magistrado, por exemplo); quando o informador é uma testemunha, sua fala terá o objetivo de relatar o que presenciou; quando o informador é plural, a informação provém de fontes diversas, ora convergindo, ora divergindo, promovendo a confluência ou o embate de opiniões para que o indivíduo que se informa possa estabelecer sua própria verdade; e quando o informador é um organismo especializado, ele cumpre obrigações institucionais de coletar, processar e estocar dados.

candidato: “De acordo com o Ibope, Roseana, candidata da Frente Popular, lidera as pesquisas com a marca espetacular de 45% das intenções de voto. O Senador Cafeteira, da União pelo Maranhão, aparece com 32% e o ex-prefeito, Jackson Lago, da Frente Ética ficou com 8%.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 jul.1994. Caderno Política, p.03).

Apesar de toda a ênfase para a vitória de Roseana no primeiro turno das eleições com vantagem discrepante, isso não aconteceu, pelo contrário, apesar de utilizar uma estratégia mais enfática no segundo turno nas recorrentes tentativas de ataques contra o adversário político mais popular – Epitácio Cafeteira – obteve a vitória por apenas 1% dos votos no segundo turno, de acordo com uma diferença de 18.060 votos de acordo com o TRE – MA (2005 *apud* Gonçalves, 2008, p.211). Assim sendo, mostra-se evidente o quanto esse informador se utilizou de estratégias manipuladoras para que a população acreditasse que Roseana já era a candidata escolhida pela população.

Após a vitória em segundo turno, o jornal mostra a então eleita governadora, como uma pessoa humilde e comprometida com suas propostas e com o povo, admitindo que seria a governadora de todos os maranhenses e que ela teria o papel de preparar o estado para iniciar a entrada no novo milênio.

Minha campanha está no seio do povo porque é para o povo que eu vou trabalhar. Não me canso de trabalhar e meu trabalho mais importante nesse momento é mostrar ao povo a minha proposta para mudar os destinos do Maranhão (O Estado do Maranhão, São Luís, 07 set.1994. Caderno Política, p.3).

Essa retórica de aproximação com o seu eleitorado é uma fala recorrente nos discursos de Roseana em todo o seu governo e em todas as disputas eleitorais que participou:

Durante visita ao município de São Luiz Gonzaga, a candidata Roseana Sarney disse que estava nas ruas novamente porque não teme se aproximar da população do seu estado. “Estou na rua olhando nos olhos de vocês porque nosso palanque tem cara, temos obras para mostrar. Fizemos casas, Farol da educação e colocamos asfalto nessas ruas”. (O Estado do Maranhão, São Luís 07 ago.2008. Caderno Política, p.03)

Uma das principais estratégias nessa aproximação com o eleitorado se deu através do governo itinerante.

O *Governo Itinerante* consistiu em visitas realizadas pela equipe do Governo do Estado aos municípios maranhense para a inauguração de obras de infraestrutura do governo estadual e para a divulgação de novos empreendimentos, favorecendo a campanha eleitoral de Roseana Sarney e garantindo a sua legitimação enquanto governante, além de possibilitar a interação com um conjunto de eleitores presentes nos diversos municípios visitados e com os políticos e grupos aliados. Nas palavras de Roseana Sarney o Governo Itinerante foi uma forma de “conhecer melhor os problemas e procurar dar uma solução às dificuldades dessas comunidades” (O Estado do Maranhão, 09/01/1998, p.3, caderno de política).

O termo itinerante sugere uma administração que não apenas governa nos gabinetes, mas ao contrário, vai ao encontro da população, em busca de todos os sujeitos que não estão nos centros urbanos aproximando-os do exercício da política, governo esse que chega até onde outros talvez não tenham chegado e que vê de perto a realidade dos municípios. No relatório do Governo (1995-2002), o Governo Itinerante foi considerado o reflexo de uma gestão descentralizada e eficiente que envolve a comunidade nos processos de discussão e resolução de problemas. Não por acaso que a passagem pelos municípios busca principalmente inaugurar as obras realizadas pelo governo e divulgar outras obras que possivelmente serão construídas. As obras constituem parte de um projeto de estruturação e readequação de ferrovias e estradas como parte de um projeto de estruturação e readequação de ferrovias e estradas como parte do desenvolvimento concebido a partir modelo produtivo do grande capital: abertura a manutenção de rodovias, abastecimento de água e transmissão de energia elétrica são alguns dos investimentos necessários para o beneficiamento agroindustriais com uma logística que articula estradas, ferrovias e portos para que as empresas instaladas possam ter a estruturas necessária para o funcionamento.

O Governo Itinerante é considerado por COSTA (2002) como uma estratégia relacionada ao “domínio dos meios de comunicação de massa” que, associados à produção de outros mecanismos ideológicos forjam um “política do espetáculo (...)” (p. 06). Se durante a campanha de 1994, momento de eminente tensão do grupo Sarney, que temia a perda da hegemonia política, a desqualificação do seu principal

adversário, Cafeteira (GONÇALVES, 2008), em 1998, a estratégia passou a ser a da qualificação contínua da atuação do governo Roseana Sarney por meio das obras do governo.

Deste modo, o governo Itinerante serviu para criar o falseamento dos sujeitos que estavam participando ativamente dos processos de “modernização” ocorridos no Estado sugerindo uma aproximação da população com os processos decisórios. Ao analisar a ideologia do desenvolvimentismo, CARDOSO (1978, p. 203) aponta uma característica importante a respeito da desigualdade social:

Trata-se de uma ideologia que “parte ela própria de uma constatação de desigualdade, de desigualdade entre nações ou regiões ricas e pobres, adiantadas e atrasadas. No plano estritamente social, no entanto, nenhuma diferenciação mais nítida chega a interferir no discurso. Nele não se discernem grupos ou classes sociais com diferenciação de aspirações, interesses, projetos. Parece que o desenvolvimento os aglutina todos, permitindo pensar não os grupos, mas a coletividade.

É possível deduzir que o recurso da “igualdade” entre os sujeitos e o não aprofundamento sobre a desigualdade social e as suas causas é uma formulação ainda presente nos discursos governamentais. Roseana Sarney utiliza reformulações ideológicas que criam um consenso em torno da “superação das desigualdades sociais”, que é explorada de modo vasto.

Gonçalves (2008) reafirma que a candidatura de Roseana Sarney foi um “trabalho prático de construção constante” por diversos personagens, ora por ela mesma, mas principalmente por outros agentes sociais que inspiravam uma força no campo político maranhense, tal força é expressa nos próprios discursos quando expressam que a eleição da deputada para governadora é indubitável. O jornal *O Estado do Maranhão* trouxe a ideia de que a campanha de Roseana Sarney era bem vista por todas as classes e níveis sociais, resultando num convencimento da população que garantiria a vitória antecipada reforçada em toda a sua campanha.

Delmiro (2006) trazendo Weber como referência acentua que existem três tipos ideais de dominação legítima, sendo elas: legal, tradicional e carismática. Roseana se aproxima com a dominação legal quando traz inúmeras experiências políticas administrativas que acumulou durante toda a sua vida política e dessa forma se caracteriza como preparada e mais capacitada que outros candidatos para exercer o cargo de governadora do Estado.

Quero ser governadora porque estou preparada, motivada, tenho experiência necessária para liderar esta campanha. (...) acompanho desde cedo a vida política e administrativa do Estado e do País. Estudei, vivi intensamente experiências políticas, ao lado do meu pai, como assessora e colaboradora. Sou testemunha de episódios marcantes da história brasileira. De alguns participei ativamente, como o primeiro processo de impeachment de um Presidente da República, coordenando aquela votação histórica. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04)

Além disso, a sua formação em Ciências Sociais é apresentada como um atributo que a qualifica enquanto sujeito competente para a execução do cargo de governadora, já que possui a *especialização em política*. A operação se dá em torno do uso do discurso competente que demarca aquele que está apto a conduzir determinados processos mediante a autoridade conferida pela sua capacidade e conhecimento (CHAUÍ, 2008). O perfil da Roseana Sarney governadora foi associado ao trabalho árduo, àquele que, além de qualificada para executar tal cargo, comanda e acompanha o processo de modernização e eficiência:

“Mulher forte, mulher guerreira
Primeira governadora brasileira
Uma geração que trabalha
com sinceridade, competência e honestidade
É Roseana o governo que faz
pra fazer muito mais pelo nosso Maranhão
É Roseana o governo que faz
pra fazer muito mais pelo nosso cidadão!
É Roseana Sarney! É Roseana Sarney!
Outra vez para fazer muito mais!”

(Jingle da Campanha de Roseana Sarney em 1998)

O jingle acima demonstra que a centralidade das ações são dadas à Roseana Sarney. A letra sugere a continuidade de um trabalho que já vinha sendo realizado e quem engendra este processo é o Governo Roseana Sarney, expressando um caráter de continuidade no exercício do poder.

Quanto à dominação tradicional é “aquela baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em

virtude dessas tradições representam a autoridade” (WEBER, 1991 apud DELMIRO, 2006, p.71). De acordo com essas características percebemos que Roseana Sarney também é detentora de elementos da dominação tradicional já que a mesma faz parte de um grupo político que há mais de 40 anos domina o Estado e se mantém no poder através dos vínculos clientelistas e patrimonialistas que a tanto se solidificam no estado.

Ivan Sarney também comenta a respeito de sua formação política bem como as heranças genéticas que compõem essa família do qual o mesmo faz parte: “Roseana integra uma família onde as veias dominantes são Política, Letra e Artes. Essa herança faz parte da melhor tradição maranhense, orgulho de nosso estado e de nosso povo” (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 nov.1994. Caderno Política, p.15).

Outra forma de garantir a legitimidade é através da dominação carismática, percebemos que desde início da sua campanha nas matérias analisadas a candidata da Frente Popular é identificada pelo grande carisma para com a população eleitoreira utilizando algumas figuras e sendo mostrada como uma mulher de luta, guerreira apesar de uma frágil saúde; uma mulher apaixonada pela sua terra, o Maranhão e que por isso possuía uma missão divina, uma vocação para governar. O próprio pai fala do seu carisma:

“A deputada Roseana está ganhando a eleição pelo seu carisma, por sua competência, por ter se preparado para governar o Maranhão, por ter estudado os problemas do Estado e por ter se dedicado a essa tarefa dia e noite”, afirmou Sarney sob aplauso da multidão. Sarney ressaltou que a candidata da Frente Popular “é minha filha, e qual o pai que não está satisfeito em ver sua filha desempenhar uma missão e dedicar-se a sua vocação?” (O Estado do Maranhão, São Luís, 04 jul.1994. Caderno Política, p.03).

A citação acima nos revela que, tanto no início da campanha em agosto como no final, a presença do pai José Sarney reforça o carisma hereditário e a vocação pela política, ou seja, tudo que Sarney fez pelo Maranhão inclusive o seu carisma e amor está no sangue da sua filha Roseana. Em outra carta José Sarney coloca: “Lutei por Roseana, certo de que ela é a melhor solução. É uma outra mentalidade, capaz de dar confiança para que o Estado receba investidores, possa planejar e oferecer horizontes novos, em sintonia com nossa vocação”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 nov.1994. Caderno Política, p.01).

Outro elemento utilizado por Roseana Sarney em seus discursos é a “dimensão dos sentimentos” apontada por GONÇALVES (2008, p. 164) como “um ato de classificar-se por essa via da vida privada”. Vejamos neste trecho: “Divulgarei qualquer que seja o resultado. Eu nunca tive medo. Sou uma mulher corajosa. Sempre fui assim e sempre falei a verdade” (O Estado do Maranhão, 17/02/1998).

Roseana Sarney menciona atributos que contribuem para a construção de sua imagem, não só enquanto governadora, mas qualidades que fazem referência à pessoa, a mulher. A imagem é construída com atributos positivos que fazem menção a sua personalidade. Ela menciona diversas vezes que possui coragem por tentar governar um estado repleto de desigualdades, característica que certamente seria acionada para governar

O termo vocação é empregado em várias falas do senador José Sarney ao falar sobre a candidata Roseana, o emprego do termo vocação traz uma função religiosa a tal terminologia onde o vocacionado tem o dom natural de exercer a vocação que lhe foi dada por Deus. Dessa forma podemos atrelar esse termo como algo que já foi dado, ou seja, a vocação de Roseana é governar esse Estado para o bem comum, como um presente que nos foi concedido como afirma.

José Sarney em Carta de Amor a Roseana declara o seu amor ao Maranhão e que ele conseguiu transmitir isso a filha: “Você ama o Maranhão, Roseana. E esse amor é o segredo para realizar um grande governo”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 ago.1994. Caderno Política, p.01).

Chauí (2001) ao falar sobre concepção teocrática introduz a ideia de que para esta concepção o governante representa Deus e que pela graça de Deus recebe a marca própria do poder: à vontade pessoal absoluta com que representa a vontade divina. Desse modo Roseana se utiliza da visão messiânica da política como um direito natural ao poder.

Um outro efeito pode ser observado se reunirmos a sagração da história e a sagração do governante. Ao articulá-las, notaremos que o mito fundador opera de modo socialmente diferenciado: do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, que são expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização-satanização da política. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica da política que possui como

parâmetro o núcleo milenarista como embate cósmico final entre a luz e a treva, o bem e o mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (treva e mal). (CHAUI, 2001 p.89)

Outra estratégia utilizada para a constituição de sua imagem é a figura feminina ligada à mulher guerreira maranhense que não se rende que luta e vence: “Sou uma mulher de caráter, lutadora. Vou cumprir meu dever para com o país quaisquer que sejam as ameaças” (O Estado do Maranhão, São Luís, 09 ago.1994. Caderno Política, p.03).

Delmiro (2006) destaca que algumas pessoas pela posição que ocupam são agentes que funcionam no jogo político como legitimadores de uma visão que tende a se transformar em certeza. À vista disso, observa-se também alguns depoimentos que sempre trazem a imagem da mulher combatente associada ao perfil das maranhenses e, portanto, estas devem votar na representante das mulheres do estado do Maranhão, Roseana Sarney, conforme se observa na primeira fala de José Louzeiro, membro da Academia Maranhense de Letras.

Quando vejo fotos de Roseana falando a multidões constato, com alegria, que o Maranhão avança com rapidez no campo das realizações materiais, ao mesmo tempo em que proporciona o enriquecimento interior das pessoas, em especial das mulheres (...) além de despertar a mulher maranhense para a luta, nestes tempos novos em que vivemos, Roseana vai inaugurar um estilo democrático de administrar (...) com Roseana Sarney sendo eleita governadora do Estado, será uma clara demonstração que, finalmente, a mulher maranhense alcançou elevado grau de politização e de libertação (O Estado do Maranhão, São Luís, 02 out.1994. Caderno Política, p.03).

No depoimento se retoma a estratégia construída midiaticamente que é a proximidade com o eleitor e nesse caso com as eleitoras, onde ela é a representante máxima de cada mulher maranhense, por conseguinte, parte do singular para o coletivo, pois a sua vitória é a vitória das mulheres, a vitória contra o machismo, preconceito, enfim, não acontece e nem parte somente dela, mas vem de todo um coletivo no qual ela faz parte e representa.

Pergentino Holanda, o colunista sociocultural do jornal *O Estado do Maranhão*, também apresenta um discurso com o foco central na mulher, tentando mostrar ao eleitorado feminino maranhense que a candidata pela condição de mulher se identifica com as mesmas causas que irá defender e deste modo é apresentada pelo colunista como representante legal do segmento feminino.

As maranhenses sabem que, com Roseana no governo, as discriminações, as manifestações machistas na administração estadual, as desigualdades salariais – com homens ganhando mais do que mulheres embora com funções idênticas – as humilhações, o racismo anti-mulher não serão tolerados. Pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres terão uma legítima defensora – Roseana Sarney, governadora do Maranhão. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15. Nov.1994. Caderno PH, p.15).

Conforme observa Delmiro (2006, p. 73): “Pergentino Holanda, tende a não só contribuir para que o eleitorado maranhense se identifique com as causas que ele diz que Roseana irá defender como amplia seu poder de representar as mulheres para um alcance nacional”.

Sálvio Dino, membro da Academia Maranhense de Letras, legitima uma visão que tende a se transformar em certeza.

É de uma riqueza solar que me refiro à Roseana Sarney Murad – cuja maior riqueza eleitoral é o seu histórico de mulher combatente e que se encontra preparada para exercer o poder, não com discurso com cheiro de mofo, mas com o perfume das manhãs radiosas, onde se ouve o cântico de esperanças e nelas crescem a certeza de melhores dias (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 mai.1994. Caderno Política, p.15).

No depoimento acima mais uma vez encontra-se a importância dada a Roseana Sarney pelo fato de ser mulher. Como membro da Academia Maranhense de Letras Sálvio Dino apresenta um discurso poético sobre a mulher combatente, preparada, mas que por outro lado não perdeu a sua feminilidade sendo a voz da esperança e de dias melhores.

Os artistas da terra e que também caracterizam uma identidade regional maranhense inserem o elemento de mulher guerreira, exemplo disso é a cantora Alcione Nazaré:

[...] Roseana Sarney, mulher guerreira, mãe, amiga e a maior, repito, maior representante da mulher maranhense, hoje na política nacional. Minha querida amiga Roseana, é com indignação que eu como mulher maranhense te falo em nome de outras mulheres maranhenses, moças meninas, senhoras, pobres, ricas, do campo, da cidade que se sentem insultadas quando te insultam, possam se manifestar através desta carta para dizer-te o quanto nos orgulhamos de termos esta MOÇA para nos representar no Governo do Estado do Maranhão e , queremos pedir a este senhor que te respeite em nosso nome como mulher maranhense que és Roseana Sarney, de corpo e alma (O Estado do Maranhão, SÃO LUÍS, 14 nov.1994. Caderno Política, p.02).

A figura de Roseana como mulher na política logo vem acompanhada de outros atributos como já vistos anteriormente – “guerreira”, “mulher fonte geradora de vida”, “inspiração e orgulho das mulheres maranhenses” – Alcione ao evocar “moças meninas, senhoras, pobres, ricas do campo, da cidade” tenta reafirmar o convite à todas as mulheres maranhenses validando uma coletividade que se processa de forma ideológica e distorcida, como se a resolução dos problemas de todas as mulheres dependesse apenas da participação de todas, pressupondo uma homogeneização de interesses de grupos que são irreconciliáveis.

Além da imagem de mulher trazida por Roseana Sarney que enfatiza as questões de gênero ela sempre recorre à religiosidade e identidade regional como parte do seu discurso: “Serei a primeira mulher eleita para governar um estado brasileiro. Nasci no Maranhão, sou filha de São Luís, cuja padroeira, Nossa Senhora da Vitória é madrinha da minha candidatura” (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 ago.1994. Caderno Política, p.03).

Nessa fala a candidata insere elementos da religiosidade local ligados à questão de gênero, bem como o discurso regionalista. Enfatizar o fato de ser a primeira mulher a ser governadora de um estado juntamente com essa observação preponderante e marcante nos seus discursos, corrobora o laço de consanguinidade, o pertencimento à região, mesmo estando longe por algum tempo possui ligações afetivas e genéticas com pessoas da região. O componente religioso reforça ainda mais o discurso regionalista e de gênero ao escolher a padroeira da cidade de São Luís como madrinha da sua candidatura e não um padroeiro.

4.2 Promessas e Distopias do “Novo Tempo”: reforma do Estado

A respeito dos recursos ideológicos utilizados para reafirmar a posição de Roseana Sarney como a melhor opção para assumir o governo do estado, torna-se evidente que o projeto chamado “Novo Tempo” foi construído sobre bases que sustentaram toda a campanha da candidata Roseana.

Retomando a origem da concepção de desenvolvimento inaugurado pelo Grupo Sarney, sua gênese se dá justamente com o início da trajetória política de José Sarney que pretendia marcar a sua administração com os critérios mais técnicos aos invés dos pessoais. Para ele a prática patrimonialista deveria ser

substituída pela racionalização; promovendo a substituição do estado dinástico em suas atribuições e práticas pelo estado burocrático (GONÇALVES, 2000).

No seu governo constituiu um corpo burocrático como estratégia de consagração dos agentes com capacidade moral e técnica. Nesse aspecto José Sarney tenta desvencilhar qualquer comparação com o governo de Vitorino deixando claro sua forma de governar através de critérios ditos universais, imparciais e neutros em contraponto aos “critérios pessoais” de exercício do poder político do vitorinismo. Através desses discursos o ex-presidente tentou imprimir a ruptura do seu governo com o governo passado afirmando que através da sua administração que o Maranhão começou a avançar: “A evolução social do Estado digam o que quiser os adversários políticos começou com o que chamo ‘era Sarney’”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04).

A partir daí o Maranhão se projetou, fez até um presidente da República. Hoje, o Maranhão tem projeção nacional, por que o Senador José Sarney representa, hoje, uma parcela expressiva da liderança nacional – disse o senador. (O Estado do Maranhão, São Luís, 21 set.1994. Caderno Política, p.03).

José Sarney ainda traz em seu discurso que o estado do Maranhão teria sido o que mais cresceu justamente pela entrada do aparato burocrático que garante a objetividade, imparcialidade e desinteresse nas posições pessoais. “José Sarney institui um corte imaginário e arbitrário entre o Maranhão de seus antecessores imediatos e o Maranhão chamado de Novo, a partir do que designara de ‘métodos de planejamento baseados na ciência e a na técnica.’” (SARNEY, 1970, p.30 *apud* ALMEIDA, 2000, p.152). Desse modo,

Ao se identificar com a competência e os princípios da burocratização, a oligarquia Sarney apresentou seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as condições de reprodução do capital, ainda mascarou o projeto político de dominação de classe (SILVA, 2011, p.27).

De acordo com a opinião do pai e padrinho político, Roseana vai dá prosseguimento ao trabalho que o mesmo começou através do planejamento e do suporte de uma equipe competente.

Ao mencionar o Maranhão como um passado de apogeu em contraste a um Maranhão como presente de decadência, José Sarney reafirma a possibilidade

de ascensão a partir do “desenvolvimento” do Maranhão através do produto político chamado “Novo Tempo” apontando a perspectiva de grandes transformações econômicas para o Maranhão.

A pretensão de José Sarney em gerir os interesses do estado pelos critérios da racionalidade e competência técnica é preterida pela composição de um aparato burocrático ligado às pessoas que o comporiam.

Na opinião de Sarney, o Maranhão está preparado para acompanhar o crescimento do Brasil, por ter sido o estado que mais cresceu no país nos últimos tempos. “Agora, com Roseana, o Maranhão deve se preparar para o futuro, com um programa de governo capaz de fazer com que o Estado dê um salto e acompanhe o Brasil.” – Acredito que, se vitoriosa for, Roseana, como todos esperamos, sua preocupação será montar o seu programa de governo, reunindo uma equipe competente para ocupar cargos – observou (O Estado do Maranhão, São Luís, 21 set.1994. Caderno Política, p.03).

O senador Sarney disse que a partir de sua eleição ao governo, Roseana Sarney iria criar uma nova mentalidade política no estado.

Assim como criei o Maranhão Novo, ela vai criar a mentalidade da juventude, pois é ela quem vai comandar esse processo de desenvolvimento do estado, com o seu carisma, sua inteligência e sua humildade, porque quem não tem humildade não pode fazer muita coisa pelo seu povo, ensinou o senador. (O Estado do Maranhão, São Luís, 04 jul.1994. Caderno Política, p.03).

O Senador José Sarney no momento em que fala toma como base a propriedade de posição do sujeito em relação às propriedades intrínsecas do objeto que se fala: O Maranhão como referência empírica está permeado pela noção de decadência do presente que se contrapõe à chamada prosperidade do passado (GONÇALVES, 2000).

O Maranhão dará um passo gigante em direção ao desenvolvimento, a partir da eleição da deputada Roseana ao governo do Estado, na eleição do dia 3 de outubro. Foi este tom de otimismo que o ex-presidente e senador José Sarney subiu ao palanque em visita aos municípios de Gonçalves Dias e Tuntum. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 set.1994. Caderno Política, p.04).

Roseana reafirma essa posição de ascensão econômica do estado se apresentando como a melhor opção para conseguir tal façanha: “Eu tenho certeza de que os políticos sérios sabem que eu sou a melhor opção para o Maranhão. Eu

represento o progresso, a nova geração, as novas ideias” (O Estado do Maranhão, São Luís, 08 set.1994. Caderno Política, p.03).

Silva (2011) coloca que para se manter no poder a oligarquia Sarney apresenta velhos e novos mecanismos pra garantir a manutenção do seu poderio, dos quais o discurso da modernização sempre se apresenta como elemento central da legitimação.

Até o momento, a oligarquia tem respondido às ameaças do seu domínio político reconstruído seus laços com a população mediante a criação de novos mecanismos para se manter no poder. Dentre esses novos mecanismos, destaca-se a reedição do discurso da “modernização” através da implantação de políticas neoliberais, com propósito declarado de integrar o estado ao mundo “globalizado” dando ênfase às “vantagens comparativas” que o Maranhão apresenta, como a força de trabalho desqualificada e desorganizada e os incentivos fiscais oferecidos pelo governo (SILVA, 2011, p. 34).

O desenvolvimento do estado é colocado como uma vocação natural, já que segundo a oligarquia Sarney houve um tempo próprio de apogeu, denominado de “passado de apogeu” (GONÇALVES, 2000). Enquanto vocação o desenvolvimento recobra o sentido da condição natural de existência através dos privilégios naturais, tais como: extensão territorial, localização geográfica em relação à rede fluvial, áreas virgens e férteis devem permitir a retomada do desenvolvimento através de um novo tempo, das novas iniciativas, das novas ideias.

Pensar grande é preciso. Passou a época das obrinhas provincianas, da fabriqueta de fundo de quintal. O Maranhão face ao seu imenso potencial tem que estar aberto ao empresariado internacional e na condição de belíssima região turística (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04).

Pode-se observar ainda que a concepção de desenvolvimento regional está ligada à ideia de um desenvolvimento mediado pelos grandes projetos industriais, agropecuários através de unidade de produção capitalista em detrimento das unidades de produção familiar. Nas propostas da candidata ao governo observamos Roseana Sarney sempre colocando o Maranhão como um estado que precisa se inserir no contexto regional, nacional e internacional já dando indicativo da reforma do aparelho de Estado.

Nos aspectos ideológicos, essa reforma serviu como estratégia de legitimação, definida por Thompson (1995, p.83) como universalização, por meio da qual “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido”. (SILVA, 2011, p.34).

Em mensagem intitulada “Um Novo Tempo com Energia”, Roseana diz:

O Maranhão, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um dos 27 estados da federação que mais cresce economicamente. (...). Para crescer a essa média e atrair novos investimentos comerciais, industriais e de serviço em nosso território, o meu governo tem se preocupado com a questão da infraestrutura rodoviária sanitária e elétrica em todas as regiões. (...). Nosso esforço em 1998 será ainda maior para dotar o Estado do Maranhão das condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento, fatores que certamente diminuirão as desigualdades e promoverão a justa distribuição de renda (O Estado do Maranhão, 01/01/1998).

No discurso é perceptível que a tônica do desenvolvimento que marca o governo Roseana está centrada na atração de investimentos para o território maranhense. No entendimento de Roseana, esse é o fator que posiciona o Maranhão entre os Estados com os melhores indicadores de crescimento econômico. Para que o Estado persevere no caminho do progresso, é fundamental que o governo continue investindo nos setores de infraestrutura e obras estruturantes que compõem o avanço do setor agromineral. Para BARBOSA (2006, p.75):

O governo do Estado vem adotando uma política de investimentos industriais, visando atrair o capital privado nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e **mão-de-obra barata e desorganizada**. Esses empreendimentos normalmente se instalam em pequenos municípios, onde os trabalhadores, mesmo sem nenhuma garantia de direitos sociais e trabalhistas, **saúdam esse tipo de iniciativa como sinal de progresso**, uma vez que eles apresentam promessas de emprego e de renda para a população pobre e carente.

Ocorre, no jogo discursivo, uma “homogeneização social”, onde o desenvolvimento e as conseqüentes melhorias sociais atingirão a todos de igual modo, não apresentando as tensões e contradições existentes entre os diversos grupos envolvidos na lógica capitalista do desenvolvimento.

No contexto regional o Maranhão é apresentado como um estado que articula o Norte e Nordeste e por apresentar características de ambas as regiões

precisa ser transformado no polo de desenvolvimento, conforme observa-se: “Vamos substituir os efeitos especiais pela apresentação dos nossos projetos especiais que vão transformar o Maranhão no maior polo de desenvolvimento do Norte e Nordeste”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 ago.1994. Caderno Política, p.03).

No contexto nacional, o discurso apresentado é dos grandes projetos industriais e agropecuários que fazem parte de uma ação ideológica planejada para disseminar a economia maranhense na expansão do capital monopolista no âmbito nacional e mundial.

Agora, com o mesmo desassombro do pai, Roseana tem planos de tornar a indústria maranhense ainda mais vigorosa, instalando em Perizes um “Polo Eletrônico”, com incentivos para a formação de mão-de-obra, visando a entrada em funcionamento da Base Espacial de Alcântara, na ocasião em que o Maranhão deverá tornar-se num grande centro nacional e mundial de tecnologia.(O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set. 1994. Caderno Política, p.04).

Nesse processo, percebe-se que o Maranhão constitui uma totalidade maior: a sociedade brasileira e dessa forma reflete diretamente o vínculo de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional. Isso significa que o papel do Estado no contexto das transformações na reprodução do capital passou por transformações e construiu elos de forma a permitir que as políticas da esfera local garantam a realização dos interesses do capital transnacional no âmbito das esferas nacional e transnacional (SILVA, 2011).

Silva reitera que a articulação entre o local, o nacional e o transnacional ilustram a relação bem como os papéis assumidos no que se refere ao “processo de reprodução das condições políticas e econômicas do sistema capitalista nesse contexto de transformação das relações sociais” (SILVA, 2011, p.38).

Desejo investir em recursos humanos, instalando aqui polos de indústria eletrônica e de tecnologia de ponta – diz Roseana – Nossa meta é criar indústrias de segunda geração a partir do alumínio, das matérias primas regionais, como cabos de alumínio, laminados, artigos de consumo durável, etc. E fazer a siderurgia do Maranhão. Não é possível dispormos de um Porto como Itaquí ter matéria prima e mercado e – por não termos siderurgia – ver o minério de ferro ser mandado in natura para a Europa e o Japão. Criar um pólo de indústria açucareira e alcooleira na região do vale do Baixo Parnaíba e áreas vizinhas é meu objetivo. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set. 1994. Caderno Política, p.04)

Chauí (1989) identifica essa forma de legitimação como o “discurso competente”. A utilização do discurso competente é adequado para a oligarquia Sarney à medida que “a aparência de ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferimos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados” (CHAUÍ, 1989,p.10 apud SILVA, 2011, p.26).

Diante das prerrogativas colocadas pelo sistema político e econômico a nível nacional, o Governo do Maranhão, apresentou Roseana Sarney como a governante que iria conduzir a grande mudança, objetivando em seus dois mandatos a implementação da Reforma do Estado, com o apoio do governo Federal. A Reforma do Estado foi retratada com uma ampla política de reestruturação necessária ao equilíbrio das contas públicas e favorável ao desenvolvimento do Estado na qual, sem ela, seria impossível vislumbrar o crescimento econômico e a superação do quadro de miséria e desigualdade instaurado no Maranhão (SETUBAL, 2017).

A reforma do Aparelho de Estado no Maranhão foi implementada pela via da “racionalização da gestão estatal, na privatização de empresas estatais, na diminuição do quadro dos servidores públicos e no controle das contas públicas” (SILVA, 2011, p. 34). A justificativa do Governo para a revisão dos aparatos legais, leis e decretos que constituíram a reforma foi a de “tornar mais flexível e eficiente a operação das mudanças e dar mais agilidade e autonomia às diferentes organizações” (RELATÓRIO DE GOVERNO, 2002, p. 235).

Roseana dizia com confiança que ela “reestruturou o Estado, deu transparência e moralidade à administração pública” (O Estado do Maranhão, 27/09/1998). Durante a avaliação do seu segundo mandato (1999-2002), Roseana Sarney destacou que as principais administrativas foram: Extinção de órgãos e entidades, a realização do Governo Itinerante e a criação das Gerências Regionais de Desenvolvimento social (RELATÓRIO DE GOVERNO, 2002, p. 231)

O Governo do Estado, sobre a máxima da defesa da governabilidade através da Reforma e da Reorganização Administrativa – Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998 – promoveu a extinção de 18 secretarias de administração direta, sendo substituídas por oito gerências que passariam a executar as funções das extintas secretarias.

O Governo considerou exitosa a extinção de órgãos e secretarias públicas, pois com ela, foi possível realizar uma grande “economia anual”, reduzindo custos de consumo com pessoal, como por exemplo, a “adoção do turno de trabalho”, cuja economia se traduz num explícito objetivo de retirar direitos trabalhistas conquistados como a garantia do Vale Transporte e do Vale Alimentação. A Redução de quadro de funcionários, que também foi utilizada como uma grande realização do governo para a redução de “gastos”, como demonstra a imagem abaixo, chegou a ser justificada pela realização de concursos para áreas do setor público como a educação e a segurança pública.

Sobre a criação das 18 Gerências Regionais de Desenvolvimento, elas tinham como propósito de descentralizar e regionalizar o governo e viabilizar a participação da sociedade civil nos processos decisórios e dar suporte a implementação de políticas públicas (RELATÓRIO DE GOVERNO, 2002 p. 231). As Gerências foram divulgadas como exemplo de um novo tipo de gestão e que, ao contrário da defesa do tema da “descentralização e participação dos municípios”, serviu para recentralizar o poder da oligarquia no interior do Estado, numa extensão do “poder da governadora” para executar o controle das bases eleitorais e a manutenção do clientelismo (SILVA, 2011, p. 36).

Como uma das faces da Reforma do Estado, destaca-se as privatizações do Banco do Estado do Maranhão (BEM) e da Companhia Energética do Estado do Maranhão (CEMAR). A respeito da privatização da Companhia Energética do Maranhão, BARBOSA, (2006, p. 76) diz que:

O Estado investiu cerca de 122 milhões de reais na qualificação e readaptação do quadro técnico, para atender às exigências da nova proprietária. A CEMAR foi vendida por apenas 522 milhões à empresa norte-americana PPL Global. Essa negociata significou demissão de funcionários, além de um acordo pelo qual o governo do Estado assumiria as dívidas resultantes de ações ajuizadas após janeiro de 2000.

No ano de 2001, foi ajuizada uma ação contra a privatização da CEMAR alegando a ocorrência de subvalorização da Companhia, além de prejuízo à população pela possível redução da qualidade dos serviços prestados. Em março de 2005, a Justiça Federal no Maranhão extinguiu o processo sem julgar o mérito da ação. Nas palavras de BARBOSA (2006):

A privatização apareceu com o lado ‘racional’ de seu governo porque aparentava alocar eficazmente recursos públicos e humanos, e agiliza a

máquina estatal. Foi essa a justificativa para a privatização de empresas estatais (saneamento, setor elétrico, comunicação, Banco do Estado do Maranhão, etc.) responsável pelas demissões de 1.700 bancários, 1.238 urbanitários, 2.508 servidores públicos estaduais e cerca de 600 trabalhadores das indústrias e laticínios – apenas em seu primeiro mandato, a partir de 1994 (VI CECUT, 1997); (BARBOSA 74:75).

As demissões ocorreram contrariando as promessas do Governo Roseana sobre os efeitos da reforma (SILVA, 2011). No caso dos bancários as primeiras demissões no ano de 1998 foram dos trabalhadores organizados em comissão responsável pela negociação do sindicato com o banco a partir dos acordos apresentados, com a função de desarticular a resistência contra a reforma do Estado, como mostra reportagem do Jornal Pequeno (22/01/1998):

4.3 Prioridades do Governo Novo Tempo

Silva (2009) destaca que a candidata Roseana apresentou algumas prioridades nesse primeiro Plano de Governo, sendo estes: a geração de emprego e renda, o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento do turismo.

Já os macros-objetivos que compunham o Plano Plurianual do Governo Roseana Sarney (1996-1999) previam: 1. A Dinamização do Aparelho Produtivo; 2. A Conservação da natureza e Proteção do Meio Ambiente; 3. Redução das desigualdades espaciais e sociais de renda e Riqueza; 4. Eficiência do Estado em favor do cidadão. De acordo com Sousa (2011) o conteúdo do segundo plano plurianual praticamente não alteraram o macro-objetivos do primeiro.

A política de geração de emprego e renda se deu através de duas estratégias principais: O Programa SINCOEX e o projeto primeiro emprego.

O Programa SINCOEX foi implantado como um programa de incentivo fiscal para as empresas foi estabelecido pela Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria Comércio e Turismo - GEDICT, através da Lei n.6.429 de 20 de setembro de 1995. O financiamento foi intermediado pelo Banco do Estado do Maranhão S/A – BEM a partir de recursos oriundos das dotações orçamentárias tendo como base o ICMS e o valor das saídas das mercadorias tributadas das empresas especializadas em comércio exterior (SILVA, 2009).

No aspecto de Programa de incentivo fiscal de natureza financeira:

O Poder Executivo alocaria recursos em seu Orçamento Anual para funcionamento do Programa. Às empresas caberia reconhecer normalmente, e mensalmente, o imposto estadual (ICMS) devido na sua integralidade. Em seguida, o Governo do Estado, através do seu agente financeiro (BEM), emprestaria à empresa, a título de financiamento, 75% do imposto efetivamente pago. Após um prazo de carência de 36 meses, este recurso começaria a retornar à conta do tesouro estadual corrigido pelo IGPM. Nesse ponto, entretanto, (...) por força da lei que criou o Programa, apenas 5% do valor financiado precisa ser devolvido ao Governo, ficando o restante desse valor como uma espécie de 'empréstimo a fundo perdido', isto é, em outras palavras, o saldo devedor do financiamento é reduzido em até 95% e não precisa ser pago" (LOUREIRO, 2004, p. 45 apud SILVA, 2009, p.26).

O projeto Primeiro Emprego previa a concessão de bolsas de estágio remunerado de caráter profissionalizante para adolescentes de 14 a 18 anos e jovens de 18 a 30 anos. O projeto primeiro emprego constituiu uma importante estratégia de campanha para atingir os adolescentes atendidos que poderiam na próxima eleição reeleger a candidata, assim como a população jovem que já era considerada apta pra votar e que fariam na diferença nos resultados das eleições, uma vez que essa parcela da população sofria com o desemprego. "Jovens são maioria entre os eleitores de Roseana Sarney. Segundo o Ibope 53% dos eleitores de Roseana se concentra na faixa etária entre 16 e 24 anos" (O Imparcial, São Luís 27 ago.1994, p.03).

Desse modo essa faixa etária foi escolhida estrategicamente porque além de sofrer com o desemprego se constituía no eleitorado jovem que apostava na proposta do novo que a candidata Roseana trazia: "Uma das metas do plano de governo de Roseana Sarney, é a geração de empregos. Assim que assumir a administração estadual, a candidata desenvolverá o panorama de capacitação profissional para atender 50 mil jovens" (O Imparcial, São Luís 27 ago.1994, p.04).

O candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso (FHC) também considerou a importância do projeto o que garantiria que esse projeto se tornasse uma importante estratégia de campanha e posteriormente uma política governamental.

O Senador Fernando Henrique Cardoso candidato do PSDB à Presidência da República, decidiu incluir em seu programa de governo um dos principais projetos da candidata ao Governo do Maranhão, Roseana Sarney, destinados à geração de empregos. No horário eleitoral transmitido ontem pelo rádio, Fernando Henrique disse que vai adotar o projeto Emprego já de formação de mão-de-obra jovem, lançado no Maranhão pela candidata da Frente Popular. "O projeto de Roseana consiste na formação profissional de

30 mil jovens maranhenses nos próximos quatro anos. De acordo com o projeto, o Estado vai permitir que rapazes e moças entre 16 e 25 anos que nunca tiveram emprego façam estágios em empresas para que possam enfrentar com experiência, o mercado de trabalho. Durante seis meses, sem nenhum custo para as empresas os jovens serão treinados, e receberão vale-transporte e vale refeição bancados pelo Estado” (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 set.1994. Caderno Política, p.04).

Em 1991 o IBGE aponta que em relação aos índices de renda dos trabalhadores relatando que 44, 5% recebiam menos de um salário mínimo por mês. A proposta da candidata pretendia reverter o quadro apresentado pelo IBGE através da criação de uma secretaria especial para o trabalho e um fundo destinado a financiar pequenos empreendimentos tanto em áreas produtivas como do meio rural para viabilizar a ação estatal no combate à fome e à pobreza e no resgate à cidadania. “Com recursos oriundos de organismos internacionais e dos orçamentos do Estado e da União, o programa será executado através de convênios com as prefeituras, para um tratamento localizado das dificuldades econômicas” (O Estado do Maranhão, São Luís, 02 ago.1994. Caderno de Política, p.02).

A candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, Deputada Roseana Sarney, não se intimida com os números oficiais divulgados pelo IBGE, que indicam que o Maranhão detém uma taxa de desemprego calculada em 0.98 por cento, enquanto 95.1 por cento dos trabalhadores rurais não tem carteira assinada. Para combater esse quadro de crise Roseana apresenta como resposta um ousado programa de geração de emprego e renda, afim de viabilizar a ação estatal de combate a pobreza e ao flagelo da fome. (O Estado do Maranhão, São Luís, 17 ago.1994, Caderno Política p.02)

O Programa se tornou um carro-chefe das gestões de Roseana Sarney e por consequência, também de suas propagandas de governo:

Roseana anunciou que sua meta era criar mais de 200 mil empregos no Maranhão e que iria implementar o programa de atração de investimentos para o Estado, vai ampliar o programa Primeiro Emprego, para beneficiar mais de 15 mil jovens e, nos próximos quatro anos, vai qualificar cerca de 50 mil trabalhadores para que eles possam competir no mercado de trabalho” (O Estado do Maranhão. São Luís, 27 set.1998, Caderno Política p.02).

O eixo cultural foi outra prioridade elencada no discurso de campanha de Roseana Sarney através de diversas ações que visavam encorajar a produção artística na capital e fora dela, bem como buscou a valorização da cultura afro maranhense, a restauração do patrimônio arquitetônico, a preservação do ambiental e valorização da memória histórica artística e cultural do Estado. Para a candidata, a cultura significava “expressão do talento, da criatividade do modo de ser de um

povo, é, também superior instrumento pelo qual esse povo exerce sua liberdade ou denuncia repressão dela” (O Estado do Maranhão, São Luís, 29 out.1994. Caderno Política, p.04).

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado do Maranhão* Roseana Sarney frisou a cultura rica do estado e que devia ser motivo de orgulho para a população e que nenhum governo teria o direito de tratar com indiferença algo que deve ser tratado como prioridade em uma administração estadual. Afirmou que em seu plano de governo possuía projetos para que fossem criados “meios para que a vida cultural tenha uma estrutura condigna e eficaz”

Os meios que no princípio falei são o conjunto de recursos de toda ordem requeridos para o desenvolvimento cultural. Por exemplo: museus, teatros, bibliotecas, arquivos, e outros órgãos que exerce um papel permanente e indispensável na vida cultural” (O Estado do Maranhão, São Luís, 29 out.1994. Caderno Política, p.04).

A cultura do estado também por diversas vezes é referida a partir do termo vocação, ou seja, é empregada num sentido de aptidão natural do Estado sendo assim se constrói a ideia que só se é necessário a competência administrativa que a candidata Roseana pela sua formação profissional e experiência possui de sobra: “O Programa de governo resgatará a vocação cultural do Maranhão que, em pouco tempo, poderá se inserir entre os mais prósperos deste país. Riqueza nós temos, o que faltam é administradores” (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04).

Ao mesmo tempo essa é a maneira prática de resgarmos nossa verdadeira vocação, que é a cultura. Mas que essa seja chamada dentro de um novo e abrangente conceito. Não mais a cultura de alguns, e sim, a democratização cultural, forte, decisiva, protegida pelo Estado. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04).

A candidata Roseana Sarney demonstra que a cultura também precisa avançar e se configurar em um novo tempo onde a modernização cultural se faz necessária. Tal afirmação traz em seu cerne o processo de industrialização das manifestações culturais que atualmente tem servido de apropriação política e mecanismo de legitimação de poder.

Por isso é fundamental que ingresseamos com o pé direito nos novos tempos, a fim de recuperarmos o longo período de imobilidade ... queríamos

a cultura desenvolvida mas recusávamos o processo de industrialização. (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04).

Silva (2008) reitera que a utilização da cultura popular como estratégia política de hegemonia de um grupo está situada no campo da ideologia, uma vez que as tradições seculares são reflexos de uma concepção de mundo elaborada no fluxo das relações sociais.

Fernandes (2003) entende que as expressões da cultura popular são manifestações sagradas e profanas que se prestam à fruição e, nesta acepção, são elementos culturais costumeiramente admitidos e esperados dos membros de uma sociedade, são conhecimentos e crenças que orientam o comportamento social individual ou coletivo e que, como concepção de mundo, possui o cimento para a unificação dessa ideologia.

A classe dominante mantém a sua hegemonia nas relações sociais de produção por intermédio de “aparelhos privados de hegemonia”, aqui representado pela cultura popular. A hegemonia tem uma “função equilibradora de interesses diversos” (GRAMSCI, 2002a, p. 222), de modo a conduzir a sociedade, de tal forma que o entendimento da realidade, a concepção da realidade, se articule com a “subjetividade histórica de um grupo social”.

Não se trata de uma concepção “imposta” pela força, mas principalmente pelo domínio cultural, de modo que a concepção hegemônica represente valores e interesses coletivos, adquirindo assim caráter universal. Desse modo o grupo que, no período analisado, está no comando do governo estadual utiliza o poder político e econômico do aparato estatal para estabelecer vínculos político- ideológicos com grupos representativos da cultura popular

No caso da cultura popular no Maranhão, o grupo dirigente e dominante representado pelo governo coordena interesses com os grupos folclóricos, expressões das classes subalternas, estabelecendo vínculos que se apresentam sob a forma de “interesses gerais” da sociedade. A retórica utilizada pelo governo é a defesa da tradição maranhense, da cultura autóctone, do sagrado e do profano presentes nas manifestações populares. Essa defesa concretiza-se por intermédio dos eventos culturais institucionalizados pelo governo, contribuindo para a hegemonia do grupo dirigente e dominante, que se sustenta, portanto, ideologicamente tanto em aspectos de sacralização aos quais o folguedo se vincula, quanto a outros de grande relevância, como o gosto popular, a forte identificação coletiva. Vista como forma exótica, a cultura popular, na visão dominante, é carecedora de proteção, de comiseração (SILVA, 2008, p.43).

O campo midiático contribui para produzir efeitos de realidade (RODRIGUES, 2001), referendando a retórica engendrada pelo governo que se sustenta nos aspectos sagrado e profano da cultura popular de modo conservador, exaltando a diversidade cultural maranhense, traduzida como “fruto da miscigenação criativa” de sua “gente simples” que “guarda com muito esforço e trabalho” a sua herança cultural no seu aspecto mais sagrado (religioso), apresentada sob a forma de artigo de jornal

O Maranhão é um dos estados brasileiros com maior diversidade cultural de origem popular, fruto da miscigenação criativa dos índios, negros e brancos. O carnaval, as festas religiosas, o Divino Espírito Santo, os cultos afros e, especialmente, os festejos juninos enfeitam a cidade com cores, ritmos e danças, herança que guardamos com muito esforço e trabalho, especialmente pela dedicação apaixonada da gente simples, que faz do bumba-meu-boi, do cacuriá, da quadrilha, da dança portuguesa, do coco e do tambor de crioula a sua religião (SARNEY, 2004, p. 5).

O desenvolvimento do turismo se centrou numa detalhada programação de promoção e divulgação, em âmbito nacional e internacional, objetivando a elevação do fluxo turístico para o estado, criando assim o “produto turístico” do Maranhão.

As diretrizes e estratégias para a ação do programa governamental pressupunham a criação de polos turísticos ecológicos e/ou culturais. Os polos compreendiam: Polo Floresta dos Guarás, formado pelos municípios de Cururupu, Guimarães, Cedral e Porto Rico; Polo Parque dos Lençóis, composto pelos municípios de Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Morros; Polo do Delta das Américas, integrado por Tutóia, Paulino Neves e Araisos; Polo São Luís, integrado por São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa; e Polo Chapada das Mesas, de que fazem parte os municípios de Carolina, Imperatriz e Riachão.

O programa de governo de Roseana Sarney consiste na criação de balcões de investimentos turísticos para a captação de recursos para o setor. O mesmo será obtido junto a órgãos públicos como a Sudam, Sudene, Embratur e até mesmo em bancos internacionais. O turismo acontecerá em várias áreas como o de lazer, cultural e empresarial como um centro de eventos moderno instalado em São Luís (...) planos de desenvolvimento de áreas como a do parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a do Delta do Parnaíba serão ações executadas paralelamente a campanhas nacionais

e internacionais de divulgação do potencial turística do Maranhão. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 set.1994. Caderno Política, p.04)

Outras intervenções foram realizadas através do programa *Desenvolvimento Integral do Turismo*, enquadrando tanto as obras físicas realizadas no Centro Histórico de São Luís e na cidade de Alcântara, como a ampliação da infraestrutura viária de acesso aos polos turísticos. Como exemplo, a construção da BR-402 com o objetivo de alavancar o desenvolvimento turístico na macro área dos Lençóis Maranhense. Mais uma vez se percebe o discurso modernizante desse setor com a realização de obras físicas, ampliação da infraestrutura e o incentivo de órgãos públicos e de bancos internacionais.

Enquanto isso, na região dos “Lençóis Maranhense”, Roseana desenvolverá avançada indústria turística, com a participação de grandes operadores do turismo internacional. Promete incentivar esse lado com a participação de empresários nacionais e do exterior, com a ajuda do Banco Interamericano e do Banco Mundial, a fim de “transformar o Maranhão de atração turística” (O Estado do Maranhão, São Luís, 01 set.1994. Caderno Política, p.04).

A inauguração do Aeroporto, tido como uma alavanca para o desenvolvimento do turismo rendeu uma ampla cobertura midiática com a produção de matérias que apresentavam o apoio mútuo tanto a candidatura de Fernando Henrique à presidência quanto a reeleição de Roseana Sarney ao cargo de Governadora do Estado do Maranhão (Jornal o Estado do Maranhão, 07/02/1998).

No programa de metas, a educação é sempre relacionada como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico do município. Para alcançar tal fim, ela destaca na sua campanha o papel do ensino profissionalizante com a adaptação dos currículos das escolas públicas em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho crescente no Maranhão que sempre foi um grande destaque da campanha; a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) também estaria voltada para o estabelecimento de parcerias com empresas. Outro tema muito retratado é a abolição da evasão escolar, erradicar os índices vergonhosos de analfabetismo em todo o Estado, bem como prestigiar a carreira do magistério. Com essas propostas Roseana recebeu apoio de diversos prefeitos relacionando o futuro governo como revolucionário. Conforme acredita o prefeito de Paço do Lumiar - Vanderlê Antônio Ribeiro: “Roseana vai revolucionar o sistema estadual de ensino e vai ajudar a

minha administração a fazer essa revolução também aqui em nosso município” (O Estado do Maranhão, São Luís, 02 ago. 1994. Caderno Política, p.02).

Cavalcanti (2011) considera que o governo Roseana Sarney (a partir de 1995) se apresenta como um marco na estruturação de uma política educacional nos moldes do neoliberalismo, apresentando a implementação de uma política de descentralização e de produtividade (quantidade) como resposta viável para o quadro decadente da educação no Maranhão. Conforme reitera abaixo:

Estudos, ideias, propostas e experiências desenvolvidas na década de 80, na perspectiva de democratização da educação e da melhoria das condições de ensino e aprendizagem, foram redefinidas em seu sentido e passaram a ser utilizada na perspectiva neoliberal para ampliar os mecanismos de exclusão social, numa trama perversa de captação ideológica de educadores, pais e alunos que- sem condições de fazerem uma leitura crítica de todas as propostas em curso – passaram a legitimar as ações governamentais sob a ótica da participação, da qualidade, da eficiência e da democracia. As estratégias que passaram a ser utilizadas tem a característica peculiar de produzir números surpreendentes, a curto prazo, que passam a ser divulgados como sinônimos de um sistema de educação eficiente e produtivo (CAVALCANTI, 2011, p.99).

Dois momentos podem ser demarcados no processo de implementação da política educacional no Governo Roseana Sarney: o primeiro corresponde ao período de 1995 a 1998 e designa a implementação de uma série de programas visando à descentralização e produtividade do sistema educacional. O segundo ciclo que vai de 1999 a 2002, corresponde a uma nova estrutura administrativa caracterizada por um aparato técnico-burocrático, financiado através de uma parceria com o MEC, Banco Mundial e outras instituições que possuem “interesse” com o desempenho escolar nos países de terceiro mundo (CAVALCANTI, 2011).

Diante desse quadro de aprofundamento dos problemas educacionais no Maranhão foi contratado uma equipe de técnicos da GAE que elaboraram um diagnóstico da educação maranhense definindo diretrizes para uma política educacional, tal processo resultou na construção do documento “Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado do Maranhão – 1999 a 2002”.

Assim como na educação percebemos mais uma vez a utilização do termo revolucionar nas campanhas de Roseana quando se trata da saúde: “Roseana anuncia uma revolução para resolver problemas na área da saúde” (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 ago.1994. Caderno Política, p.04).

Dentre as 'propostas revolucionárias' podemos destacar: a construção e recuperação de postos de saúde, criação de centros regionais de referência de saúde em municípios pólos, melhoria da assistência médica hospitalar, implantação do Programa Saúde da Família (PSF), incentivo ao acompanhamento pré e neonatal, pretendendo reduzir em até 50% os altos índices de mortalidade materna e infantil, considerada alarmante no estado e para melhorar as condições sanitárias da população propõe a realização de políticas de saúde preventiva para reduzir os alarmantes índices de mortalidade e incidência em doenças transmissíveis.

No que se refere as propostas referente a Indústria, ZPE e Ferrovia Norte-Sul observamos claramente as propostas no que se referem a criação dos polos industriais e da criação de uma infraestrutura que encontra-se inserida na lógica expansionista do capital transnacional, assumindo na divisão internacional do trabalho o fornecimento de produtos primários para atender o mercado internacional.

As propostas no desenvolvimento do turismo e da cultura, como dito anteriormente, foram destaques como prioridade na campanha eleitoral. Roseana Sarney apresenta a agricultura e a reforma agrária como prioridades de campanha: "A reforma agrária não é apenas uma necessidade econômica para o crescimento do Estado. Ela é um desejo de milhares de trabalhadores rurais do Maranhão" (O Estado do Maranhão, São Luís, 28 ago.1994. Caderno Política, p.04).

A candidata é retratada como corajosa por José Louzeiro, membro da academia maranhense de letras: "Roseana é uma das poucas candidatas a governo de estado neste país, que tem coragem de falar em Reforma Agrária, tema que se tornou tabu" (O Estado do Maranhão, São Luís 04 set.1994. Caderno Política, p.05).

Em 1998, chegou a firmar compromisso com a aceleração do Programa de Reforma Agrária, garantindo o assentamento de famílias, além da garantia de infraestrutura para a subsistência, como um caminho para a promoção da "Paz no campo". (O Estado do Maranhão, São Luís, 06 mar.1998. Caderno Política, p.03).

Outras propostas relacionadas a esse tema se referem a mudanças tecnológicas no campo através da modernização das práticas e cultivo e apoiando o pequeno produtor a ter um aumento generalizado da produção e com relação à Reforma Agrária, pretendia-se plagiar o modelo norte-americano de divisão do trabalho no campo, mas se obteve o que já era notável a monocultura, o latifúndio, a miséria e exploração, acirrando os conflitos no campo que já eram frequentes.

A Reforma Agrária é uma política fundamental para a redução das disparidades econômicas e conflitos no campo e para a real garantia do desenvolvimento social, num estado majoritariamente agrário, como é o caso do Maranhão. Contudo a política foi negligenciada pelo governo por conta do fortalecimento das atividades agroindustriais e da concentração de terra e de renda em detrimento da desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; da ineficiência das políticas agrícolas bem como a falta de políticas sociais básicas para a população rural (MESQUITA, 2011).

Porém de acordo com os dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), no período do governo de Roseana Sarney, a questão agrária no campo não teve resultados tão positivos como a estatística acima apresentada. Em 1999 houve 58 ameaças de morte, 356 despejos (forçado/judicial), 43 prisões e 8 assassinatos, envolvendo 39 municípios e 3.947 famílias. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 1995 a 1997, ocorreram 66 conflitos, envolvendo 8.107 famílias e oito assassinatos.

No que se refere à assistência social a candidata pretendia lançar o Projeto Solidariedade para atender massivamente as populações pobres e ampliar à assistência as crianças.

Solidariedade é a motivação básica do programa social do plano de governo proposto pela candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, deputada Roseana Sarney. O programa imaginado por Roseana começa com um completo cadastramento das famílias carentes de todos os rincões do Maranhão. Num primeiro momento, será posta em prática uma versão maranhense do Programa do Leite, que será reforçado com a distribuição de pão a essas famílias (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul.1994. Caderno Política, p.03).

[...]

Outra face do Programa Solidariedade, segundo Roseana, será a assistência no campo da saúde, que garantirá acompanhamento médico, sobretudo às crianças, com reforço da distribuição de medicamentos. A terceira face do programa se baseia na estrutura educacional, com instalação de creches, com professores treinados para educar meninos de rua, planejamento familiar, assistência jurídica gratuita, merenda escolar controlada por nutricionistas, de acordo com hábitos regionais, programas de honras comunitárias, entre outras ações no âmbito da família. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul.1994. Caderno Política, p.03)

[...]

Roseana Sarney define o espírito do Programa Solidariedade: 'Esse programa será um passo fundamental para o resgate da cidadania. O seu sucesso será decisivo para a preparação do século XXI. Temos que fazer um estado mais forte social, econômica e politicamente. Esse é o meu

desafio. Estou preparada para enfrenta-lo, podem ter certeza' (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul.1994. Caderno Política, p.03).

Para atender aos problemas mais urgentes da população, Roseana quer viabilizar o Programa Solidariedade, que prevê uma série de pequenas obras nas comunidades de todo o estado. É um projeto que pretende a construção de pequenas escolas, creches, poços, canalização de água, urbanização de ruas e recuperação de estradas. (O Estado do Maranhão, São Luís, 03 out.1994. Caderno Política, p.03)

O grupo político Sarney que se instaurou no Estado do Maranhão traz no cerne do seu modo de fazer política o clientelismo, o patrimonialismo típico do modo de formação socioeconômica do Maranhão e do Brasil. Essa configuração na postura política trouxe traços conservadores e implicações profundas sobre a assistência social sendo um elemento que dificulta a implementação da assistência social como direito

Se numa visão geral as propostas apresentadas pela candidata Roseana Sarney apresentam um cunho desenvolvimentista atrelado à entrada do estado ao projeto neoliberal, seguindo esse mesma linha questiona-se se a política de assistência social implantada nesse governo vai de fato iniciar um rompimento com o assistencialismo tão forte não apenas no estado, mas em todo o país ou apenas vai ser mais uma política de instrumento de controle ideológico e legitimação do poder, onde a cultura do assistencialismo é a chave mestra?

No governo de Roseana Sarney foi criada a Gerência de Desenvolvimento Social – GDS, sucedendo a Secretaria de Solidariedade, Cidadania e Trabalho, que teve como principal objetivo coordenar esforços e conjugar recursos para enfrentar o desafio de melhorar as condições de vida da população. Esse órgão pautou a sua atuação em cinco diretrizes gerais:

- Alinhar os programas estaduais com os do Governo Federal, visando assegurar ao Estado os recursos destinados a área social, e promover estreita articulação e colaboração e assistência técnica com os municípios, considerando que um volume significativo de projetos da União é municipalizado;
- Aproveitar o potencial de utilização de recursos não públicos, por meio da mobilização de fontes financeiras não-estatais, tais como os setores privado, filantrópico e voluntário, comunitário e informal, entre outros, todos sintonizados com as políticas públicas;
- Avaliar, planejar e coordenar, juntamente com os órgãos regionais, a articulação dos serviços públicos e privados, na oferta de bens e serviços sociais em cada uma das 18 regiões geopolíticas do Estado; e estimular a ampliação dos recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis nas comunidades e que tradicionalmente não eram mobilizados pela política social;

- Investir em um processo de investigação e de formulação de diagnósticos sobre a pobreza do Maranhão, para propiciar não só a correta focalização dos programas, como também para servir de instrumento de avaliação da eficiência e eficácia da ação governamental;
- Aumentar o grau de participação dos usuários em todas as fases do processo de formulação e execução das políticas. O comprometimento dos grupos sociais, além de democratizar a gestão pública, resulta em poderoso e eficaz mecanismo de controle social dos programas. (Relatório de Governo 1995-2002).

O primeiro programa implantado segundo o novo modelo de política foi o Viva Luz, em 1995. De acordo com o relatório governamental esse programa assistiu uma média de 283 mil famílias por mês. Em parceria com o Governo Federal e com os municípios, a administração estadual, assumiu, a partir de 1995, os programas oriundos da extinta LBA – Legião Brasileira de Assistência.

O governo implantou em 1995, o projeto Leite é Vida de acordo com o relatório governamental, o projeto fazia parte do esforço de redução dos índices de mortalidade infantil e desnutrição materno-infantil, com a distribuição de 45 milhões de litros de leite, em 19 municípios integrantes do projeto, indicados a seguir: Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Porto Franco, Ribamar, Fiquene, Santa Luzia, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso e Senador La Roque.

No Maranhão o governo do Estado com o assessoramento da Universidade elaborou a Política Estadual de Assistência Social. O governo de Roseana Sarney que se iniciou em março de 1995 criou por meio do decreto nº 15.165 de 05 de agosto de 1996 a organização da Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho - SOLECIT que apresentava uma proposta inicial a SEDESCT, e desse modo incorporando as ações na área social.

No Maranhão, inicialmente, o que se observa é que o governo citado anda em conformidade com as propostas do executivo nacional que inicia seu governo na contramão da nova política de assistência social vigente no país pelo menos em lei. Desse modo é implantado o Programa Comunidade Solidária em 1995, em 12 municípios, no ano seguinte esse número foi ampliado para 33 municípios e em 1997, alcançou 46 municípios.

. Ao se averiguar o Programa Comunidade Solidária inicialmente o programa traz uma proposta de representatividade de um novo modo de enfrentar a questão social. “A proposta do Comunidade Solidária representa um novo modo de

enfrentar a questão social, a partir da integração e descentralização das ações de governo e de uma abertura à participação e parceria com a sociedade” (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1995, p.01).

Nesse momento onde é mencionado que o Programa vai constituir um novo modo de enfrentamento da questão social, não existe o cuidado de evidenciar e qualificar os conceitos teóricos da questão social, por outro lado, torna-se claro que a questão social está relacionada e talvez até limitada nessa percepção aos problemas sociais do país. Conforme observa-se abaixo:

A chamada questão social não será resolvida unicamente pelo Estado. A ação do Estado nessa área, conquanto necessária, imprescindível mesmo, é insuficiente. Portanto, os principais problemas sociais do país não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade, sem sua participação e empoderamento (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1995, p.02).

Na proposta do programa o enfrentamento da chamada questão social e do controle social ocorreria a partir de uma parceria com a sociedade civil e com a adoção de “(...) uma forma distinta de gerenciamento dos Programas na área social. É necessário eliminar a centralização, fragmentação e clientelismo que redundam em ineficiência, descontinuidade e desperdício de recursos”. (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1995, p.01).

A pobreza por muito tempo foi considerada como uma disfunção social, um problema do indivíduo e até moral onde o seu enfrentamento se fazia mediante a repressão policial e pela assistência produzida na sua maior parte por instituições ligadas à igreja Católica (SOUZA, 2001). E dentro desse contexto é que a igreja já se utilizava desse termo solidarismo para expressar atividades filantrópicas, como demonstra GUSMÃO (2009).

O termo como expressão ideológica, doutrinária e como sistema começou a ser utilizado no Brasil (...) com o sentido de uma doutrina baseada no princípio da solidariedade real entre a pessoa e comunidade e de um sistema social, político e econômico, intermediário entre a descentralização amotinaste do individualismo e centralização monolítica do coletivismo (GUSMÃO, 2009 p. 94).

Roseana recria a prática da filantropia desresponsabilizando o governo e contribuindo para reforçar uma noção de solidariedade diferente daquela que pretende a institucionalização dos direitos sociais e a efetivação da cidadania, uma solidariedade que parece residual e se resume em sua maioria, à concessão de

cestas básicas, constituindo-se um importante instrumento ideológico de subalternidade e dependência das relações sociais.

Souza (2001) reafirma que no Brasil o Comunidade solidária foi o principal programa de combate a pobreza, e que em suas linhas gerais ele expressa a tendência de um retorno à filantropia, quando apelava ao voluntariado e às parcerias como estratégia de enfrentamento da questão social. Conforme cita abaixo:

Na verdade trata-se de um ocultamento da questão social e do controle social, pois a concepção dominante de enfrentamento da questão social repassada no discurso da ajuda mútua, do voluntariado, retrata a questão social como expressão conjuntural de diferenças entre ricos e pobres, podendo ser superada através da retomada do crescimento econômico do país (SOUZA, 2001, p.90).

Nessa mesma perspectiva Gusmão (2009) relata que os sindicatos tendo em vista à manutenção dos empregos e buscando o enfrentamento da denominada questão social pela via da solidariedade são estimulados à participarem de projetos entre trabalhadores e empresários.

(...) a partir dos anos 70 (...) no Brasil, os sindicatos tem sido chamados a atuar em parcerias com as administrações (...) Nesse contexto da reestruturação produtiva em que o individualismo competitivo é demandado como valor, a prática da união entre trabalhadores parece impossível e o operariado abre mão da solidariedade intrínseca à sua organização em nome da solidariedade com o empresariado, tendo em vista sua sobrevivência (GUSMÃO, 2009, p. 96).

É diante desse quadro e em nome dessa solidariedade que a ênfase no enfrentamento da questão social foi moldada numa falsa priorização do social. Assim:

O programa prevê o comprometimento global do Governo Federal, dos Estados, dos municípios e da Sociedade. Todos trabalhando juntos – como parceiros - para construir uma comunidade solidária. É por este motivo que o lema do Programa é Todos por Todos. Os princípios do Comunidade Solidária são a parceria, a solidariedade e a descentralização das ações (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1995, p.07).

Observa-se que existe uma chamada para que todos juntos como parceiros possam construir essa comunidade solidária, utilizando o lema “Todos por todos”. Aqui cabe destacar alguns problemas levantados: Como seria possível no contexto da sociedade capitalista que todas as pessoas pudessem ter acesso às condições dignas de vida através da obtenção de oportunidades e construir uma

comunidade solidária? Como essa parceria seria desenvolvida? Quais as possibilidades de controle social?

Quando se fala de parceria com a sociedade civil é necessário compreender que a gestão participativa é fundamental pra assegurar o controle social e os resultados obtidos. Nesse sentido é importante salientar o discurso oficial que o PCS sobre o que é sinalizado como parceria, sendo assim:

- que todos os parceiros tenham o mesmo objetivo, embora orientados por papéis e objetivos de tarefas diferenciados e claramente definidos (...);
 - que todos os parceiros estejam e se sintam em situação paritária com relação à capacidade potencial de influir nos rumos do trabalho (...) (poder decisório);
 - que todos os parceiros se conheçam, se respeitem e atuem para encontrar em conjunto o ponto de sinergia – é a dimensão comportamental.
- Qualquer um desvio de um desses três pressupostos não apenas descaracteriza como também compromete seriamente o potencial da parceria como prática legítima e contingencialmente adequada de expansão dos objetivos e recursos organizacionais (CURTY In Gestão de Projetos Sociais – PCS, 2000, p. 29).

Ao analisar o primeiro objetivo conforme a versão oficial é enfatizado que para o estabelecimento de parcerias, torna-se necessário que os parceiros tenham os mesmos objetivos. Sendo assim cabe um questionamento: Como numa sociedade de classes seria possível harmonizar interesses e objetivos antagônicos em torno de uma concepção de parceria? Qual grupo social teria os seus objetivos priorizados nessa parceria?

Em vista disso que no universo semântico utilizam-se eufemismos tais como “promoção humana”, “solidariedade”, “cidadania”, “inclusão social”, “ação comunitária”, “processo ético e educativo”, o que dificulta uma clara e efetiva qualificação conceitual e política já que representa uma negação pura e simples do conceito da assistência social através do discurso acarretando graves prejuízos para o conhecimento e a prática profissional.

Com relação à concepção de solidariedade Gusmão (2000) analisa que existe a mesma expressão uma determinada forma de expressão da realidade social, possuindo significados diversos:

Hoje no Brasil, a ideia de solidariedade tem sido propagada como remédio para os males sociais, políticos e econômicos. Os textos governamentais tem estado fortemente impregnados pela ideia da solidariedade aos pobres, assim como o discurso da sociedade civil, no qual pode-se incluir a fala dos sindicatos, dos

empresários, dos partidos, das organizações não governamentais, das universidades e a pregação das igrejas. Estarão todas se referindo ao mesmo valor? (GUSMÃO 2000, p.93). Portanto baseado na ideologia da solidariedade:

O programa prevê o comprometimento global do Governo Federal, dos Estados, dos municípios e da Sociedade. Todos trabalhando juntos – como parceiros - para construir uma comunidade solidária. É por este motivo que o lema do Programa é Todos por Todos. Os princípios do Comunidade Solidária são a parceria, a solidariedade e a descentralização das ações (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1995, p.07).

O convite á parceria se processa de uma forma ideológica e distorcida, pois o enfrentamento da questão social acontece pela via das parcerias através do apelo ao voluntariado e estímulo ao voluntarismo, como se a resolução dos problemas dependesse apenas da participação de todos, pressupondo uma homogeneização de interesses de grupos que são irreconciliáveis no enfrentamento dos principais problemas sociais do país.

Outro elemento estruturante ideológico observado é o elemento de combate à pobreza que apresenta como objetivo expresso

Coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza (COMUNIDADE SOLIDARIA, 1995).

Nessa perspectiva os elementos estruturantes da ideia de combate à pobreza, são:

- saúde, alimentação e nutrição, com ênfase no combate à mortalidade infantil, alimentação escolar, alimentação do trabalhador e distribuição emergencial de alimentos;
- Serviços urbanos, com ênfase em Programas de moradia e saneamento;
- Desenvolvimento rural, com ênfase em Programas de moradia e saneamento;
- Desenvolvimento rural, com ênfase em Programas de assentamentos de trabalhadores rurais e apoio à agricultura familiar;
- Emprego e renda, com ênfase em Programas de apoio à micro e pequena empresa, cooperativas e outras formas associativas de produção;
- Defesa de direitos, com ênfase em Programas de apoio a creches pré-escola e de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco (COMUNIDADE SOLIDARIA 1995. p.04).

Tais áreas receberam um selo de prioridade para receberem prioritariamente recursos e atividades de articulação passando a compor a agenda básica no combate à pobreza. Os planos, programas e ações na área social

considerados prioritários e estratégicos vão refletir as ações setoriais que se desejam maior efetividade e alcance da população e municípios.

Por outro lado se incorre no erro de reduzir a pobreza ao aspecto empírico e material ressaltando o discurso econômico para determinar quem é pobre – noção de pobreza absoluta¹⁵.

Pobreza absoluta constitui-se, assim, numa categoria analítica que legitima, estimula, perpetua ações emergenciais ou de pronto atendimento, em oposição à noção de pobreza relativa ou de desigualdade social, que requer estudos e pesquisas para informar as ações assistenciais, assim como planejamento, sistematicidade, continuidade e previsibilidade na provisão de benefícios, serviços e direitos (PEREIRA, 1996, p.60).

Com efeito, a noção de pobreza absoluta se dá no sentido de ocultamento pelo programa das verdadeiras causas da pobreza como se essas taxas não fossem resultantes e expressão direta do capitalismo. Gusmão destaca que o PCS gera o não direito, substituindo as políticas universais por políticas focalizadas.

Nesse sentido que o programa precisa ser analisado como produto político elaborado por uma agência específica e como expressão de um campo de poder e de suas relações com o campo intelectual e burocrático.

As propostas apresentadas nesse primeiro momento não correspondem a totalidade das propostas feitas pela candidata no decorrer da sua campanha, entretanto podemos tirar algumas conclusões dessa primeira aproximação com o plano simplificado do seu governo.

A saúde, segurança, assistência social e habitação nesse primeiro momento são colocadas de lado com propostas menos expressivas e sem metas claras. Por outro lado à educação e principalmente a indústria, reforma agrária, turismo, agricultura, ZPE, ferrovia norte-sul apresentam propostas mais elaboradas nas quais se pode perceber uma das principais ideologias de legitimação – a ideologia do desenvolvimento - presente em toda a campanha de Roseana.

Observa-se que as propostas da candidata estão pautadas em grande parte nas soluções industriais como geradoras de desenvolvimento, entretanto, um

¹⁵ A noção de pobreza que prevalece no país – inclusive, em algumas passagens da Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã – é a de pobreza absoluta ou privação extrema, que se caracteriza pela ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas submetidas a essa condição.

desenvolvimento excludente que não alcançou a maioria da população, mas apenas reforçou as bases de dominação e exploração do capitalismo monopolista.

Manter o discurso da necessidade constante como palco para o requisito para o desenvolvimento e a para a introdução no mundo “globalizado” constitui importante instrumento ideológico que fantasia um processo que ao mesmo tempo em que inclui as classes dominantes nas esferas de poder nacional e transnacional, desconsidera a maioria dos maranhenses dos direitos mínimos da cidadania burguesa (SILVA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se através do estudo empreender uma análise histórico-política do processo de legitimação ideológica e hegemônica a partir do Jornal o Estado do Maranhão, aqui entendido como importante instrumento de difusão de ideologia utilizado pela classe dominante que fortalece uma hegemonia do consenso ativo e passivo das classes subalternas (Gramsci, 2004). Tal realidade aponta para um conformismo da qual grande parte da sociedade maranhense se encontra mergulhada.

A mídia jornalística atua contribuindo com a manutenção dessa concepção de mundo dominante. Gramsci (2004) aponta que quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, a ideologia possui um papel na construção social e histórica dos sujeitos perpassando toda a vida humana, mas dentro da política ela traz em seu cerne os processos de dominação utilizando discursos que transformam as suas ideias particulares em ideias universais como eterniza Marx na frase do Manifesto Comunista “as ideias de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante” (Marx, 1996, p.85).

No que se refere aos aspectos políticos que garantiram a legitimação do grupo político Sarney como grupo dominante na política estadual do Maranhão, ocorreu a desmobilização da oposição histórica por intermédio do apoio irrestrito da Ditadura Militar, associando-se estreitamente ao grande capital transnacional e nacional e a partir da Presidência da República (1985-1989) consolidou seu poder local.

No âmbito ideológico identificou-se como estratégia central o discurso do moderno, da vitória do “novo” sobre o “arcaico”, o “atrasado”. Através do projeto “Maranhão Novo” Sarney avança dentro do estado com um governador que romperia não apenas com as velhas estruturas oligárquicas que dominavam o Maranhão há cerca de 20 anos, mas com todo o quadro de estagnação política e econômica.

Dando continuidade nas relações de poder presentes no estado Roseana Sarney adentra a política maranhense reiterando o discurso da modernização tão presente na ideologia do desenvolvimento trazendo a proposta de um “Novo Tempo”. Com a reestruturação produtiva no Brasil na década de 90 e com a firmação das medidas neoliberais, Roseana Sarney reconstrói as bases da

dominação política se intitulado como pioneira nas reformas “modernizantes” através do "Novo Tempo".

Nesse contexto, o referido grupo apresenta velhas e novas estratégias de dominação e legitimação do poder. Conforme observa Costa (1997) além dos mecanismos já clássicos - como o clientelismo patrimonialista e a ideologia assistencialista - o grupo tem investido em “currais eleitorais eletrônicos” que garantem as bases de legitimidade política.

Passados aproximadamente 50 anos da entrada do grupo político Sarney é possível identificar os contextos que distinguem o "Maranhão Novo" e o "Novo Tempo". No período do "Maranhão Novo" o estado era fundamentalmente agrário e vivia numa ditadura militar, Sarney criou a infraestrutura e o arcabouço jurídico para fortalecer a ligação com o capital monopolista. No plano político estabelece as relações ideológicas com o "moderno", o "desenvolvimento" e o "progresso".

No “Novo Tempo” o país está sob o regime democrático e o Maranhão se torna sede dos grandes projetos industriais e de agronegócio, com a promessa de um polo siderúrgico-exportador com início de uma nova etapa de industrialização. O Maranhão é novamente espaço estratégico para os novos investimentos, tal qual o foi, na década de 1980, com os grandes projetos, como o Programa Grande Carajás e o Projeto Alumínio do Maranhão;

Observou-se que no jogo político para a manutenção do poder, mudam algumas parcerias e estratégias, mas o alvo é sempre o mesmo, desse modo a candidata Roseana Sarney através de um aparato midiático e nesse estudo em específico, pode-se inferir que o Jornal *O Estado do Maranhão* garante todas as estratégias durante o período eleitoral contribuindo fortemente para a legitimação do poder político do Grupo Sarney.

Durante a pesquisa observou-se que toda a carreira política de Roseana Sarney foi construída ao longo dos anos, desde a sua infância e estudos em São Luís ela estava fadada a ser sucessora do pai dentro do estado e seguir os seus passos na busca da legitimação eleitoral através do voto e para isso ela dá continuidade ao discurso modernista, já inaugurado no governo Sarney.

Além do discurso modernizante a candidata utiliza inúmeras estratégias para a formação da sua imagem: como a origem simples e humilde, a naturalidade maranhense, a competência técnica baseada no esforço pessoal e hereditário, a associação com a população, o fato de ser mulher de luta, guerreira, combatente,

dentre outros atributos pessoais que sempre foram fortemente ressaltados por políticos influentes, pelo próprio povo e artistas de cunho regional, fortemente ligados à cultura maranhense. Desse modo ela utiliza o conceito weberiano dos três tipos de dominação legítima, pautando os seus nos elementos de dominação legal, tradicional e carismática.

A campanha ao governo de 1994 possui algumas distinções se analisarmos no ponto de vista da totalidade das outras campanhas de Roseana Sarney ao governo, distinções essas que não foram o foco da referida análise. Entretanto, nota-se que nessa campanha foram destacados muitos atributos pessoais da candidata, pois apesar de ocupar o cargo de deputada era a primeira vez que se candidatava a governadora, dessa forma não trazia experiências concretas de governos passados, o que foi compensado no discurso do retorno ao progresso, no seu preparo técnico e na sua imagem de mulher cheia de atributos pessoais.

Desta forma Roseana Sarney se apresenta como um agente da modernização que será responsável por levar o Maranhão a sua vocação para a prosperidade, ou seja, o futuro que já estava predestinado e precisava ser retomado, recorrendo a um fictício passado de prosperidade que precisava ser recuperado.

Por sua vez o “Novo” apresentado no ano de 1998 na segunda gestão do Novo Tempo representa um sentido que sugere continuidade e demarca a retomada do Grupo Sarney no poder Propondo uma política de inserção do Maranhão na economia transnacional e nacional, através da propaganda ideológica do caráter "racional-legal" das reformas, no sentido de encobrir a manutenção das práticas clientelistas ou fisiológicas e legitimar-se diante da população.

Ressalva-se que ao centrar a temática do seu discurso no desenvolvimento Roseana emprega mais uma vez que a via de acesso ao desenvolvimento econômico é encontrada na industrialização, superando o estado de atraso e de subdesenvolvimento, ainda que contraditoriamente, os responsáveis pelo aparelho de Estado, fossem componentes de um mesmo grupo político há mais de 40 anos.

Nesse ínterim, quando o Maranhão se insere no contexto de industrialização nacional ele já se aloca de forma dependente subordinada, visando cumprir os interesses do Grande Capital no processo de acumulação e expansão capitalista. É solicitado que a população dê credibilidade a um projeto econômico de

cunho neoliberal que em suas linhas mestras agudiza a exploração, para a produção de altas taxas de lucro e concentração de riquezas que não são distribuídas socialmente.

Desse modo, o referido desenvolvimento proporcionado reflete essa subordinação, gerando um desenvolvimento desigual que favorece específicos grupos sociais, regiões geográficas, setores econômicos voltado para a racionalidade capitalista através do lucro não alterando as condições de vida da população em geral.

No percurso da constituição do grande poderio econômico e ideológico praticado no estado do Maranhão está o reconhecimento de que os meios de comunicação podem influenciar o público inclusive o eleitor, mesmo que por um breve período chegando a influenciar no resultado de eleições.

Apesar de, não ter se procedido a uma acurada análise de discurso, é de supor, também com base no pensamento dos autores destacados – e na confessa intenção de fazer da estrutura econômica e de comunicação montada no estado um suporte político -, que a padronização e a repetição dos conteúdos dos bens (produtos) culturais utilizados venham a servir de formas de controle, de direção, determinada aos públicos pela apreensão de discursos aos quais aqueles são constantemente expostos.

Em relação à pesquisa de campo notou-se que a mídia teve grande relevância na campanha eleitoral de Roseana Sarney na medida em que construía uma imagem favorável da candidata e desconstruía a imagem dos outros candidatos através de ataques pessoais e não pautados numa disputa democrática.

Tendo o jornal *O Estado do Maranhão* como material empírico se evidenciou uma realidade obscurecida pelos meios de comunicação que circulam por todo o estado, já que os mesmos se prestam à manipulação das informações segundo as conveniências de interesses privados.

Desse modo, todo o discurso político produzido na campanha para o governo de Roseana Sarney pelo jornal *O Estado do Maranhão* através das suas manchetes, charges, cartas e poemas influenciaram na campanha do Governo Novo Tempo, fazendo com que ela ganhasse popularidade e as eleições de 1994 e posteriormente as de 1998. na campanha de 1994 e 1998.

Gonçalves (2000) reafirma essa posição colocando que a primeira estratégia na formação política de Roseana Sarney se dá pela utilização de todo o

aparato do capital herdado pela sua família, ou seja, todos os dispositivos do Complexo Mirante de Comunicação.

Nesses tempos de política, 1994 e 1998, a mídia local, principalmente o Complexo Mirante de Comunicação foi uma das estratégias mais eficazes e pertinentes nas campanhas eleitorais de Roseana Sarney através de manchetes hiperbólicas, editoriais, artigos, notas, comentários em colunas políticas e sociais, charges, notícias consideradas novidades, como se fosse a primeira vez que estivessem existindo naquele campo específico. (GONÇALVES, 2000, p.202)

Também fica sublinhado aqui, o monopólio do complexo de comunicação – Sistema Mirante de Comunicação – no jogo político eleitoral. É esse sistema de comunicação quem colabora para a extensão do horário político eleitoral. Ele permite que a candidata utilize tempo de exposição além do que é instituído pela legislação eleitoral, o que se dá através de sucessivas e diárias inserções noticiosas sobre a candidata e a sua agenda, a candidata e a sua performance enquanto tal. (GONÇALVES, 2000, p.203)

Visando construir as bases da dominação ideológica do seu governo em seu plano de governo definiu como prioridade a geração de emprego e renda, a modernização do aparelho burocrático estadual, a reforma agrária, o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento cultural.

Entretanto, a desigualdade que sempre foi marca acentuada nesse estado continua tomando proporções alarmantes e em nada se assemelha com a proposta do “novo” trazido pelo grupo político Sarney. Pelo contrário, a concepção de desenvolvimento proposta pelo grupo Sarney não poderá ser conjugada aos interesses da classe trabalhadora, pois são antagônicos e excluem a possibilidade de um projeto alternativo e que esteja voltado para a população pobre, principalmente para os trabalhadores que estão situados no campo e sujeitos às transformações decorrentes do avanço do agronegócio e dos projetos minerometalúrgicos, tornando-se alvo fácil das práticas de violência e expropriação.

Silva (2006, p. 55) destaca que nenhum dos compromissos norteadores da aludida reforma foram cumpridos, principalmente “a redução das desigualdades regionais e sociais e a participação popular”. Na verdade, o discurso modernizante se chocou com os indicadores sociais. Segundo o IBGE, em 1996, a taxa de alfabetização era de 66,88% competindo pelo último lugar com o Piauí que era de 65,58%; no mesmo ano a taxa de mortalidade infantil alcançou os 65,9 por 1000 nascidos, a terceira mais alta do nordeste. Na taxa de pobreza o Maranhão sobe ao pódio em 1997, com 64,20% de sua população sobrevivendo com renda inferior a 1/2 salário mínimo (em 1996 eram 56,45%). O mesmo se observa em relação à

concentração de renda, uma vez que a renda dos 20% mais ricos supera em 26,39 vezes a renda dos 20% mais pobres (SILVA, 2013).

O eixo da reforma agrária e agricultura que era dito como uma das prioridades do governo Roseana Sarney não teve muito êxito. De acordo com os dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), no período do governo de Roseana Sarney, a questão agrária no campo não teve resultados tão positivos como foi divulgado pelo governo. Em 1999 houve 58 ameaças de morte, 356 despejos (forçado/judicial), 43 prisões e 08 assassinatos, envolvendo 39 municípios e 3.947 famílias. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 1995 a 1997, ocorreram 66 conflitos, envolvendo 8.107 famílias e oito assassinatos (SILVA, 2013).

Diante disso, ao se trabalhar uma política de crescimento econômico o estado avança na infraestrutura, mas por outro lado não supera o atraso e a situação de exploração que se encontra há muitas décadas. Portanto, há necessidade de desenvolvimento integral e equilibrado sem privilégios que abranja a sociedade real, concreta em todos os seus níveis. Nos desafios identificou-se que a superação do quadro necessariamente passará por um projeto de desenvolvimento estadual, capitaneado pelo estado, com densidade e competência para atuar de forma efetiva; fortemente apoiado e fiscalizado pela sociedade; e articulado a amplo pacto social entre as forças de oposição, reunidas sob esse programa coletivo.

Supõe-se que os mecanismos políticos e ideológicos utilizados pela governadora Roseana Sarney visava manter o poder e o controle político no estado com um dos maiores índices de população abaixo da linha da pobreza. Sob o discurso ideológico de promover o desenvolvimento regional e de divulgar os atos de interesse da população, cada vez mais os governos atuam com afinco nesse campo social, instrumentalizando as políticas públicas para fins eleitorais e mercadológicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **A relação entre o estado e a sociedade civil**: a questão dos conselhos de direitos e a participação do Serviço Social. Serviço Social e Movimento Social, São Luís, v. 1, n. 1, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- ARAUJO, Cleonice Correia. **Assistencia social e clientelismo**: ruptura entre o teórico-conceitual e a construção de um direito social- São Luís, 2001.
- ARCANGELIS, Alberto (1987). “**O mito da terra**: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense”. Ciências Sociais
- BARBOSA, Zulene Muniz. O Maranhão no contexto da reestruturação capitalista: cenário de lutas sociais. In: **Luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís; Editora, Uema, 2006.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **As temporalidades da política no Maranhão**. Lutas Sociais 9/10. São Paulo: EDPUC -SP, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfraco. **Dicionário de Política**. 3 ed. Brasília: editora UNB, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade** – para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**.-3ª ed.rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: v. 11, n. 31 (2013).
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A ideologia do desenvolvimento**, Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. – 2º ed.- Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- CASTRO, Silvio Rogério Rocha de. Fotojornalismo: **A construção da imagem de Roseana Sarney na Imprensa Maranhense (1995-2002)**. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes: São Paulo, 2004.
- CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Políticas de formação do educador no Maranhão**: análise de programas governamentais implementados entre 1996 e 2002. São Luís. EDUFMA, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia** – 2.ed.- São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Mito fundador e sociedade autoritária** – 2.ed.- São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHARADEAU, Patrick. **O discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: BUCCI, Eugênio et al (Orgs.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Documento de referência do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**, 1999.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Programa de distribuição de Estoque de Alimentos**, Relatório de Atividades. 1996.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Comunidade solidária: uma estratégia de combate a pobreza no Brasil**, 1995.

COSTA, W. C. da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2006. v. 1. 284p .

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão “novo” ao Maranhão do “novo tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, mimeo, 1997.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão**. – São Luís: Edefma, 2009.

DELMIRO, Dayana dos Santos. **Gênero e Política no Maranhão: um estudo sobre os mecanismos de legitimidade de Roseana Sarney**. – São Luís, 2006.

DURANS, Cláudia. **Limites do Sindicalismo e Reorganização da Luta Sindical**. São Luís: EDUFMA, 2008.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise do Discurso**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

FEITOSA, Raimundo Moacir M. **O processo socioeconômico do Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Belém, 1994.

FERREIRA, Franklin Douglas. **Mídia e poder político**: a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney no Maranhão. 2018. 269f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo. (org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro** – Brasília: IPEA, 2014.

GARCIA, R. C. **Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2018.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada**: reutilizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. São Luis: EDUFMA, 2008.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. ED. UFMA, São Luís, 2000.

GUEDES, Olga Maria Ribeiro. **Ideologia e os 'Estudos da Mídia'**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/59c1a87bac576c1b960547d726421b46.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia Benedetto Croce> Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed.v.1.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: literatura; folclore; gramática; apêndices; variantes e índice. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed.v.1.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed.v.1.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: o risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed.v.1.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed.v.1.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: temas de cultura; ação católica, americanismo e fordismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed.v.1.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Públicas. São Luís: UFMA. v. 11, n. 01, 2007.

GUSMAO, Rute. A ideologia da solidariedade. In: **Serviço Social e Sociedade**: São Paulo: Cortez, Ano XXI, n.62, 2000.

HALL, Stuart; LUMLEY, Bob; MCLENNAN, Gregor. Política e Ideologia: Gramsci. In: MCLENNAN, Gregor (org). **Da ideologia**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1980 a.p.60-100

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**.26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. Elementos para uma análise marxista.-19.ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356**, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a reforma e reorganização administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, n.249,p.3, 30 dez.1998 a.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito**: conceito, objeto, método – 2.ed. Rio de Janeiro: renovar, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª. edição. Petrópolis, 1996.

_____. **A ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MCLENNAN, Gregor (org). **Da ideologia**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1980.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.

O ESTADO do Maranhão, São Luís, 12 e 14 de maio/ 04, 10,18 de julho/ 01, 02, 09,17, 20, 22, 23, 28, 30 de agosto/ 01,04, 07,08, 12,16, 21 de setembro/ 02,03, 29 de outubro/13, 14 15, 20 de novembro; Caderno Política (citados)/ Consultados: 01 de janeiro de 1994 a 01 de dezembro de 1994.

O ESTADO do Maranhão, São Luís 09/jan; 17/fev de 1998

O IMPARCIAL, São Luís 27 de ago/ 17 de nov de1994.

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. **Políticas governamentais e clientelismo político: O caso da SEDESCT.** - São Luís, 1996

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RELATÓRIO DE GOVERNO. **Roseana Sarney (1995-2002):** Políticas e Resultados, 2002.

RESENDE, Glariston. **Uma análise dos fundamentos ideológicos da Constituição Federal de 1988.** – São Luís: UFMA, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Ilse Gomes. **Política e Ideologia no Maranhão:** do Maranhão Novo ao Novo Tempo. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2013.

SILVA, Ilse Gomes. **Estado, saúde e participação política.** São Paulo: Xamã, 2011.

SILVA, Ilse Gomes (org.). **Poder e política dos grupos regionais:** um estudo sobre o grupo Sarney na década de 1990/2000. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2009.

SILVA, Gisélia Castro. **Cultura popular e poder político no Maranhão:** contradições e tensões do bumba-meu-boi no governo Roseana Sarney. – São Luís, 2008.

SILVA, Ilse Gomes. **Poder político e Reforma do estado no contexto do neoliberalismo:** análise da reforma do aparelho do Estado no Maranhão nos anos 1990. Revista de Políticas Públicas, v.10, n.2, 2006.

SILVEIRA, Paulo. A ideologia em pessoa. In: SILVEIRA, Paulo et al. **Marxismo e ciências humanas.** São Paulo: Xamã, 2003.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro:** A identificação ideológica nas Disputas presidenciais de 1998 e 1994. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOUZA, Jhonatan Uelson Pereira Sousa. **Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do Maranhão/** Brasil: Contexto Histórico, Obstáculos e estratégias de superação. Revista de Planejamento e Políticas Públicas. São Luís: UFMA. v. 11, n. 37, jul/dez 2011.

TALONE, Vittorio da Gamma. **Distopias presentes, passadas e futuras: os monstros da sociedade** *Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 368-380.

ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.